



# MULHERES DE SANTO ANDRÉ, EM PAUTA.

Perfil Socioeconômico e Mapa da Violência



# Prefeitura de Santo André

[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo  
Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos

Secretaria de Política para as Mulheres  
Departamento de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres  
e Equidade de Gênero

março de 2015



## **PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ**

Carlos Grana - Prefeito

Oswana Fameli - Vice-Prefeita

## **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – SOPP**

Alberto Alves de Souza - Secretário

Miriam Armelin - Secretária Adjunta

## **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Silmara Conchão - Secretária

Maria Cristina Pache Pechtoll - Diretora de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Equidade de Gênero

## **ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

### **DEPARTAMENTO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS – DISE/SOPP**

Amélia Massae Honji Okabayashi

Marcelo de Jesus Phintener

Maria Cristina Machado de Lima

Suzana Cecilia Kleeb

### **FOTOGRAFIA**

Andrea Iseki

Karla Rampim Xavier

### **APOIO ADMINISTRATIVO**

Keila Lima

Kelli Freitas Galante

Thaís Oliveira da Silva

# SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio	9
<b>PARTE I – PERFIL SOCIOECONÔMICO</b>	
Introdução	14
Notas Metodológicas	16
Um Olhar Amplificado	17
Um Olhar Localizado	40
Apêndice	54
<b>PARTE II – MAPA DA VIOLÊNCIA</b>	
Introdução	69
Notas Técnicas	72
Quadros de Violência	75
Os Homicídios	77
Feminicídio	92
A Violência Doméstica	93
Violência Sexual – os casos de estupro	99
O lugar das notificações de violência doméstica	102
A percepção social frente à violência doméstica contra as mulheres	107
Considerações finais	112
Referências bibliográficas e sites consultados	113
Apêndice	115



# APRESENTAÇÃO

A reflexão sobre o papel das mulheres na sociedade reveste-se da possibilidade de se conhecer de forma mais aprofundada boa parcela da população de Santo André. Indica-se quais são suas condições socioeconômicas, como são e qual o seu papel nas interações sociais em nossa cidade. A possibilidade de se tecer um quadro como este permite que se possa influir de maneira propositiva com vistas a minorar dificuldades de acesso aos direitos essenciais de todos os cidadãos e cidadãs que habitam, trabalham e vivenciam a cidade.

O presente documento traz importante diagnóstico que visa auxiliar na organização de políticas públicas focadas para esse grupo social, historicamente aliado de ações voltadas ao atendimento de necessidades e interesses específicos. Santo André tem um percurso de ações voltadas para essa parcela da população, com a concretização de muitos trabalhos, e no final de 2013 criamos uma secretaria municipal dedicada ao tema: a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Esta Secretaria, com apoio de outros órgãos, foca suas ações em programas e projetos que possam diminuir as distâncias entre mulheres e homens em nossa sociedade, um desafio que não é fácil, com um longo caminho a percorrer.

A primeira parte desse estudo “Perfil Socioeconômico” demonstra o quão marcantes se encontram diferenças de acesso à educação, ao trabalho e à renda entre homens e mulheres. Também possibilita constatar que muito já foi feito, e que o acesso é marca de um governo democrático que visa uma atuação cidadã a todas e todos os andreenses.

O segundo quadro de análise que compõe esta publicação, denominado “Mapa da Violência”, se dedica a um dos componentes das relações humanas na atualidade: a violência. Traz um retrato registrado sob o prisma amplo das articulações de sua ação na sociedade, focadas em diversas escalas: Brasil,

São Paulo e Santo André. As análises permitem delinear os caminhos da violência no arco temporal de 2000 a 2013.

Além disso, em diversos aspectos, há um foco especial para a escala intralocal de Santo André que muito nos interessa, pois põe à mostra, por meio de dados numéricos e aproximações analíticas, a realidade diversa no interior da cidade e revela potencialidades e contradições que necessitam ser analisadas e enfrentadas.

Com material rico de análise é possível evidenciar quais as principais dificuldades encontradas nas diversas esferas que a violência se organiza: violência doméstica, violência sexual, violência simbólica por meio de preconceito, xingamentos e princípios sexistas etc., ainda subjacentes nas relações sociais neste século XXI.

Os quadros de análise ainda nos indicam que há muito a ser feito. Os desafios são muitos para que menos mulheres sejam violentadas, nas diversas formas de manifestação da violência. Temos certeza que análises aqui expressas fazem a diferença, pois além de serem fundamentais para a política de valorização das mulheres, revestem-se de grande transparência à condição das mulheres em nossa cidade, bem como das necessidades de enfrentamento no presente.

**CARLOS GRANA**

Prefeito Municipal



# PREFÁCIO

## *POLÍTICAS PARA AS MULHERES EM SANTO ANDRÉ. NÃO SEM DIFICULDADES, UMA BRILHANTE HISTÓRIA!*

É com muita satisfação que apresento esta publicação, organizada por intermédio do Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André. Estas páginas contêm informações que indicam, aproximam, traduzem quantas são, onde estão e como vivem as mulheres andreenses. Bem como nos apresenta um quadro aprofundado das violências que atingem as mulheres do nosso município.

O documento irá subsidiar as atividades de planejamento e a formulação de políticas públicas para as mulheres na cidade, em conjunto com as diferentes áreas de nosso governo.

Possibilitará o monitoramento das condições de vida e bem-estar do público feminino pela sociedade e permitirá o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a realidade, as mudanças, os condicionantes dos diferentes fenômenos sociais e econômicos deste segmento.

Potencializará a avaliação e o impacto de nossas ações, contribuirá para o controle social e, com tudo isso, sinaliza um esforço a favor da efetivação de melhores resultados.

As mulheres representam mais da metade da população e estão assumindo cada vez mais o papel decisivo em vários setores da sociedade, inclusive na economia e na política do País. Mas ainda há muitos espaços a serem alcançados por elas aqui no Brasil e no mundo, como espaços de poder, de respeito e de valor na sociedade. As mudanças e as conquistas existem, mas não atingem de maneira igualitária a todas.

É impossível falar de democracia sem levar em conta as desigualdades sociais persistentes entre homens e mulheres. Essa lógica é estruturante e persiste em nossa sociedade, pois ainda vivemos um paradoxo cultural e histórico: de um lado a submissão das mulheres e do outro a dominação dos homens. Neste sentido, políticas públicas que tocam a condição feminina precisam ser mais incisivas a favor da igualdade de gênero nos diversos âmbitos da vida social que esta condição pode indicar. Investir em políticas para as mulheres significa potencializar a inclusão, o desenvolvimento com sustentabilidade e a transformação social.

A MUNIC/IBGE (Pesquisa de Informações Básicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) efetua periodicamente levantamento de informações sobre a estrutura, dinâmica e o funcionamento das prefeituras; e em 2013 mostrou que 27,5% dos municípios (1.533) têm estrutura para a formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres.

Em 2003, apenas 13 prefeituras possuíam organismos de políticas para as mulheres, e a cidade de Santo André (SP) era uma delas. Desde então, o governo federal tem se empenhado na constituição destes organismos, considerando que as desigualdades de gênero devem ser objeto de ação governamental.

Importante ressaltar que pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher chegou à presidência da República e, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal, criada em 2003, tem dedicado atenção especial à necessidade emergente de prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher em nosso país e apoiar as gestões locais no fortalecimento de políticas para as mulheres.

A região Sudeste, com 1.668 municípios, possui o menor percentual de municípios com estrutura de gestão da política de gênero (22,2%). Dentre os estados, o Rio de Janeiro apresenta a maior proporção (56,5%) e Minas Gerais, a menor (19%). A região com o maior percentual de municípios com esta estrutura é a Nordeste (33,6% dos 1.794 municípios). Em Pernambuco, a taxa chega a 77,3%; enquanto que na Paraíba fica em 14,3%.

Em relação à implantação das casas-abrigo de gestão municipal, previstas pela Lei Maria da Penha, passados sete anos da aprovação da lei, apenas 2,5% dos municípios contam com essas estruturas. Nos 3.852 municípios com até 20 mil habitantes, há 16 casas-abrigo. Já naqueles com mais de 500 mil habitantes, 61,5% possuem esse tipo de estrutura que protege as mulheres, filhos e filhas em risco de morte por violência doméstica.

Apesar dos diversos avanços e conquistas históricas e recentes, a violência contra a mulher continua afetando a saúde e a dignidade dessas pessoas.

Por uma questão cultural, os serviços não desenvolvem atendimento adequado e integrado como preconiza a Lei Federal 11.340/2006. A Lei Maria da Penha, como é denominada popularmente é o dispositivo legal brasileiro aprovado pelo Congresso Nacional, sancionada pelo ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006 e visa aumentar o rigor das punições para agressores de mulheres quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

Divulgar a Lei e a rede de proteção constituída e disponível na cidade não basta, é necessário conquistar a confiança das mulheres em buscar apoio nos serviços; já que muitas chegam aos serviços, não encontram o que buscam e desistem.

Existem lições aprendidas com a organização e a história de luta do movimento de mulheres andrestenses. É sabida a importância de Organismo de Políticas para as Mulheres (OPM) com *status* de poder, como foi o caso, em 2003, quando o governo federal criou a 1ª Secretaria de Políticas para as Mulheres com *status* de ministério e onde é possível buscar apoio técnico, teórico e financeiro.

Santo André depois de muita luta agora tem uma Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e afirma que atuar com a perspectiva de gênero nas políticas, de forma matricial e transversal, bem como no trabalho em rede firma fluxos, otimiza recursos, compartilha responsabilidades, presta assistência integral às mulheres e estabelece parcerias em todas as instâncias governamentais.

A iniciativa da gestão local nessa área iniciou-se com a criação da Assessoria dos Direitos da Mulher em 1989, lotada diretamente no gabinete do prefeito. Novidade no País, esse organismo tinha o objetivo de executar, articular e coordenar políticas no combate à discriminação que afeta a vida das mulheres. Empenhou-se na criação da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher de Santo André e do ABC em 1990, na criação de um serviço de atendimento Social e Jurídico especializado, inaugurou uma Casa de Apoio às mulheres vítimas de violência e organizou o histórico “1º Encontro de Mulheres de Santo André”, em 1991.

O período de 1993 a 1996 foi demarcado por um retrocesso, no âmbito do governo municipal, quando políticas públicas para as mulheres, implementadas até então, foram excluídas da agenda local. O Movimento de Mulheres reagiu com denúncias, debates públicos, manifestações e pedidos de audiências que não foram atendidos pela gestão naquele período.

O ano de 1997 trouxe ao cenário político o retorno da Assessoria dos Direitos da Mulher. Um período também de muitas conquistas estendendo-se na esfera regional e no cenário internacional.

Em 2001, as políticas para as mulheres continuaram com suas metas no município e dentre as ações implementadas, no ano de 2002, o Programa “Gênero e Cidadania no Santo André Mais Igual” recebeu o prêmio Dubai (ONU Habitat) de melhores práticas do mundo em gestão pública, por considerar a desigualdade de gênero e a integração das políticas em projetos de habitação popular.

Em 2005, após reformas administrativas foi extinta a Assessoria dos Direitos da Mulher, e outras como a da Comunidade Negra, do Idoso, da Juventude e da Pessoa com Deficiência. Criou-se, então, o Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoa com Deficiência, junto à Secretaria de Governo.

O fato desse Núcleo estar num local estratégico de poder no interior da Secretaria de Governo não garantiu o sucesso em suas ações. Sua concepção provocou uma mudança contraditória aos estudos feministas acumulados sobre o tema políticas públicas para as mulheres. Não deu conta de cuidar, nem de ir além do que as assessorias dos direitos da mulher haviam implementado nas gestões anteriores, provocando um distanciamento dos movimentos sociais.

No ano de 2009, com a mudança de gestão, o modelo manteve-se, mas com nome de Departamento de Humanidades, na Secretaria de Governo. Esta forma de conduzir políticas públicas afirmativas (mulheres, pessoas idosas, juventude, pessoas com deficiência, raça/etnia) todas em um mesmo departamento, sem *status* de poder no governo, manteve-se até o ano de 2012.

Importante considerar que em 2011, mulheres organizadas na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres aprovaram em plenária dentre diversas propostas, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres no município.

Em 21 de dezembro de 2013 foi publicada a Lei Municipal nº 9.546/2013, referente à reorganização administrativa, na qual consta a criação da Secretaria de Política para as Mulheres, primeira iniciativa de criação de organismo administrativo no primeiro escalão, em nível municipal, dentre as sete cidades da Região do ABC.

Em dezembro do mesmo ano, também a Secretaria de Política para as Mulheres firmou o Convênio nº 075/2013 – SPM/PR – Implantação da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Santo André, para estruturação da nova secretaria. Finalmente, em 6 de janeiro de 2014 tomou posse a primeira Secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André.

Já na gestão de 2013, a administração inovou quando anunciou a criação dessa secretaria, atendendo a reivindicação do Movimento de Mulheres e demonstrando a consideração em um modelo de gestão no qual se valoriza a promoção da igualdade, com fomento a políticas que contribuirão para o estabelecimento de novas relações sociais, superando o machismo e o racismo, construções estruturantes, sociais e históricas e sustentam a desigualdade na sociedade brasileira e impedem a construção de uma sociedade justa, sem violência, democrática e igualitária entre mulheres e homens.

Diante desse contexto, a Secretaria de Políticas para as Mulheres desenvolve ações para garantir autonomia e direitos de cidadania das mulheres, considerando gênero, classe, raça e etnia, geração, deficiência, orientação sexual/identidade de gênero e diversidade regional. A área também articula ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, fomenta políticas e dá suporte a programas e projetos, em parceria com as demais secretarias municipais, além de instituições públicas e privadas, acompanha e apoia realizações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

O trabalho da SPM é orientado por dois eixos de atuação: o enfrentamento à violência à mulher e a promoção da equidade de gênero. Com ações matriciais e transversais se garante que esses compromissos sejam incorporados dentre os desafios prioritários de governo, aumentando assim a eficácia das políticas públicas e assegurando uma governabilidade mais inclusiva em relação às mulheres.

Por tudo isso, esta publicação é um instrumento importante para a nossa gestão e um marco histórico na cidade. Analisar e estudar sempre é preciso. Pesquisar, produzir ações e informações sobre, para e com as mulheres, além de registrar as experiências para o fortalecimento é imprescindível. Valorizar essa história e o papel das mulheres no desenvolvimento de Santo André é fundamental na atuação da Secretaria de Política para as Mulheres.

## **SILMARA CONCHÃO**

Secretária de Políticas para as Mulheres





PARTE I

# PERFIL SOCIOECONÔMICO



# INTRODUÇÃO

Refletir sobre a condição das mulheres em Santo André nos impõe pensar sobre o papel feminino na coletividade. Este integra um campo de forças sociais no qual o diálogo com a sociedade se reflete na trajetória e nas condições atuais das mulheres, bem como nos diversos movimentos que levaram as transformações no *status quo* da condição feminina em determinados momentos da história da humanidade.

Em uma breve pesquisa em artigos acadêmicos e em reflexões e debates realizados fora do ambiente acadêmico<sup>1</sup>, foi possível observar que mulheres no Ocidente em diversos momentos se rebelaram contra as barreiras que as impediam e, por vezes, ainda as impedem de realizar seu pleno acesso a espaços econômicos e sociais.

Diversas são as personagens que legaram histórias relacionadas à condição feminina; diversos são os movimentos que desde períodos bem recuados no tempo apresentaram mulheres ou grupos que eram constrangidos devido a seus ideais ou suas práticas sociais. Para citar exemplos, na Inglaterra do final do século XIX, houve uma primeira manifestação a favor dos direitos políticos ao voto. Este foi conquistado em 1918.

Movimento semelhante ocorreu no Brasil na década de 1910, e o resultado foi positivo a este respeito apenas em 1932. Além dos direitos políticos, em 1917, no Brasil, movimento de mulheres operárias associadas à ideologia anarquista levaram a público a condição precária de trabalho feminino em fábricas como tecelagens que empregavam grande parte de força de trabalho feminino. Um período de estagnação, entre as décadas de 1930 e 1950, levou a movimentos a favor da igualdade de condições e de direitos que retomaram sua força na década de 1960, momento de lançamento da pílula anticoncepcional, movimento *hippie* a favor da igualdade e liberdade sexual, além do movimento de maio de 1968. Na Europa e Estados Unidos da América, em meio à onda de busca pela liberdade, o movimento feminista intensificou sua ação.

“O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”<sup>2</sup>.

No caso do Brasil, na década de 1960, devido à ditadura militar, não havia condições para manifestações desse teor, que apenas vieram ocorrer na década de 1970, com apoio de grupos de exiladas no exterior que tomavam contato com os movimentos que ocorriam na Europa. Foi lançada em 1976 a Carta Política que identificava a ação das mulheres, com um viés antisseparatista entre gêneros. Antes, a luta era contra a dominação ensejada pelas relações capitalistas.

Na década de 1980 ampliou-se o escopo da atuação política a favor de melhores condições das mulheres no tocante a diversos temas: violência, sexualidade, racismo, direitos sociais como saúde, trabalho, terra, igualdade etc. Nessa luta envolviam-se diversos grupos sociais, com forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base (associados à Igreja Católica). Criou-se, nesse bojo, o Conselho Nacional da Condição da Mulher (1984) que teve papel na formulação de propostas para a Constituição brasileira de 1988 e fortalecimento legal dos direitos das mulheres<sup>3</sup>.

Após um período de menor influência na década de 1990, no início dos anos 2000 o Conselho foi reformulado e foi criada, no governo federal, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério (2003), cujo enfoque até hoje se relaciona à valorização da mulher, aprovação de medidas de proteção e intermediação para maior participação política e social das mulheres.

Em 2006 foi aprovada a Lei federal nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, um marco no cumprimento de garantias internacionais e constitucionais sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

Em Santo André, desde final do século XX, no âmbito da gestão pública se organizaram coordenadorias ligadas ao tema das mulheres e suas necessidades, com vistas a intensificar a inserção destas na sociedade, bem como divulgar conquistas e alertar para entraves que resistem quando se aborda a condição de gênero em Santo André. Para citar alguns temas candentes: dificuldades de acesso a melhores condições de vida e à inserção em atividades produtivas, violência em seus diversos âmbitos, e a resiliente desigualdade entre homens e mulheres.

No final de 2013, em Santo André, foi criada nova instância governamental, a Secretaria de Políticas para as Mulheres que tem entre suas competências:

“ I – formular, coordenar e articular as políticas para mulheres; II - elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter municipal; III - elaborar planejamento, na perspectiva de gênero, que contribua na ação do governo municipal e regional, com vistas na promoção da igualdade entre mulheres e homens; IV - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; V - promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação assinados pelo município, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação e violência; VI - desempenhar outras atribuições afins”<sup>4</sup>.

Este panorama *Mulheres em Santo André – Perfil Socioeconômico* apresentado nessa parte tem o intuito de auxiliar com a exposição de informações que possam subsidiar e/ou reforçar políticas públicas para essa parcela da população andreense e, igualmente, estabelecer ponto de partida para a criação de indicadores que permitam monitoria de ações desenvolvidas e de seu impacto na sociedade andreense.



---

<sup>1</sup> A respeito sugere-se a leitura de três textos que problematizam acerca das formas de luta adotadas pelo movimento feminista:

[www.passapalavra.info/2013/04/76480](http://www.passapalavra.info/2013/04/76480). Dois feminismos: um que inclui e outro que exclui (2013); [www.passapalavra.info/2013/07/81401](http://www.passapalavra.info/2013/07/81401). Duas ou três coisas sobre o feminismo (2013); [www.passapalavra.info/2013/08/82057](http://www.passapalavra.info/2013/08/82057). O feminismo no espelho dos comentários (2013). Há inúmeras publicações acadêmicas a respeito do assunto. Um deles é: SAFFIOTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1979.

<sup>2</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. 'Feminismo, História e Poder'. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba. v. 18, jun.2010, p.16.

<sup>3</sup> Para maiores informações veja-se artigo acima.

<sup>4</sup> PSA, <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/politicas-para-as-mulheres>, acesso em abril de 2014.

# NOTAS METODOLÓGICAS

Para este panorama se valerá de uma aproximação mais geral sobre a situação da mulher na sociedade brasileira “de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais”<sup>5</sup>, mediante o qual se destacam para este trabalho aspectos socioeconômicos da população feminina. Acredita-se que estas informações sejam significativas para um diálogo inicial sobre o tema e que se revelam como insumos para subsidiar não só políticas de caráter afirmativo, como também as que focalizem a autonomia e as diversas potencialidades afeitas a essa parcela da população.



Optou-se por uma análise descritiva, composta de uma abordagem ampla, tanto no âmbito geográfico, como de gênero (não como categoria a acentuar a divisão masculino-feminino) e temporal. Diversos são os ganhos que se apresentam ao se potencializar análises amplas. Um deles lastreia-se na oportunidade em se observar as mulheres andreenses no conjunto das mulheres brasileiras, ou ainda as mulheres andreenses ressaltadas sob aspectos de sua relação com os homens andreenses, e em que medida se avançou ou se recuou no tocante à superação de desigualdades e de discriminações fundadas no gênero. Também sempre que possível se fará uma análise temporal, com vistas a compreender em que medida avanços na realidade brasileira alcançam as mulheres e, especialmente, quais são as mulheres que acessam melhores condições e como estas se organizam. Sinalizam-se,

igualmente, necessidades potenciais para que mais mulheres possam ingressar as melhores esferas nos diversos âmbitos da vida social.

Assim, realizou-se um movimento intra e extra local. Algumas características gerais foram extrapoladas para a região do ABC, Região Metropolitana de São Paulo, estado de São Paulo e Brasil na seção Um Olhar Amplificado. Outras foram aprofundadas no interior do município, na seção Um Olhar Localizado. A riqueza dessa análise importa, pois garante que se possam fazer aproximações com um olhar mais agudo para os dados municipais, mas sempre em diálogo com um conjunto de informações mais ampliado.

As bases de dados utilizadas foram: Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano 2010, com estimativa para 2013; Cadastro Único de Informações Sociais, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, CadÚnico/MDS; Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS/MTE; Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/SEADE– Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/Fundação Estadual de Análise de Dados; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano; pesquisa Dimensionamento Social, realizada pelo DISE/PSA nos anos de 2011/2012, com apoio da USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Diante das fontes consultadas é preciso observar em breve comentário que esses organismos tratam mulheres e homens como sexo feminino e masculino. As bases censitárias trabalham historicamente com esses qualificativos de identificação, ainda que se tenha clareza de que na atualidade pode-se inferir ser esta uma das definições mais próximas do campo da biologia e fisiologia. É sabido que há outra denominação que retrata um conceito social de gênero e que remete a características resultantes de processos de socialização de mulheres e homens. No entanto, por coerência às fontes, sinalizaremos os dados por sexo feminino e masculino, quando se pretender realizar a distinção entre estes.

Finalmente, aguarda-se que as informações que percorrerão o texto possam caracterizar-se como insumos potenciais para a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Santo André, na construção e articulação de políticas, programas e projetos para as mulheres dessa cidade.

<sup>5</sup> TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social (1994). Cadernos Pagu (3): pp.29-62.

# UM OLHAR AMPLIFICADO

Esta seção expõe as questões relacionadas à abrangência nacional, estadual, metropolitana, regional e municipal. Importa esse desenho territorial, pois permite que se proceda a análises comparativas multiescalares e se enfatize a interação da cidade com outras espacialidades e interações socioeconômicas.

Na observação dos primeiros dados sobre as mulheres é possível destacar que a população feminina é superior

à população masculina em todos os níveis espaciais observados. No caso de Santo André, a população feminina é de 52%, contra 48% de homens. Situação semelhante se repete em termos nacionais, onde há 51% para mulheres e 49% para homens; no estado de São Paulo há 51,4% de mulheres para 48,6% de homens, e em termos da região do ABC há 51,7% de mulheres para 48,3% para homens. Observa-se certa linearidade nos dados que na tabela 1 aparecem em termos numéricos.

**Tabela 1. Distribuição da população por sexo no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

	Sexo	População estimada	População total estimada
<b>Brasil</b>	Homens	98.433.677	201.021.302
	Mulheres	102.587.625	
<b>Estado de São Paulo</b>	Homens	21.246.412	43.663.672
	Mulheres	22.417.260	
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	Homens	9.956.538	20.775.117
	Mulheres	10.818.579	
<b>Região do Grande ABC</b>	Homens	1.295.080	2.684.066
	Mulheres	1.388.986	
<b>Santo André</b>	Homens	338.146	704.942
	Mulheres	366.796	

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.



Se examinarmos essa situação do ponto de vista das fases etárias é possível constatar que, em termos nacionais na fase adulta e entre idosos, o número de mulheres aumenta. Isso se deve, principalmente, ao aumento na esperança de vida das mulheres, que é mais ampla que a dos homens, fenômeno que se observa desde os anos de 1980<sup>6</sup>. Detalhes mais aprofundados serão apresentados mais adiante ao se adentrar nos aspectos referentes à saúde.

Ao se notar os dados a respeito de crianças e adolescentes, ambos os gráficos elencados a seguir indicam que há maior número de meninos. Este número declina na juventude, o que pode indicar condições de violência a que os jovens do sexo masculino estão mais sujeitos na atualidade, cujas mortes são

mais afetadas por causas externas, como acidentes de trânsito e, sobretudo, óbitos por homicídio que vitima parcela da população juvenil do sexo masculino de 15 a 29 anos. Ao passo que as mulheres tendem a ser menos afetadas pelas causas externas, “*embora a proporção de óbitos por homicídios [entre elas] tenha crescido, fazendo com que estivessem entre o grupo das cinco principais causas de óbitos*”.<sup>7</sup> No entanto, para que se comprove tal afirmação seria necessária análise em um quadro temporal mais amplo, além de observar se há outros condicionantes locais que nos poderiam levar a afirmar tal hipótese.

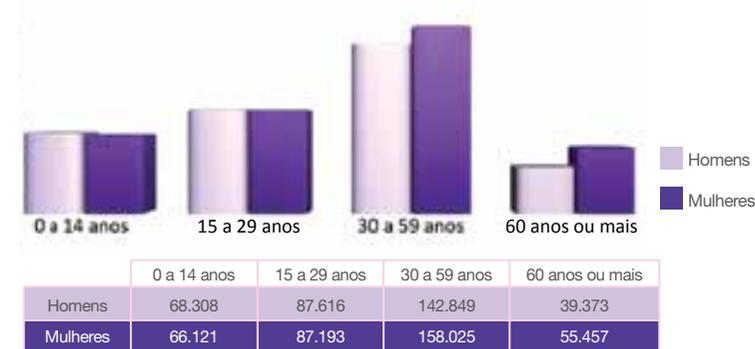
De toda forma, vejam-se os exemplos em termos de Brasil e Santo André, respectivamente, nos gráficos 1 e 2. Os demais casos podem ser analisados no Apêndice, tabela 1.

**Gráfico 1. População de mulheres e homens, segundo fase etária, Brasil, 2013.**



Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Gráfico 2. População de mulheres e homens, segundo fase etária, Santo André, 2013.**



Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Outro aspecto a ser explicitado em termos de caracterizações gerais do perfil da população diz respeito à autodeclaração que é realizada pela população no que concerne a sua cor/raça. No Brasil, conforme gráfico 3 é possível notar que há diferença percentual entre mulheres brancas e pardas. Do total de mulheres brasileiras, 48,6% se autodeclaram brancas e 42,5% se autodeclaram pardas. Ao se realizar o corte “mulheres negras e não negras”, ou seja, somando-se as pretas e pardas como o primeiro grupo, e as demais como o segundo grupo, é possível notar que o percentual entre as mulheres negras é de 49,7% enquanto que o percentual de não negras é de 50,3%.

Gráfico 3. População de mulheres e homens, segundo cor/raça, Brasil, 2013.



Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

No caso da região do ABC, os percentuais mudam bastante. Essa condição relaciona-se à trajetória histórica da região que até meados do século XIX era pouco habitada. Os grupos existentes eram em especial brancos e mamelucos (mestiços entre brancos e indígenas). A região também não acompanhou os ciclos econômicos em que a mão de obra escrava – e negra – foi utilizada em larga escala. Isso, não quer dizer que na região não existissem negros e/ou escravos, o que pode ser corroborado por estudos<sup>6</sup>, mas o percentual era baixo. No século XIX a região foi palco de uma das primeiras experiências imigratórias para o Brasil, sob o sistema de colônias de imigrantes, e que se instalaram na atual São Bernardo do Campo (1877) e Ribeirão Pires (1887). A maior parte dos imigrantes naquela ocasião era de italianos e, apesar

do malogro da experiência, essas pessoas e seus descendentes fixaram-se na região. Houve nos meados do século XX diversas correntes de migração interna, com destaque para aquela do interior do estado de São Paulo. Mas, mesmo com estas, não houve grandes mudanças no aspecto cor/raça na composição populacional do município de Santo André.

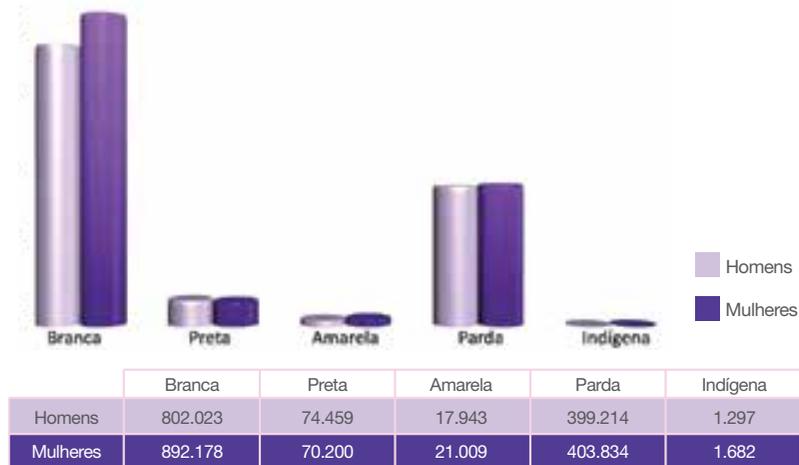
Os gráficos 4 e 5 indicam claramente essa condição. Em termos percentuais podemos identificar que entre negros e não negros, para a região do ABC, observa-se a seguinte proporção: são 65,80% de não negros para 34,2% de negros. Para Santo André os percentuais são: 73,35% para não negros e 26,65% para negros. Para outros casos, observar a tabela 2 do Apêndice.

<sup>6</sup> “Entre 1980 e 2000, a esperança de vida ao nascer da população masculina passou de 58,4 anos para 66 anos e a das mulheres aumentou de 65,5 para 74,3 anos. As mulheres apresentavam, em 2000, uma esperança de vida 8,3 anos mais elevada que a masculina”. CAMARANO, Ana Amélia. et. al. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: Brasil, o estado de uma Nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

<sup>7</sup> Idem.

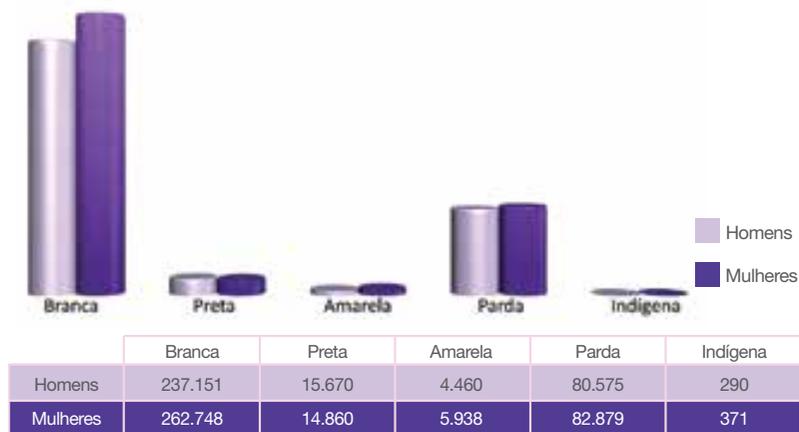
<sup>8</sup> Veja-se os estudos de MARTINS, José de Souza. **A escravidão em São Bernardo** (1988) e **A escravidão em São Caetano** (1988); bem como SANTOS, Wanderley dos. **Antecedentes Históricos do ABC Paulista** (1992); e PIRATININGA Jr. Luiz Gonzaga. **Dietário dos escravos de São Bento** (1992).

Gráfico 4. População de mulheres e homens, segundo cor/raça, Região do ABC, 2013.



Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 5. População de mulheres e homens, segundo cor/raça, Santo André, 2013.



Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Interessante atentar que quando se encaminha para as camadas com maior vulnerabilidade socioeconômica o perfil para variáveis de gênero - negros/não negros - muda um pouco. Quando observamos a população cadastrada<sup>9</sup> do CadÚnico, em Santo André percebemos que há 52.224 beneficiários

diretos e indiretos no Programa Bolsa Família (PBF). Dentre estes beneficiários 60% são mulheres e dentre estas mulheres 52% são negras. No caso dos homens beneficiários do PBF, estes somam 40% e dentre estes 51,8% são negros. Ao se aprofundar um pouco a análise sobre a população com

mais de 10 anos, e que segundo metodologia do Censo/IBGE pode receber rendimentos, há um quadro que merece destaque. Ainda que tenha havido avanços<sup>10</sup> nos últimos anos, bem mais favorável à participação feminina no mercado de trabalho, notadamente vinculados ao contexto de expansão da economia, conforme se vê adiante, as mulheres ainda recebem menos por seu trabalho do que os homens.

Tais desigualdades persistem em várias esferas do mundo do trabalho de modo que elas se materializam em situações relacionadas ao “*exercício da função, critério de admissão, oportunidades de promoção e qualificação e treinamento por motivo de idade, sexo, raça/cor ou estado civil*”.<sup>11</sup> E a condição de desigualdade salarial, aspecto sobre o qual se reuniu alguns dados, é evidente nas diversas escalas territoriais que ancoram este panorama. Veja-se o quadro comparativo da tabela 2.

**Tabela 2. Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade segundo sexo e rendimento nominal médio mensal no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

Local	Sexo	Rendimento nominal médio mensal
Brasil	Homens	R\$ 1.370,29
	Mulheres	R\$ 810,87
Estado de São Paulo	Homens	R\$ 1.852,85
	Mulheres	R\$ 1.040,42
Região Metropolitana de São Paulo	Homens	R\$ 2.091,26
	Mulheres	R\$ 1.218,85
Região do Grande ABC	Homens	R\$ 1.963,82
	Mulheres	R\$ 1.000,46
Santo André	Homens	R\$ 2.331,79
	Mulheres	R\$ 1.189,83

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE  
Elaboração: Depto Indicadores Sociais e Econômicos / SOPP / PSA

<sup>9</sup> Nem todos os cadastrados no CadÚnico são beneficiários do Programa Bolsa Família que atenta para um corte de renda familiar *per capita* de até R\$140,00. Este Cadastro é também utilizado para outros programas sociais do governo federal. Identificam-se beneficiários diretos aqueles que recebem o benefício e indiretos aqueles que usufruem do benefício recebido, por exemplo, crianças ou idosos e outros membros da família.

<sup>10</sup> Avanços não significam vitória do movimento feminino. A crescente incorporação da força de trabalho feminina ocorre em função da necessidade do capitalismo em aumentar a produção de mercadorias. Essa conveniência, de fato, tende a ampliar as oportunidades de trabalho para ambos os sexos.

<sup>11</sup> ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2007.

Num primeiro momento, o que pode ser sinalizado, conforme destacado na tabela 2, é que em Santo André, o salário dos homens é mais alto se comparado às demais escalas e o salário das mulheres, ainda em desvantagem em relação ao dos homens, é mais alto na Região Metropolitana de São Paulo em comparação à situação das mulheres de outros territórios. Uma das possibilidades de resposta a essa condição pode se aproximar ao fato de que esta região agrega a capital, São Paulo, região onde estão concentradas as melhores oportunidades de emprego, o que tende ampliar a inserção feminina no mercado de trabalho, possibilitando-lhe melhores ganhos salariais.

Agora, um fator a interferir como fonte de diferenciação de salário entre homens e mulheres, principalmente em casos quando o nível profissional entre eles é o mesmo, decorre do papel atribuído à mulher na reprodução social. Dentre os fatores que circundam a questão, está aquele que destina “às mulheres o papel de cuidadoras do lar, o que faz com que o custo do trabalho produtivo feminino, em termos relativos, seja sempre considerado mais alto devido ao impacto negativo das atividades femininas extraprofissionais<sup>12</sup> na produtividade das empresas<sup>13</sup>. Segundo o ponto de vista empresarial, este fator torna o desempenho da mulher menos produtivo, além de encarecer os custos de contratação da força de trabalho feminina. Nessas circunstâncias o mundo do trabalho tende

a remunerar as mulheres, em média, com salário mais baixo que o dos homens. Por outro lado, tal argumento sexista serve como pretexto e muitas vezes utilizado para ocultar o arcaísmo de alguns setores da economia responsáveis por pagar baixos salários aos trabalhadores, sejam eles homens ou mulheres.

Destaca-se, por fim, uma última informação sobre rendimentos médios mensais por meio da posição na ocupação, onde é possível comparar, de maneira simples, os efeitos da discriminação salarial em todos os tipos de inserção ocupacional, conforme ilustra a tabela 3. Como dito anteriormente, o rendimento percebido por mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens. E mesmo quando elas ganham melhor, os rendimentos chegam a ser 21% e 26% inferiores aos dos homens, respectivamente, na categoria de militares e funcionários públicos estatutários, e conta própria, de forma que esta última categoria abarca tanto as atividades formais (com cobertura previdenciária), quanto as informais, aquelas para as quais não se estendem a cobertura social. E os salários das mulheres chegam a ser 35% inferiores aos dos homens na categoria empregados com carteira de trabalho assinada. Percebe-se, pois, um padrão de diferenciação salarial no mercado de trabalho, como se características de ordem pessoal – no caso a categoria sexo, fosse atributo para definir quem é mais ou menos produtivo.

---

<sup>12</sup> Dentre os principais estão: período de gestação, aleitamento, maternidade, socialização dos filhos, cuidado infantil etc.

<sup>13</sup> PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): setembro-dezembro/2009.

<sup>14</sup> Para o IBGE, a população economicamente ativa é aquela de 10 a 65 anos e que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Aquelas não economicamente ativas são classificadas como nem ocupadas ou nem desocupadas. Fonte: IBGE, [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br).

<sup>15</sup> Em estudo sobre a trajetória da mulher no mercado de trabalho, a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e da OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico), RAMOS et. al., observam a evolução da taxa feminina na PEA, destacando que, “entre 2001 e 2008, todos os países analisados apresentaram uma trajetória de ascensão ou estabilidade em suas taxas de participação. Entretanto, é possível observar como o nível dessas taxas variou entre eles. Os Estados Unidos e a Austrália, nos dois últimos anos, superaram 70% de mulheres entre 15 e 64 anos na força de trabalho. O Brasil acompanhou o crescimento da Europa dos 15 e do Japão até 2005, depois se estabilizou enquanto os demais continuaram a subir, de tal forma que, em 2008, as diferenças se tornam praticamente as mesmas, ou até maiores, que aquelas observadas no início da década. Por fim, o México, apesar de uma elevação de mais de 6 p.p. na taxa de atividade feminina, foi o país com o menor nível de participação em todo período”. **Participação Feminina na Força de Trabalho Metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias**. Economia Aplicada, v. 15, n. 4, 2011, p. 598.

<sup>16</sup> Tendências demográficas mostradas pela PNAD de 2011. **Comunicado IPEA 157**, outubro de 2012.

**Tabela 3. Distribuição da média do rendimento mensal total da população por posição na ocupação e por sexo - Santo André –2013.**

Posição na ocupação	Masculino	Feminino	Total
	Média rendimento mensal		
Empregados com carteira de trabalho assinada	R\$ 3.027,07	R\$ 1.967,16	R\$ 2.579,89
Militares e funcionários públicos estatutários	R\$ 4.093,42	R\$ 3.261,36	R\$ 3.550,28
Empregados sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.897,54	R\$ 1.265,01	R\$ 1.553,52
<b>Conta própria</b>	<b>R\$ 3.286,66</b>	<b>R\$ 2.457,81</b>	<b>R\$ 2.961,76</b>
Empregadores	R\$ 9.755,42	R\$ 5.405,93	R\$ 8.312,55
Não remunerados	R\$ 533,17	R\$ 249,71	R\$ 333,27
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	R\$ 833,06	R\$ 496,96	R\$ 724,49
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.165,77</b>	<b>R\$ 2.018,39</b>	<b>R\$ 2.659,33</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Se de um lado houve alteração nas relações tradicionais de gênero – mulher cuidadora e homem provedor, por exemplo –, provocadas pelas recentes transformações na função familiar e social da mulher e, sobretudo, na sua função econômica em razão do forte aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o que com isso refletiu na maior “contribuição da renda das mulheres na renda das famílias brasileiras”; de outro, como enfatizam os pesquisadores das mudanças nas estruturas familiares, as relações de produção e reprodução da vida, ao desconsiderar homens e mulheres como seres complementares, tendem a ratificar os papéis “tradicionais de gênero”.

Já a região do ABC que tem entre seus entes municípios com menores possibilidades salariais, a média é um pouco menor. Essas informações indicam a necessidade de observar as condições regionais e seus rebatimentos nas informações coletadas. O fato de compor uma região que historicamente tem origem comum, não significa que os destinos continuam semelhantes. Há conformações econômicas, políticas, sociais e

mesmo geográficas que fazem com que cada município tenha as suas potencialidades e desafios que, quando evidenciados indicam, inclusive, o seu papel no âmbito regional.

Em um panorama no qual se expressam aspectos associados a um olhar em diversos âmbitos, indica-se o desmembramento entre pessoas economicamente ativas e não economicamente ativas<sup>14</sup>.

A expansão do capitalismo na sociedade brasileira ao longo da última década, sobretudo impulsionada pela sua principal alavanca - o mercado de trabalho -, ampliou a taxa de participação da mão de obra que efetivamente está ocupada ou procurando trabalho, em especial a feminina, embora esta seja inferior à masculina, como se pode notar na tabela 4.<sup>15</sup> Inevitavelmente, tal fenômeno reflete no “aumento da proporção de domicílios chefiados por mulher”<sup>16</sup>. Em 2000, a proporção de homens trabalhando ou à procura de trabalho era de 60%, ao passo que a de mulheres beirava a 40%. Em 2010, na situação de quem estava ocupado ou procurando trabalho, o quadro era

o seguinte: houve incremento da entrada feminina, ocasião em que 44% das mulheres participavam do mercado de trabalho, aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano de

2000, enquanto que 57% dos homens estavam na mesma situação, conforme demonstra a tabela 4.

Tabela 4. Taxa de participação na PEA, por sexo - Brasil, 2000 - 2010 (%).

Sexo	2000	2010
Mulheres	39,9	43,5
Homens	60,1	56,5

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Um olhar mais atento sobre o crescimento intenso da participação feminina é possível a partir do estoque de postos de trabalho formais de Santo André, computados pelo Relatório Anual de Informações Sociais – Rais/MTE, dados que permitem observar que o nível ocupacional de inserção da mulher apresentou variação positiva em quase todas as ocupações no período entre 2003 a 2012<sup>17</sup>. Sobretudo no elenco de ocupações vinculadas à direção, gerência, pesquisa científica, docência do ensino superior e engenharia etc., como ilustra o gráfico 6. Casos como profissionais das Ciências Jurídicas, das Ciências Biológicas e da Saúde e afins, das Ciências Exatas, Físicas e da Engenharia, bem como pesquisadores e profissionais policientíficos, com variação acima de 100%, revelam quão intensa foi a incorporação feminina nestes postos

de trabalho nos últimos anos<sup>18</sup>. Estas ocupações requerem para seu desempenho conhecimentos profissionais de alto nível e experiência na área de atuação<sup>19</sup>. Na posição em que a inserção feminina teve variação negativa foi na ocupação Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público, dado que nestes espaços as mulheres ainda têm pouca representatividade, principalmente na família ocupacional de Legisladores (senador, deputado federal, deputado estadual, vereador) e na de dirigentes gerais da administração pública (Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Secretário Executivo, membro superior do Poder Executivo, Governador do Estado, Vice-Governador do Estado, prefeito, vice-prefeito).<sup>20</sup>

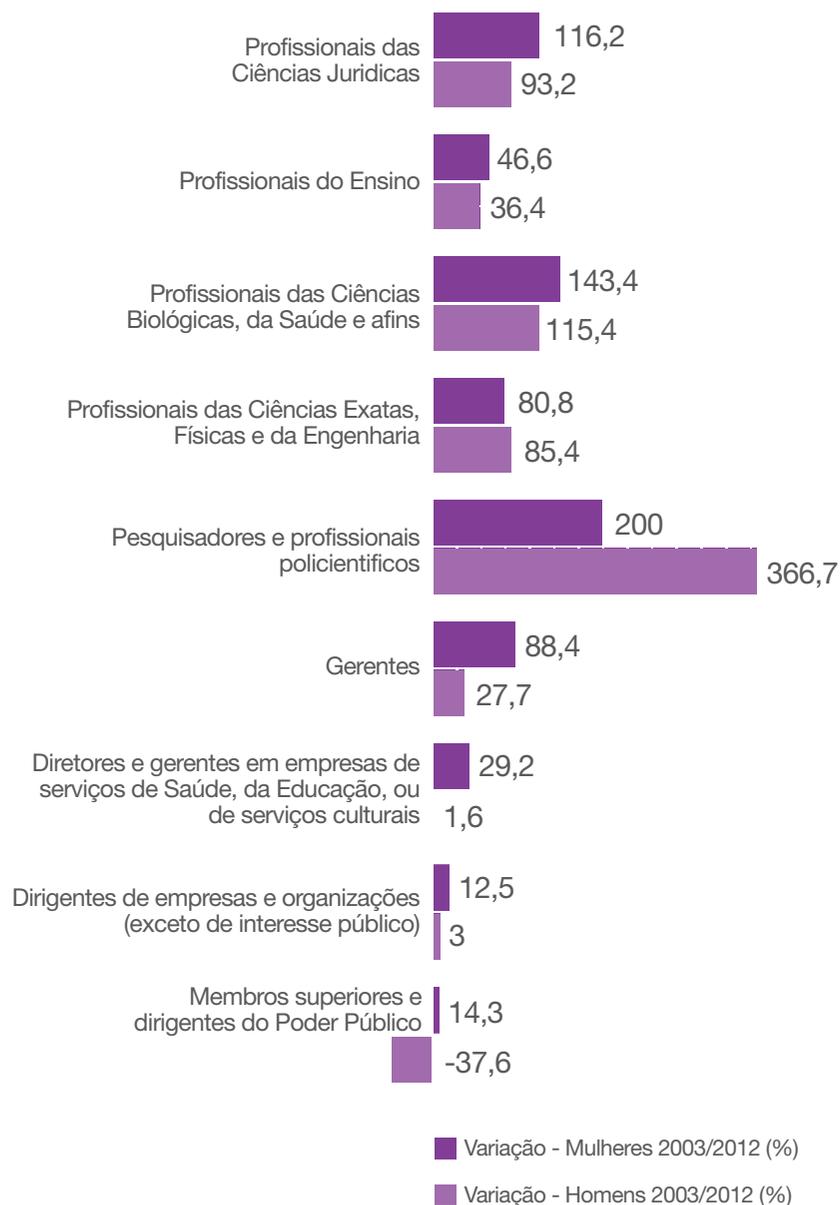
<sup>17</sup> A respeito, consultar no apêndice deste trabalho a tabela 11. ‘Distribuição do número de empregos formais por ocupação segundo sexo - Santo André, 2003 -2012’.

<sup>18</sup> Certo movimento feminino, em cuja pauta de luta tem questionamento, a partir da categoria sexo, de quem ocupa e em que circunstâncias ocupa as posições estratégicas e de destaque nas hierarquias sociais, sem pôr em xeque as estruturas de poder e exploração da sociedade, pode considerar o que se observou no gráfico 6 um feito vitorioso. Uma abordagem detalhada sobre mulheres que ocupam posições estratégicas no mundo empresarial é nos fornecida pelo jornal **Valor Econômico**, no caderno *EU & FIM DE SEMANA*. ‘As dez melhores executivas do Brasil’. Edição de final de semana - 21, 22 e 23 de março de 2014.

<sup>19</sup> Segundo estudo do IPEA, a presença feminina “deverá afetar o perfil da mão de obra brasileira nos próximos anos”. E ainda nos passos do estudo, essa tendência deve-se ao aumento da população feminina nas “taxas de participação do mercado de trabalho e à ampliação de seu nível de escolaridade acima da média masculina”. NONATO, F.J. A. P.; PEREIRA, R. H. M.; NASCIMENTO, P.A.M.M; ARAÚJO, T. C. O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas. **Nota técnica nº 51**. IPEA, Brasília, 2012.

<sup>20</sup> Ainda compõem a família ocupacional membros superiores e dirigentes do Poder Público: magistrados, dirigentes do serviço público, gestores públicos.

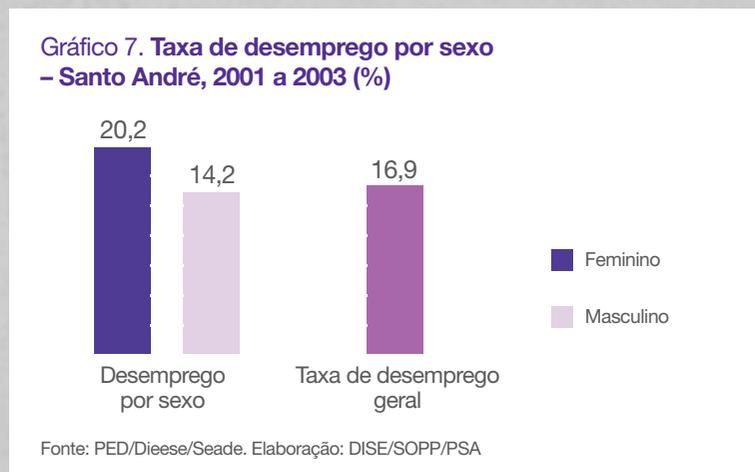
**Gráfico 6. Variação dos empregos formais por sexo, segundo nível de inserção ocupacional a partir do Código Brasileiro de Ocupações - CBO subgrupo principal – Santo André, 2003 a 2012.**



Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Em observância a outra fonte, referente à Pesquisa Emprego e Desemprego – PED/Dieese/Seade para observar o desemprego por sexo, no triênio 2001/2003, em Santo André, a falta de

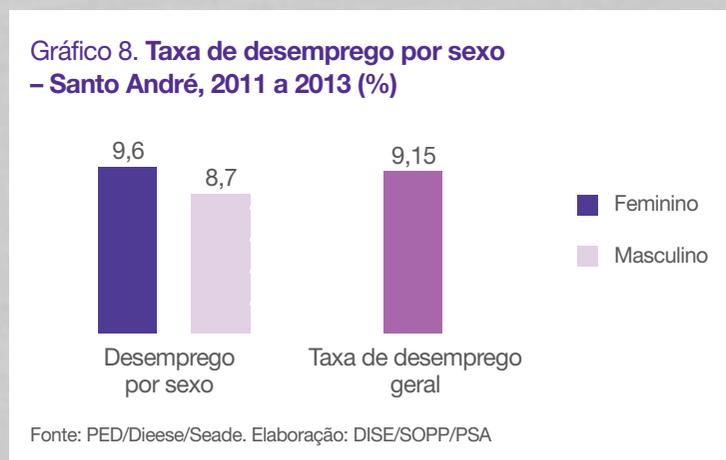
trabalho para as mulheres atingia na época 20% dessa força de trabalho, enquanto o desemprego masculino situava-se em 14%, como ilustra o gráfico 7.



Já no triênio 2011/2013, o hiato entre a taxa de desemprego por sexo caiu para menos de um ponto percentual (0,9%): 8,7% para os homens e 9,6% para as mulheres, como indica o gráfico 8. Isso evidencia o significativo crescimento da taxa de ocupação da população feminina economicamente ativa (PEA).

O que chama a atenção na tabela seguinte, e em todas as

escalas, é que entre a população não economicamente ativa há um número bastante superior de mulheres nessa condição, embora tenha se intensificado a participação feminina na vida econômica ativa, tanto nas áreas formais quanto nas informais da economia. E esse número, no caso do Brasil, é superior ao das mulheres economicamente ativas. No caso de Santo André ele não é maior, mas se aproxima bastante.



**Tabela 5. Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade segundo sexo e condição de atividade no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

Local	Condição de atividade	Sexo	População 10 anos ou mais de idade
<b>Brasil</b>	Economicamente ativas	Homens	55.668.834
		Mulheres	42.867.768
	Não economicamente ativas	Homens	27.327.182
		Mulheres	44.834.520
<b>Estado de São Paulo</b>	Economicamente ativas	Homens	12.648.413
		Mulheres	10.250.804
	Não economicamente ativas	Homens	5.612.709
		Mulheres	9.290.432
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	Economicamente ativas	Homens	5.860.175
		Mulheres	5.049.567
	Não economicamente ativas	Homens	2.640.985
		Mulheres	4.365.354
<b>Região do Grande ABC</b>	Economicamente ativas	Homens	784.944
		Mulheres	646.018
	Não economicamente ativas	Homens	331.750
		Mulheres	570.007
<b>Santo André</b>	Economicamente ativas	Homens	208.689
		Mulheres	171.610
	Não economicamente ativas	Homens	86.388
		Mulheres	153.675

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

Em certo sentido pode-se explicar que o significativo contingente de mulher em idade ativa, mas não incorporada à PEA, tem relação com a ideia de que a mulher, por conta dos papéis sociais a ela determinados, é conduzida a se especializar no trabalho doméstico, no cuidado dos filhos, pois este espaço – o doméstico – se configura em um dos locais nos quais acontece a reconstituição da força de trabalho assalariado e a produção dos futuros trabalhadores. Desse modo, esse cenário em hipótese alguma exclui a mulher do mundo do trabalho se levado em conta que toda vida social, incluindo a da unidade familiar, está inteiramente integrada aos mecanismos de produção capitalista<sup>21</sup>.

Outro aspecto interessante a destacar é a manutenção do grande contingente feminino não economicamente ativo; em outros termos, aquele excluído da estrutura sócio-ocupacional – no caso mulheres que não trabalham ou não estão procurando emprego.

Observa-se que o não aproveitamento da capacidade laboral das mulheres é utilizado como álibi para aliviar tensões decorrentes do excesso de mão de obra, especialmente no que diz respeito ao acirramento entre homens e mulheres na busca por uma vaga de trabalho. Como se fosse a mulher *“usurpadora do trabalho masculino”*<sup>22</sup>. Será preciso, no entanto, em outro estudo analisar melhor essa condição associada às fases etárias, às condições de acesso e manutenção ao mundo do trabalho e, subsidiariamente a condições de educação, profissionalização etc.

No tocante aos níveis de instrução é possível evidenciar que, em termos de Brasil, as mulheres acima de 10 anos superam os homens a partir de ‘ensino fundamental completo e ensino

médio incompleto’. Os homens acima dos 10 anos superam as mulheres no grupo ‘sem instrução e fundamental incompleto’. Quando se analisa os dados de Santo André é possível notar que ali as mulheres tendem a ser mais escolarizadas que os homens em todos os níveis de instrução. Nesse contexto, a elevação do nível educacional de um modo geral no Brasil e, especialmente, em Santo André, permite perceber a forte associação entre escolaridade e o crescimento da taxa de participação da força de trabalho feminina, refletindo, de maneira relevante, na composição do perfil da mão de obra. Porém, as mulheres *“só se constituem em maioria [da PEA] quando o recorte é feito entre trabalhadoras e trabalhadores com curso superior”*, de modo que *“a taxa líquida de participação feminina somente se aproxima da masculina para quem tem 12 anos de estudos ou mais”*<sup>23</sup>.



---

<sup>21</sup> Um modelo de análise acerca da produção e reprodução do proletariado encontra-se expresso em BERNARDO, João. **O Proletariado como produtor e como produto**. Revista de Economia Política, vol. 5, nº 3, julho-setembro/1985.

<sup>22</sup> Esse argumento encontra-se expresso em SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**. Mais precisamente na parte I deste trabalho – Mulher e Capitalismo, 1969.

<sup>23</sup> NONATO, F.J. A. P.; PEREIRA, R. H. M.; NASCIMENTO, P.A. M.M.; ARAÚJO, T. C. O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas. **Nota técnica nº 51**. IPEA, Brasília, 2012.

Tabela 6. Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade segundo sexo e nível de instrução no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.

Local	Nível de instrução	Sexo	População 10 anos ou mais de idade
Brasil	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	43.573.403
		Mulheres	42.192.984
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	14.480.337
		Mulheres	15.214.896
	Médio completo e superior incompleto	Homens	18.523.297
		Mulheres	21.501.136
	Superior completo	Homens	5.937.290
		Mulheres	8.251.019
	Não determinado	Homens	481.690
		Mulheres	542.254
Santo André	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	95.455
		Mulheres	116.554
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	53.821
		Mulheres	55.079
	Médio completo e superior incompleto	Homens	96.918
		Mulheres	97.323
	Superior completo	Homens	46.815
		Mulheres	54.126
	Não determinado	Homens	2.067
		Mulheres	2.202

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Segundo estudiosos do assunto, dois fatores tendem a contribuir para aumentar a presença feminina na PEA: primeiro diz respeito ao aumento simultâneo da presença da mulher no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que declina a taxa de fecundidade, pois o efeito maternidade interfere na decisão de continuar ou não trabalhando<sup>24</sup>; segundo relaciona-se com a elevação da qualificação das mulheres, visto que, uma vez mais qualificadas, ampliam-se as chances de as mulheres acessarem postos de trabalho<sup>25</sup>. As informações para as demais escalas estão no Apêndice, tabela 3.

<sup>24</sup> Ver a respeito SOUZA, L. R.de; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. *A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2011. Em Santo André a taxa de fecundidade geral por mil mulheres entre 15 a 49 anos declinou, passando de 57,99% em 2000 para 48,18% em 2010. Um aspecto desse declínio relaciona-se à questão reprodutiva, pois as mulheres ampliaram o uso de métodos contraceptivos. E quando se observa os indicadores de mercado de trabalho a partir dos microdados da PED/Dieese/Seade, no triênio 2001/2003, em Santo André, a PEA feminina era de 44%, contra 56% da masculina, uma diferença de 12 pontos percentuais (p. p.). No triênio 2011/2013 esta diferença cai para 9 p.p., de forma que taxa de participação feminina economicamente ativa saltou para 45% no período considerado, enquanto os homens registraram 55% dos casos nas mesmas condições.

<sup>25</sup> NONATO, F.J. A. P.; PEREIRA, R. H. M.; NASCIMENTO, P.A. M.M.; ARAÚJO, T. C. Idem.

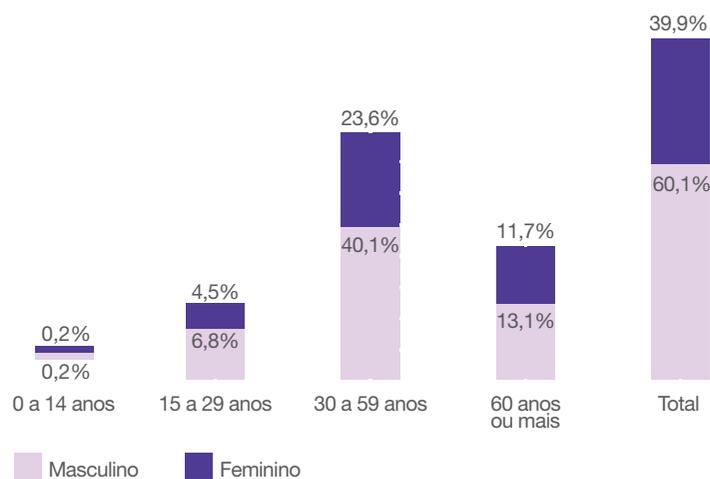
Outro detalhe significativo é aquele que toca a questão da responsabilidade pelo domicílio ou o chefe de família. Segundo o IBGE, o termo ‘chefe de família’ “... sempre esteve associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família e, na maioria dos casos, a mais importante fonte de sustento. Os dados mostraram, ao longo dos anos, a predominância de pessoas do sexo masculino nessa escolha”<sup>26</sup>. No entanto, alerta o IBGE, que devido às mudanças na participação de todos os membros da família em decisões de âmbito familiar, além do compartilhamento no sustento da família, este termo vem sendo aos poucos substituído por pessoa responsável pelo domicílio. No entanto, há ainda um caminho nesse sentido, e a terminologia utilizada atualmente pelo IBGE ‘responsável pelo domicílio’ diz respeito àquela pessoa que é reconhecida como tal pelos demais moradores.

Esses dados identificam-se como de interesse em uma aproximação ao segmento das mulheres, uma vez que enfatiza

uma mudança de posição social destas no âmbito do grupo familiar e mesmo na sociedade. A partir das informações coletadas pelo Censo 2010, na publicação do IBGE *Síntese dos Indicadores Sociais* (2012) é possível averiguar que houve avanço nessa condição. Em 1996 eram 20,81% de mulheres chefes de família, em 2000, de acordo com o Censo, esse número passou a 26,55%, e em 2011, de acordo com o IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 37,4% das famílias têm como pessoa de referência a mulher.

No caso de Santo André, para 2013, em acordo com o Censo 2010/IBGE é possível observar que 39,9% das mulheres são responsáveis pelo domicílio e 60,1% são homens. A maior parte desses responsáveis está na faixa de 30 a 59 anos, totalizando-se 63,7%, conforme se vê no gráfico 9.

**Gráfico 9. Distribuição da população por responsável pelo domicílio por faixa etária e sexo, Santo André, 2013.**



Fonte: Microdados da Amostra/Censo2010, IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

<sup>26</sup> Fonte: IBGE, <http://www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtml>, acesso em abril de 2014.



Ao observarmos a responsabilidade pelo domicílio cruzada com a informação sexo e rendimento mensal, conforme se vê no gráfico 10, é possível mais uma aproximação sobre a questão da autonomia das mulheres. Observa-se que o maior percentual de mulheres responsáveis pelos domicílios encontra-se entre aquelas que têm maiores rendimentos.

Deste ângulo, uma passagem de um estudo do IPEA que investiga a autonomia das mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF), a partir da escuta das pessoas envolvidas com o Programa, baseado no economista Amartya Sen, expressa que *“a liberdade das pessoas depende do leque de opções concretas que lhes permitem realizar atos ou alcançar estados que consideram valiosos (Sen, 2000 e 2008). Tais opções dependem não somente das capacidades individuais, mas também das condições materiais nas quais as pessoas vivem”*<sup>27</sup>.

Tal passagem que elucida aspectos das conquistas das mulheres, nomeadamente no campo econômico, sintetiza o enunciado dos aspectos que proporcionam o empoderamento feminino como resultado do recebimento do benefício PBF. Em Santo André, a experiência do PBF confirma que 95% das mulheres são responsáveis pela titularidade do cartão, ou seja, recebem um rendimento regular. E ainda nos passos do estudo mencionado acima, *“deve ser lembrado que, na grande maioria das famílias pesquisadas, já se pode afirmar que o Bolsa Família representa o único rendimento monetário percebido, e, em vários casos, constitui a primeira experiência regular de obtenção de rendimento na vida”*<sup>28</sup>.

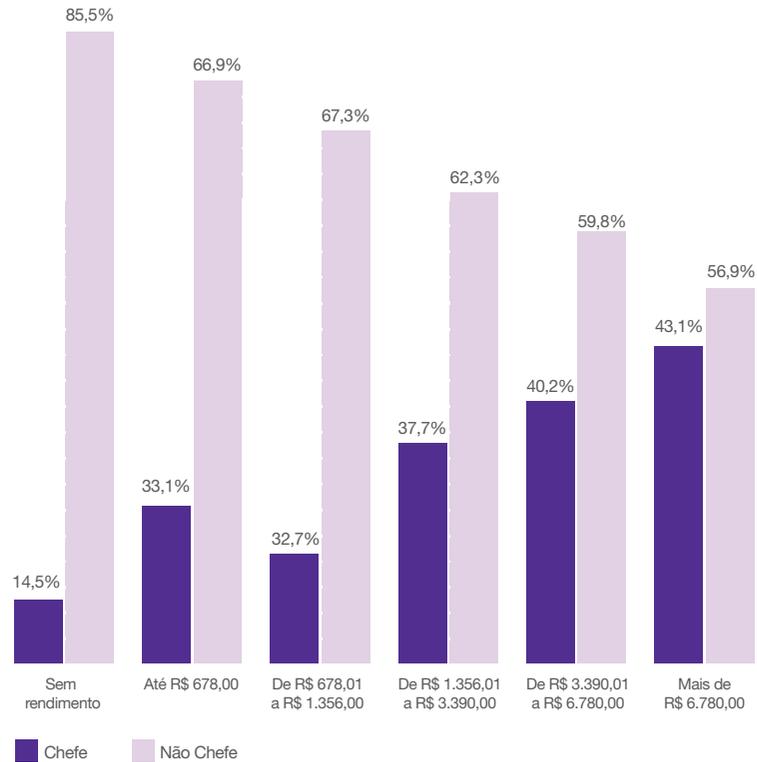
---

<sup>26</sup> Fonte: IBGE, <http://www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtml>, acesso em abril de 2014.

<sup>27</sup> LEÃO RÉGO, W. D.; PINZANI, A. Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Organizadores: CAMPELLO, Tereza; NERI Marcelo Córtes. – Brasília : Ipea, 2013.

<sup>28</sup> Idem.

**Gráfico 10. Distribuição de mulheres por responsabilidade pelo domicílio, segundo faixa de rendimento mensal total, Santo André, 2013.**



Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Voltando às informações do Censo, há certa linearidade entre os percentuais de chefe e não chefe e em momento algum as mulheres chefes de família ultrapassam aquelas não chefes. No gráfico 11, de igual teor, mas para a população masculina é possível perceber que os homens chefes de família ultrapassam aqueles não chefes. Apesar de avanços na luta contra a submissão da mulher ao homem, principalmente as relevantes conquistas do ponto de vista material, moral e político; quando as mulheres ampliaram seus espaços na sociedade e diminuí-se

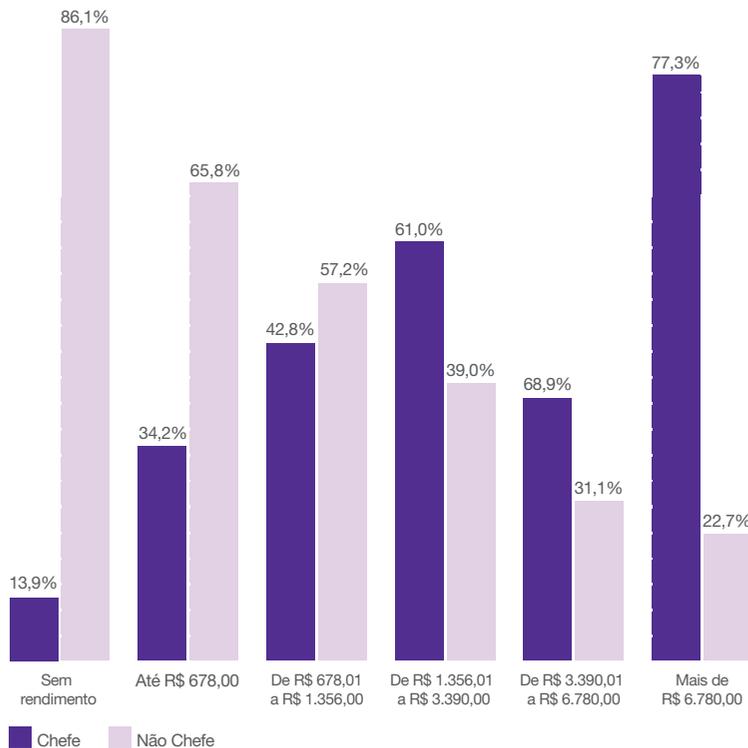
a desigualdade de direitos entre as mulheres e homens, nota-se que se reproduz a lógica do pouco protagonismo das mulheres quando o tema é responsabilidade da família, mesmo entre as classes mais abastadas do ponto de vista do rendimento. E essa condição transparece mesmo quando historicamente houve emancipação das mulheres em diversos aspectos da vida social e também, como se observou no item anterior, associada ao mercado de trabalho.

Um último aspecto a ser destacado nessa Seção diz respeito ao tema da saúde. Este é identificado, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) como “... um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. De acordo com essa definição, a saúde se apresenta em um contexto amplo, onde seus determinantes incluem o ambiente social e econômico, o ambiente físico e as características e comportamentos individuais da pessoa”<sup>29</sup>.

Alguns indicadores auxiliam a compor um quadro amplificado sobre a saúde. Entre eles indicam-se as características demográficas da população como envelhecimento, taxa de mortalidade infantil, taxa de fecundidade etc. Na linha de um olhar amplo, a proposta é ressaltar dados de indicadores nacionais, estaduais e municipais. E, buscar compreender a evolução desses indicadores, em especial no caso da saúde, trata-se de boa alternativa para que se possa avaliar o desenvolvimento das políticas sociais que envolvem essa área. Mas, não apenas isso se evidencia, como também aspectos associados às transformações que a população vai se deparando no tocante aos aspectos demográficos em si.

Cabe ressaltar que boa parte das informações não encontram-se seccionadas entre mulheres e homens, mas por serem fundamentais para que se possa avaliar a condição das mulheres em relação à atenção à saúde, estas também são apresentadas. Outras informações atinentes especificamente à saúde da mulher são postas em relevo mais adiante.

**Gráfico 11. Distribuição de homens por responsabilidade pelo domicílio, segundo faixa de rendimento mensal total, Santo André, 2013.**



Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Dessa maneira, algumas taxas demográficas evidenciadas foram coletadas junto ao Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013. A fonte para construção dos indicadores apresentados foi o Censo/IBGE, e maiores informações sobre a metodologia podem ser encontradas no site do Atlas Brasil 2013<sup>30</sup>.

Inicialmente indicam-se as taxas de esperança de vida ao nascer. Tal informação permite medir o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecer constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalente no ano do Censo. Caracteriza-se como indicador de longevidade, uma vez que sintetiza em um número condições sociais, de saúde

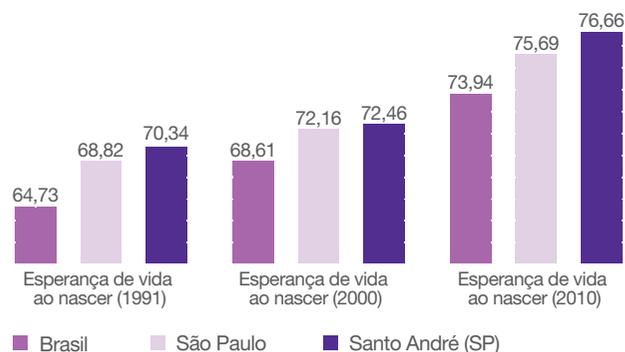
<sup>29</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>30</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, acessível em [www.atlasbrasil2013.org.br](http://www.atlasbrasil2013.org.br)

e de salubridade ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias de uma dada localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes (Atlas Brasil 2013).

O gráfico 12 demonstra que essa taxa cresceu nas três escalas, ou seja, a esperança aumentou em todos os níveis. Ainda que haja desafios no tocante a todas as questões associadas a esse indicador, em Santo André ela é superior às taxas estadual e nacional.

**Gráfico 12. Taxa de Esperança de vida ao nascer, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**

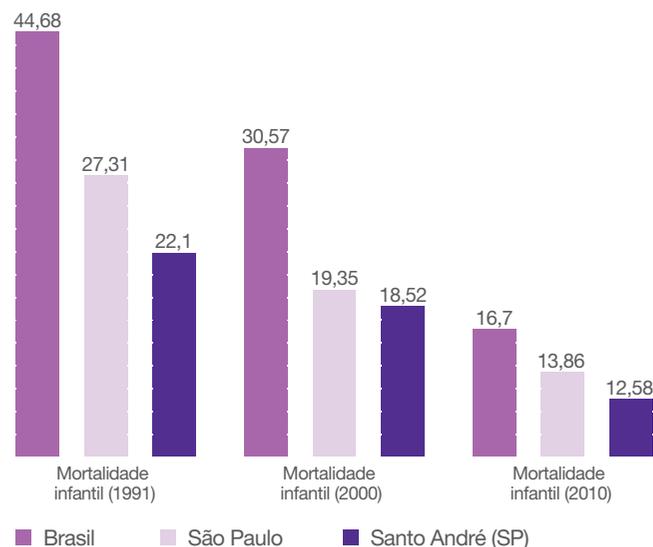


Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

A taxa de mortalidade infantil, apresentada no gráfico 13, identifica a mortalidade até um ano de vida por mil nascidos vivos e é perceptível que houve decréscimo nesses índices. Associada a essa diminuição estão medidas profiláticas como a vacinação e acompanhamento no que se refere à nutrição e aos cuidados iniciais da vida das crianças. Além destes, podem ser observados a melhora no saneamento e na atenção às mães, destacando-se a evolução na atenção básica a elas. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais de 2013 houve também decréscimo de óbitos infantis por causa de doenças respiratórias<sup>31</sup>. Ainda assim, cabe destacar que a taxa de mortalidade brasileira, se comparada com a de outros países

ainda é alta, haja vista que nesses locais (Alemanha, Espanha, França, Holanda etc., por exemplo) atingem o patamar de cerca de 3,5 mortos por 1.000 nascidos vivos.

**Gráfico 13. Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

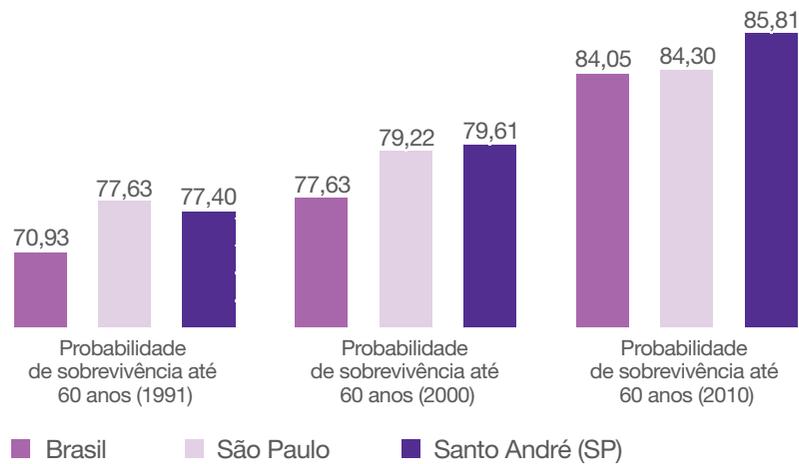
Partindo-se para outro período da vida, é possível observar a taxa de probabilidade de sobrevivência até 60 anos, que indica a expectativa de uma criança recém-nascida viver até os sessenta anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalente no ano do Censo. Nesse caso, observa-se que as condições nas três escalas analisadas apresentam crescimento, o que pode ser corroborado ao observar a tendência ao envelhecimento populacional.

<sup>31</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro, 2013.

Os gráficos 14 e 15 são bons termômetros para essa avaliação. Segundo estudos do IBGE, prospectando-se para os anos vindouros, a tendência é de que a população de jovens de 0 a 14 anos diminuirá gradualmente e atingirá 13,0% da população brasileira em 2060. Entre as pessoas de 30 a 59 anos há certa estabilidade com variação de 41,3% em 2040, e 38% em 2060. Para os idosos (60 anos ou mais), no entanto, a participação

relativa será acentuada, passando-se dos 13,8% em 2020 para 33,7% em 2060, com um aumento de 20%<sup>32</sup>. A esperança de vida ao nascer em Santo André aumentou 6,3 anos nas últimas duas décadas, passando de 70,3 anos em 1991 para 72,5 anos em 2000, e para 76,7 anos em 2010. Em 2010, esta mesma taxa o estado de São Paulo era de 75,7 anos e, para o País, de 73,9 anos.<sup>33</sup>

**Gráfico 14. Taxa de probabilidade de sobrevivência até 60 anos, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



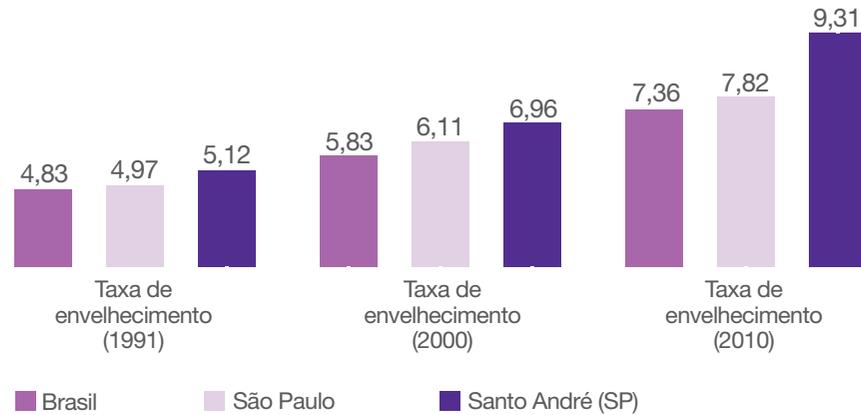
Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

<sup>31</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, acessível em [www.atlasbrasil2013.org.br](http://www.atlasbrasil2013.org.br)

**Gráfico 15. Taxa de envelhecimento, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Os indicadores apresentados até o momento revelam condições da população como um todo e, obviamente, impactam na condição feminina. Mas, há alguns indicadores que dizem respeito especificamente à situação das mulheres e à saúde materna. Sobre a fecundidade total da mulher para o Brasil, segundo projeção do IBGE para 2013, alcançou-se a taxa de

1,8 filhos por mulher. Para o Estado de São Paulo (2013) ela foi de 1,6 filhos por mulher. Em Santo André, segundo o 'Atlas Brasil 2013', em 1991 era de 2,0 de filhos por mulher, em 2000, repete-se o mesmo índice. Para 2010 este diminuiu para 1,4. Pelo gráfico 16 é possível observar a movimentação ao longo do tempo.

**Gráfico 16. Taxa de fecundidade, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

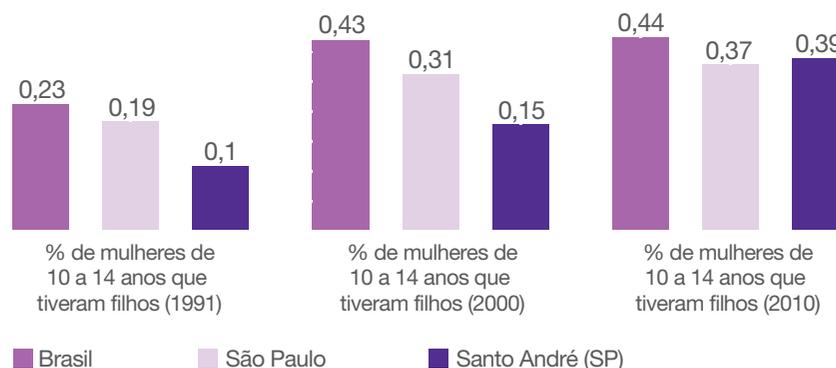
No caso da maternidade adolescente, é possível observar um dos aspectos que envolvem a vulnerabilidade feminina, nos dois gráficos subsequentes. O primeiro, gráfico 17, indica o

percentual de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos. Observa-se, de maneira preocupante que este índice vem crescendo ao longo das décadas, em especial quando se

observa os dados municipais. Já na próxima faixa etária, 15 a 17 anos, observa-se, no gráfico 18, que houve um decréscimo das taxas, mas ainda preocupantes. Associadas a esses dois elementos, é possível aferir ser necessária uma atuação junto a essas jovens no sentido de se evitar gravidez em fases etárias

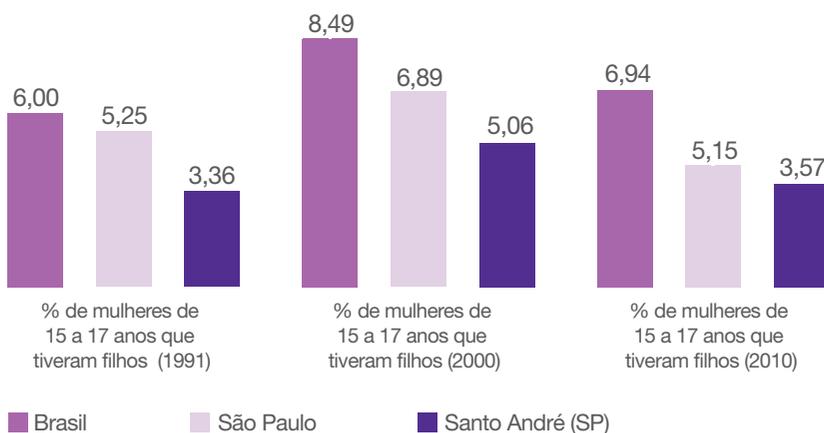
tão novas. Possivelmente essa condição poderá prejudicar o acesso ao conhecimento e o trabalho de algumas jovens, uma vez que o comprometimento com outros afazeres e cuidados familiares se faz presente.

**Gráfico 17. Percentual de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Gráfico 18. Percentual de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos, Brasil, Estado de São Paulo e Santo André, 1991, 2000, 2010.**



Fonte: PNUD/Atlas Brasil 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

No que se refere à mortalidade materna, no documento ‘Síntese de Indicadores Sociais’ (IBGE, 2013) são apresentadas as seguintes considerações: “A mortalidade materna tem sua importância destacada no documento ‘Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher’, do Ministério da Saúde: ‘A mortalidade materna é um indicador sensível à qualidade de vida de uma população. Isso porque esse indicador se refere a mortes precoces, evitáveis, que em sua quase totalidade atingem as mulheres com menor acesso aos bens sociais, configurando-se como uma grave violação dos direitos humanos

das mulheres’ (MORTALIDADE..., 2012a, p.347 *apud* IBGE, 2013, p. 209)”<sup>34</sup>.

Em observância a essa questão, diversas são as causas da mortalidade materna, com destaque para causas obstétricas diretas ou indiretas. As primeiras resultam de complicações surgidas durante a gravidez, parto ou puerpério, e as segundas decorrem de doenças preexistentes. Em Santo André, segundo tabela 7, esse número é reduzido a um óbito em 2012. Podem ainda ser observados, em número maior de casos, os óbitos associados à

Tabela 7. Óbitos de residentes do sexo feminino por faixa etária segundo causas – Santo André – 2012.

Capítulo CID-10	0 a 49	50 e mais	Ignorado	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	14	40	0	54
Neoplasias (tumores)	54	325	0	379
Doenças sangue órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	5	8	0	13
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4	120	0	124
Transtornos mentais e comportamentais	1	14	0	15
Doenças do sistema nervoso	9	80	0	89
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	1	0	1
Doenças do aparelho circulatório	49	682	0	731
Doenças do aparelho respiratório	23	264	0	287
Doenças do aparelho digestivo	10	101	0	111
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	9	0	11
Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	2	20	0	22
Doenças do aparelho geniturinário	6	102	0	108
Gravidez parto e puerpério	1	0	0	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	19	0	27	46
Malformação congênita deformidade anomalias cromossômicas	16	0	3	19
Sintomas sinais achados anormais exames clínico laboratoriais	3	20	0	23
Lesões envenenamento consequências de causas externas	0	1	0	1
Causas externas de morbidade e mortalidade	27	51	0	78
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>1.838</b>	<b>30</b>	<b>2.113</b>

Fonte: Secretaria de Saúde de Santo André/Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM-banco local (dados sujeitos à retificação).

<sup>34</sup> Ibidem.

afecções originadas no período perinatal.

Por fim, o universo da saúde feminina é vasto, mas necessita de melhores e maiores investigações e que poderão ser motivo de aprofundamentos futuros. No entanto, aqueles que tocam a vulnerabilidade feminina identificam que há diversos caminhos trilhados. Uma ação conjugada para populações mais vulneráveis [como aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)] e mesmo aquelas que se encontram na faixa de baixa renda (até ½ salário mínimo) encontram-se como público que, potencialmente, está mais desprovido de oportunidades de acesso atinentes à atenção básica de saúde. E, portanto, foco de programas associados a essa questão.

Finaliza-se essa seção *Um Olhar Amplificado* com a percepção, corroborada pelas informações postadas até o momento, de que Santo André tem, para sua população feminina, condições socioeconômicas favoráveis. Em especial, quando nos reportamos às mesmas condições nas demais escalas estudadas.

Não se contemplou nessa primeira parte do perfil para questões relacionadas às relações sociais de gênero e suas vulnerabilidades no tocante à violência, racismo etc. Estas serão trabalhadas detalhadamente na *Parte II* desse material.

Atente-se que existem algumas circunstâncias e desafios a serem enfrentados que têm seus fundamentos em condições socioeconômicas multiescalares e, portanto, situam-se como tais em todas as espacializações descritas, e são pauta para políticas para as mulheres em todos os níveis de governo. Estas dizem respeito ao acesso ao mercado de trabalho com níveis salariais equânimes entre mulheres e homens; acesso ao conhecimento e qualificação profissional com vistas a postos de trabalho que permitam melhores ganhos salariais; acesso a serviços e informações relativas à atenção básica de saúde, com destaque para as populações mais vulneráveis; programas específicos e garantia de boa qualidade de vida para populações idosas, cujo envelhecimento acentuado da população em cerca de 50 anos requer políticas e ações profiláticas desde a atualidade; e rompimento com um traço

historicamente arraigado na sociedade que não disponibiliza para mulheres as melhores oportunidades para acompanhar de forma ativa a vida política e de governo nas suas diversas dimensões e que permite que não só temas afirmativos possam ser postos em pauta por estas, mas, igualmente todos os temas referentes da vida social que se organiza nos diversos âmbitos espaciais, com destaque para os núcleos urbanos.

Após essa seção, inicia-se a segunda seção da Parte I deste panorama, com vistas a compreender questões associadas ao universo intraurbano de Santo André e que podem de forma mais desagregada expor potencialidades e desafios para a gestão pública municipal.



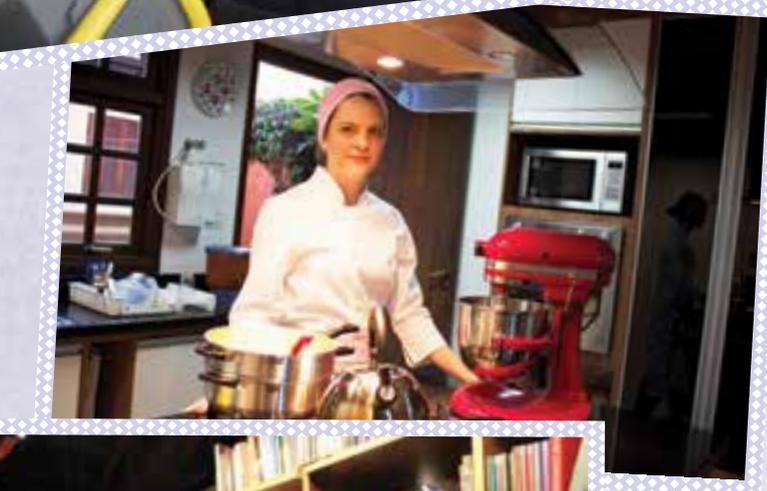
# UM OLHAR LOCALIZADO

Para um olhar localizado de Santo André e sua organização intralocal, dispõe-se de informações espacializadas em duas escalas. A primeira, aquela que abrange o município todo, e a segunda por regiões internas ao município. Esta última se vale de metodologia de divisão territorial do IBGE: as Áreas de Ponderação. Estas são identificadas como sendo:

“... unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo. O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. Assim, esse tamanho mínimo foi definido em 400 domicílios ocupados na amostra, exceto para os municípios que não atingem esse total onde, nesse caso, o próprio município é considerado uma área de ponderação”<sup>35</sup>.

Essa territorialização é importante, pois permite uma análise com maior desagregação de dados e informações. Outras decomposições ainda são possíveis como áreas censitárias (bairros [não oficiais]), setores censitários, mas para esse panorama, nesse momento, estas não serão utilizadas.

Com vistas a iniciar esse olhar afinado ao local, foi inserida a tabela 8 que apresenta as áreas de ponderação, sua identificação numérica e os bairros que a compõem. Tal tabela necessita ser levada em consideração ao observar a espacialização proposta, pois algumas áreas de ponderação têm denominação igual ou semelhante àquela das áreas censitárias, mas isso não quer dizer que sejam apenas estas localidades. Antes, abrange um todo maior.

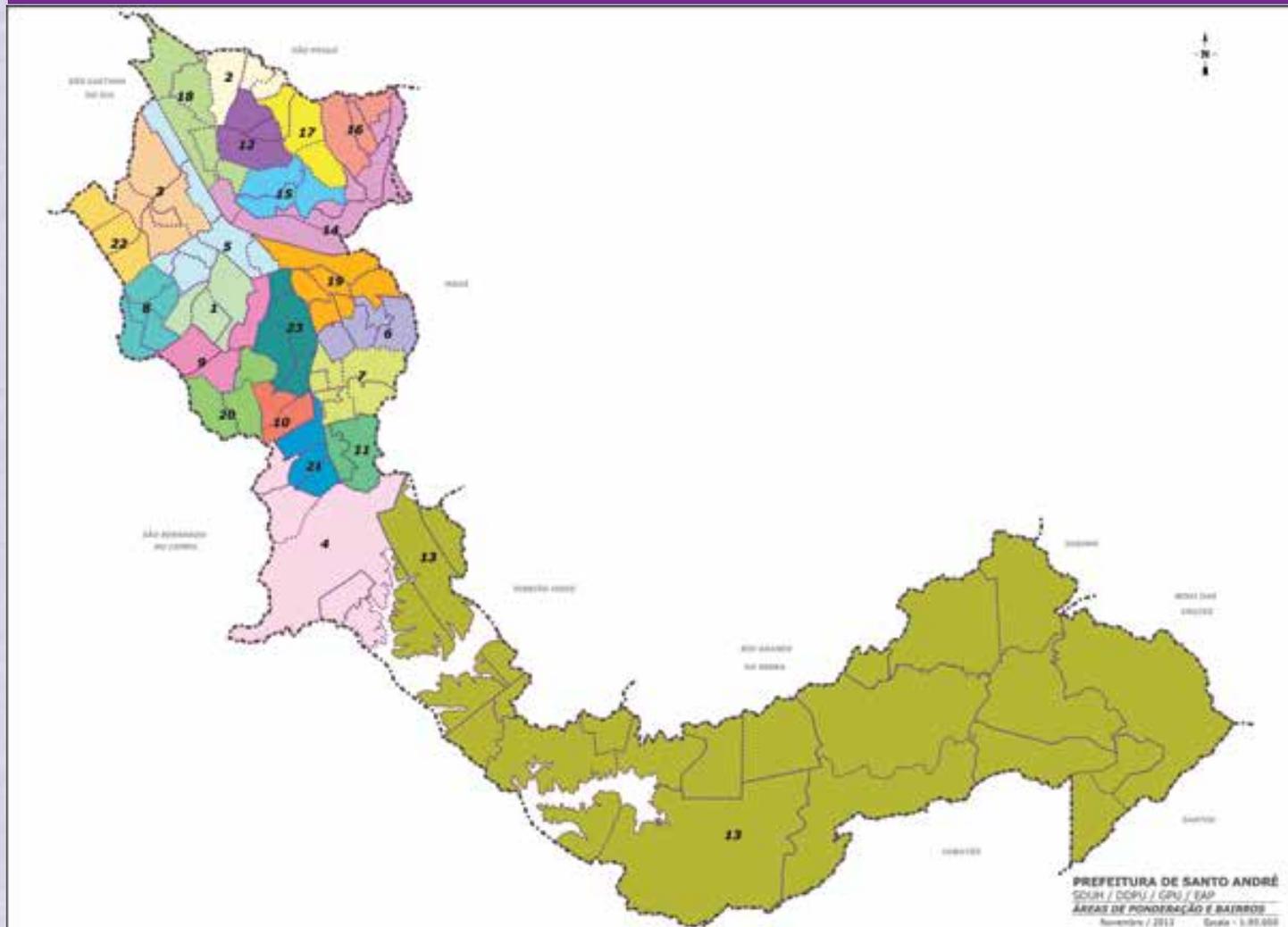


<sup>35</sup> Censo IBGE, [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra\\_areas\\_ponderacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm)

**Tabela 8. Correspondências entre as Áreas de Ponderação e Áreas Censitárias do município de Santo André (Fonte/ Elaboração: DISE/SOPP/PSA).**

Área de Ponderação (Nº)	Área de Ponderação (Nome)	Área Censitária (Bairro)
1	Assunção	Bairro Paraíso / Vila Assunção / Vila Gilda
2	Camilópolis	Jardim das Maravilhas / Jardim Utinga / Vila Camilópolis
3	Campestre	Campestre / Jardim / Santa Maria / Vila Alpina / Vila Guimar
4	Cata Preta	Cata Preta / Jardim Riviera / Parque do Pedroso / Parque Miami / Sítio dos Vianas
5	Centro	Casa Branca / Centro / Jardim Bela Vista / Tamanduateí 1/ Tamanduateí 3 / Vila Alice / Vila Bastos
6	Cidade São Jorge	Cidade São Jorge / Jardim Marek / Parque Gerassi Centreville / Vila Progresso
7	Condomínio Maracanã	Condomínio Maracanã / Jardim Ipanema / Vila Guaraciaba / Vila Lutécia / Vila Suíça / Vila Tibiriçá
8	Jardim Bom Pastor	Jardim Bom Pastor / Vila Floresta / Vila Scarpelli / Vila Valparaíso
9	Jardim Cristiane	Jardim Cristiane / Jardim Stella / Vila Alzira
10	Jardim do Estádio	Jardim do Estádio / Jardim Santa Cristina
11	Jardim Santo André	Jardim Santo André / Parque dos Pássaros
12	Nações	Jardim Santo Antonio / Parque das Nações / Vila Francisco Matarazzo
13	Parque Andreense	Acampamento Anchieta / Cabeceiras do Araçáúva / Cabeceiras do Rio Grande / Cabeceiras do Rio Mogi / Cabeceiras do Rio Pequeno / Campo Grande / Estância Rio Grande / Fazenda dos Tecos / Jardim Clube de Campo / Jardim Guaripocaba / Jardim Joaquim Eugênio de Lima / Paranaíacaba / Parque América / Parque das Garças / Parque Estadual da Serra do Mar / Parque Represa Billings II / Parque Represa Billings III / Parque Rio Grande / Recreio da Borda do Campo / Reserva Biológica do Alto da Serra / Rio Grande / Sítio Taquaral / Três Divisas / Várzea do Rio Grande / Waisberg I/Waisberg II
14	Parque Capuava	Jardim Alzira Franco / Jardim Itapoan / Jardim Rina / Parque Capuava / Polo Petroquímico Capuava/ Tamanduateí 5/ Tamanduateí 6 / Tamanduateí 8
15	Parque João Ramalho	Parque Jaçatuba / Parque João Ramalho / Vila Curuçá
16	Parque Novo Oratório	Jardim Ana Maria /Jardim Santo Alberto / Parque Novo Oratório
17	Parque Novo Oratório	Parque Erasmo Assunção / Parque Oratório / Vila Lucinda
18	Santa Terezinha	Bangu / Santa Terezinha / Tamanduateí 2 / Tamanduateí 4 / Vila Metalúrgica
19	Vila Humaitá	Parque Marajoara / Tamanduateí 7/ Vila América / Vila Guarani / Vila Homero Thon/ Vila Humaitá
20	Vila Linda	Jardim Alvorada /Jardim Las Vegas / Vila Linda
21	Vila Luzita	Jardim Irene / Vila João Ramalho / Vila Luzita
22	Vila Palmares	Vila Palmares / Vila Príncipe de Gales / Vila Sacadura Cabral
23	Vila Pires	Bairro Silveira / Vila Helena / Vila Junqueira / Vila Pires

Mapa 1. Áreas de Ponderação, com suas Áreas Censitárias, Santo André, 2013.



Focalizando-se a composição da população por área de ponderação, identifica-se que a proporção de mulheres/homens em Santo André é de 1,08 mulheres para cada homem. No entanto, há localidades em que essa proporção é mais alta como nas áreas de ponderação 5 (Centro) e 12 (Nações). E em outras há maior quantidade de homens, como é o caso das áreas de ponderação 4 (Cata Preta), 13 (Parque Andreense) e 14 (Parque Capuava).

As localidades com maior população total são, respectivamente, as áreas de ponderação 7 (Condomínio Maracanã), 22 (Vila Palmares), 4 (Cata Preta) e 3 (Campestre). Aquelas em que há maior população feminina são, respectivamente: 7 (Condomínio Maracanã), 3 (Campestre), 22 (Vila Palmares) e 6 (Cidade São Jorge).

Importante salientar que nem sempre as localidades com maior número de pessoas são aquelas que têm maior área. Por vezes áreas menores ou com barreiras geográficas e/ou ambientais que não permitem ocupação são populosas e adensadas. Além disso, sobre o adensamento populacional é necessário observar que, além do tamanho do território, a trajetória histórica local também manifesta sua influência.

As áreas mais centrais são mais antigas e com boas condições de urbanização, de serviços etc. Nestas, o adensamento se estruturou em um percurso de tempo mais longo e de forma mais organizada. Quanto mais se procede à aproximação de áreas periféricas, pedaços da cidade que recentemente foram adensados e de forma muito intensa nas últimas décadas; a precariedade se reflete na forma de moradia, na ocupação do espaço e na carência de serviços na escala necessária. Ali o adensamento muitas vezes se arranja devido à grande quantidade de pessoas, com condições socioeconômicas geralmente mais baixas, que se viram impingidas a se acomodar nessas localidades da forma possível.

**Tabela 9. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo e proporção de mulheres e homens - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	Masculino	Feminino	Total	Proporção Mulheres/Homens
1	11.749	13.535	25.284	1,15
2	13.237	14.806	28.043	1,12
3	17.047	19.341	36.388	1,13
4	18.125	18.364	36.489	1,01
5	11.092	13.125	24.217	1,18
6	17.534	18.522	36.056	1,06
7	18.579	19.572	38.151	1,05
8	13.869	15.467	29.336	1,12
9	15.214	16.958	32.172	1,11
10	13.830	14.851	28.681	1,07
11	16.838	17.833	34.671	1,06
12	13.639	15.559	29.198	1,14
13	8.783	8.681	17.464	0,99
14	15.958	16.173	32.131	1,01
15	15.114	16.489	31.603	1,09
16	13.846	15.148	28.994	1,09
17	13.539	14.654	28.193	1,08
18	13.676	15.062	28.738	1,10
19	13.886	15.193	29.079	1,09
20	16.079	17.374	33.453	1,08
21	13.479	14.492	27.971	1,08
22	18.557	19.206	37.763	1,03
23	14.478	16.389	30.867	1,13
<b>Total</b>	<b>338.148</b>	<b>366.794</b>	<b>704.942</b>	<b>1,08</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 10. Distribuição da população beneficiária (direta ou indireta) do Programa Bolsa Família - PBF por Área de Ponderação segundo sexo - Santo André, 2013.**

Área de ponderação	Sexo				Total
	Masculino	%	Feminino	%	
Assunção	194	41,1	278	58,9	472
Camilópolis	594	38,7	939	61,3	1.533
Campestre	906	39,2	1.408	60,8	2.314
Cata Preta	2.145	39,4	3.296	60,6	5.441
Centro	214	67,1	105	32,9	319
Cidade São Jorge	1.607	39,5	2.465	60,5	4.072
Condomínio Maracanã	1.790	40,0	2.683	60,0	4.473
Jardim Bom Pastor	269	38,2	435	61,8	704
Jardim Cristiane	585	40,2	872	59,8	1.457
Jardim do Estádio	1.466	39,5	2.243	60,5	3.709
Jardim Santo André	2.081	39,1	3.240	60,9	5.321
Nações	254	36,7	438	63,3	692
Parque Andreense	1.126	42,3	1.538	57,7	2.664
Parque Capuava	1.380	39,8	2.089	60,2	3.469
Parque João Ramalho	685	40,3	1.016	59,7	1.701
Parque Novo Oratório	393	41,1	563	58,9	956
Parque Oratório	281	37,2	475	62,8	756
Santa Terezinha	438	41,5	617	58,5	1.055
Vila Humaitá	553	41,3	787	58,7	1.340
Vila Linda	535	40,8	777	59,2	1.312
Vila Luzita	2.255	39,6	3.436	60,4	5.691
Vila Palmares	826	41,0	1.188	59,0	2.014
Vila Pires	291	41,0	419	59,0	710
Sem Informações	14	28,6	35	71,4	49
<b>Total</b>	<b>20.882</b>	<b>40,0</b>	<b>31.342</b>	<b>60,0</b>	<b>52.224</b>

Fonte: CadÚnico/MDS, base set.2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

Ao se aproximar daquela fração da população na qual as condições socioeconômicas são mais vulneráveis, nota-se que a questão explicitada, referente à espacialização da cidade, se evidencia. E com isso é possível verificar que nas áreas periféricas se encontra maior número de cadastrados e beneficiários de programas sociais como o Programa Bolsa Família. Veja-se a tabela 10 na qual é possível observar que as áreas de ponderação com maior número de pessoas nessa condição são: Vila Luzita, Cata Preta e Jardim Santo André. Ali também reside maior número de mulheres beneficiárias, conforme sinalização em destaque na mesma tabela. É possível perceber que o número de mulheres nas condições de vulnerabilidade de renda familiar per capita até R\$140,00 é maior que a de homens. Enquanto homens somam 40% da população total, as mulheres são 60%. Veja-se tabela 4 do Apêndice.

Em um olhar específico sobre as fases etárias e sexo é possível identificar que a população feminina supera a masculina na fase adulta com uma proporção de 1,11 mulheres para cada homem e na fase idosa atinge 1,41. Veja-se a tabela 11.

A tabela 12 demonstra como a variação da população masculina e feminina se comporta nas diversas fases etárias e nas áreas de ponderação. Com vistas a realçar dados do universo feminino, na tabela 12 se observa que a maior população de crianças e jovens está centrada na área de ponderação 4, Cata Preta. As mulheres adultas, de 30 a 59 anos, estão em maior número na área de ponderação 3, Campestre, e as mulheres idosas também se concentram na área de ponderação 3, Campestre. Já a maior população feminina total localiza-se na área de ponderação 7, Condomínio Maracanã.

**Tabela 11. Distribuição da população por fase etária e por sexo e proporção de mulheres e homens - Santo André - 2013**

Fase etária	Masculino	Feminino	Total	Proporção Mulheres/Homens
<b>0 a 14 anos</b>	68.308	66.121	134.429	0,97
<b>15 a 29 anos</b>	87.616	87.193	174.809	1,00
<b>30 a 59 anos</b>	142.848	158.025	300.873	1,11
<b>60 anos e mais</b>	39.373	55.457	94.830	1,41
<b>Total</b>	<b>338.145</b>	<b>366.796</b>	<b>704.941</b>	<b>1,08</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Semelhante observação pode ser feita junto às mulheres no que toca a questão da autodeclaração de cor/raça. A população de mulheres negras (pretas e pardas) em Santo André é composta por 27% da população total. Entre aquelas que se autodeclararam não negras (brancas, amarelas, indígenas) temos uma população de 73% da população total. Quando se penetra na escala das áreas de ponderação, temos que a população negra encontra-se em maior número na área de ponderação 4, (Cata Preta); e aquela não negra se localiza na área de ponderação 3, (Campestre).

Um aspecto a ser salientado a partir desses números demonstra que nestas áreas de ponderação a quantidade de população é mais ou menos a mesma, cerca de 18.000 pessoas; mas na área de Ponderação 4 (Cata Preta) se concentra a maior população negra feminina de Santo André, havendo equilíbrio com a população não negra. No caso da área de ponderação 3 (Campestre) há a maior concentração de população feminina não negra nessa região, e grande disparidade entre negras e não negras. Digno de nota é que a maior quantidade de

mulheres negras encontra-se em um dos pedaços com maior vulnerabilidade socioeconômica (bairros Cata Preta, Jardim Riviera, Parque do Pedroso, Parque Miami, Sítio dos Vianas), enquanto que a população não negra ocupa em maior número em áreas mais nobres da cidade (Bairro Campestre, Jardim, Santa Maria, Vila Alpina e Vila Guiomar).

No caso dos homens, essa mesma questão também pode ser corroborada pelos números, conforme se vê sinalizado na tabela 13. Trata-se, portanto, mais do que focalizada no gênero, uma questão de classe social e sua inserção no mundo capitalista. Diante disso, potencializa-se a necessidade da observação desse grupo, pois além dos desafios advindos de sua localização espacial no tocante a sexo e cor/raça, há o componente de vulnerabilidade socioeconômica a ser avaliado, uma vez que caminha paralelo a essas outras duas condições.

Tabela 12. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo faixa etária - Santo André – 2013.

Área de Ponderação	Masculino					Feminino				
	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos e mais	Total masculino	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos e mais	Total feminino
1	1.954	2.604	5.269	1.921	11.748	1.882	2.564	5.995	3.095	13.536
2	2.371	3.212	5.808	1.846	13.237	2.255	3.409	6.519	2.623	14.806
3	2.586	3.577	7.732	3.153	17.048	2.495	3.772	8.639	4.436	19.342
4	5.288	5.241	6.787	809	18.125	5.392	5.245	6.863	865	18.365
5	1.507	2.330	5.094	2.161	11.092	1.567	2.379	5.901	3.278	13.125
6	4.268	4.891	7.294	1.080	17.533	4.040	5.000	7.809	1.672	18.521
7	4.168	5.157	7.574	1.680	18.579	3.947	5.193	8.250	2.183	19.573
8	2.352	3.232	6.233	2.052	13.869	2.293	3.211	7.101	2.862	15.467
9	2.626	3.643	6.579	2.365	15.213	2.736	3.650	7.409	3.164	16.959
10	3.085	3.834	5.644	1.266	13.829	2.967	3.917	6.256	1.711	14.851
11	4.793	4.807	6.363	875	16.838	4.743	4.773	7.167	1.149	17.832
12	2.131	3.289	5.973	2.247	13.640	2.256	3.331	6.807	3.165	15.559
13	2.158	2.443	3.477	705	8.783	2.128	2.299	3.579	675	8.681
14	3.613	4.788	6.476	1.081	15.958	3.362	4.460	6.923	1.428	16.173
15	2.781	3.873	6.407	2.053	15.114	2.854	3.763	7.135	2.737	16.489
16	2.392	3.630	5.958	1.866	13.846	2.283	3.438	6.820	2.607	15.148
17	2.340	3.350	5.925	1.924	13.539	2.094	3.407	6.653	2.500	14.654
18	2.591	3.434	5.822	1.829	13.676	2.371	3.374	6.419	2.898	15.062
19	2.490	3.541	6.156	1.699	13.886	2.509	3.567	6.793	2.324	15.193
20	3.250	4.215	6.916	1.698	16.079	2.846	4.273	7.710	2.545	17.374
21	2.976	3.614	5.548	1.341	13.479	2.934	3.670	6.136	1.752	14.492
22	4.241	5.469	7.328	1.520	18.558	3.886	5.080	7.856	2.385	19.207
23	2.348	3.441	6.486	2.203	14.478	2.283	3.419	7.285	3.402	16.389
<b>Total</b>	<b>68.309</b>	<b>87.615</b>	<b>142.849</b>	<b>39.374</b>	<b>338.147</b>	<b>66.123</b>	<b>87.194</b>	<b>158.025</b>	<b>55.456</b>	<b>366.798</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

Tabela 13. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo cor/raça - Santo André – 2013.

Área de Ponderação	Masculino			Feminino		
	Negros	Não Negros	Total Masculino	Negros	Não Negros	Total Feminino
1	1.093	10.656	11.749	1.210	12.325	13.535
2	2.878	10.359	13.237	2.890	11.917	14.807
3	1.533	15.514	17.047	1.953	17.388	19.341
4	9.790	8.335	18.125	9.343	9.022	18.365
5	945	10.147	11.092	940	12.186	13.126
6	7.066	10.468	17.534	7.317	11.205	18.522
7	7.239	11.340	18.579	7.256	12.317	19.573
8	1.971	11.898	13.869	2.133	13.334	15.467
9	3.150	12.064	15.214	3.195	13.764	16.959
10	5.806	8.024	13.830	5.927	8.924	14.851
11	7.185	9.652	16.837	7.527	10.306	17.833
12	2.399	11.240	13.639	2.373	13.185	15.558
13	4.100	4.683	8.783	3.830	4.851	8.681
14	6.401	9.557	15.958	6.139	10.034	16.173
15	3.674	11.440	15.114	3.576	12.914	16.490
16	3.027	10.819	13.846	3.350	11.798	15.148
17	2.217	11.322	13.539	2.368	12.287	14.655
18	3.264	10.412	13.676	3.194	11.868	15.062
19	3.235	10.651	13.886	3.076	12.117	15.193
20	4.977	11.101	16.078	4.963	12.412	17.375
21	4.696	8.782	13.478	4.851	9.641	14.492
22	7.243	11.314	18.557	7.552	11.654	19.206
23	2.356	12.122	14.478	2.779	13.610	16.389
Total	96.245	241.900	338.145	97.742	269.059	366.801
	28%	72%	100%	27%	73%	100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

Ao considerar a população beneficiária (diretos ou indiretos) do Programa Bolsa Família (PBF) e, portanto, claramente vulnerável socioeconomicamente, pode-se inferir que a população feminina é composta por 59,76% dessa população. Entre as mulheres, sabe-se que 54,22% são negras e entre os homens a população negra desse grupo compõe-se 52,82%. Veja-se tabela 14.

**Tabela 14. Distribuição da população beneficiária (direta ou indireta) do Programa Bolsa Família (PBF) por sexo segundo cor/raça agrupada - Santo André, 2013.**

Sexo	Cor/Raça		
	Não Negra	Negra	Total
Masculino	9.674	10.833	20.507
Feminino	13.944	16.516	30.460
Total	23.618	27.349	50.967

Fonte: CadÚnico/MDS, setembro de 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

A multidimensionalidade das informações censitárias revela mais alguns dados que podem ser significativos quando se busca traçar um panorama sobre a condição das mulheres em Santo André e sua desagregação espacial em áreas de ponderação. Essas informações garantem conhecimento mais amplo sobre diversas dimensões que compõem a vida das pessoas. E é possível conhecer como se organizam as relações sociais na escala intramunicipal. Estas se expressam por meio das informações referentes ao estado civil e composição familiar; distribuição por domicílio e responsabilidade por domicílio; nível de instrução e acesso ao conhecimento; mercado de trabalho e; finalmente, à saúde.

Relativo ao estado civil é possível notar que Santo André, acompanhando a tendência nacional de famílias nucleares heterossexuais, apresenta certo equilíbrio entre pessoas de ambos os sexos que são casados – homens 44% e mulheres 41%, conforme se observa na tabela 5 do Apêndice. No caso

das áreas de ponderação, nessa mesma tabela é possível observar que há certa linearidade entre a quantidade de homens e mulheres casados, mas percebe-se, também, que existem algumas localidades em que há mais solteiros, tanto homens como mulheres. Indicam-se, neste caso, as áreas de ponderação: 4 (Cata Preta), 10 (Jardim do Estádio), 13 (Parque Andreense) e 22 (Vila Palmares).

Outra informação digna de nota diz respeito à organização das famílias. Historicamente as famílias brasileiras organizam-se em casais com filhos. No entanto, conforme nos indica Pinheiro et.al.: “... a preponderância das famílias formadas por casais com filhos, no entanto, vem decaindo, [...] ao passo que vem aumentando a importância de outros tipos de famílias, como casais sem filhos, mulheres e homens morando sozinhos e famílias monoparentais masculinas ou femininas”<sup>36</sup>. Os autores indicam que ainda que não se tenha informações oficiais há a percepção clara de que as famílias homoafetivas têm crescido e também tem havido incremento considerável de casais sem filhos, em especial entre os estratos sociais com melhores condições socioeconômicas.

No caso de Santo André, é possível observar que 58% das famílias possuem filhos e 11% não têm filhos. No caso de mulheres sem cônjuge e com filhos estas somam 10%, enquanto que o percentual de homens sem cônjuge e com filhos é de 1%. Ao se adentrar nas áreas de ponderação, evidencia-se que os casais sem filhos se concentram nas áreas de ponderação 3 (Campestre) e 5 (Centro), nas quais se evidencia melhores condições socioeconômicas. Corrobora-se, portanto, a linha de pensamento expressa pelo texto citado acima. No caso das mulheres sem cônjuge e com filhos, observa-se que esta situação é presente em todas as áreas de ponderação, com destaque as áreas 7 (Condomínio Maracanã), 3 (Campestre), 11 (Jardim Santo André) e 14 (Parque Capuava). Informações mais detalhadas podem ser recuperadas na tabela 5 do Apêndice.

Outra informação de destaque é a relação que se estabelece

<sup>36</sup> PINHEIRO, Luana. et.al. “Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de Gênero: a licença parental como política pública para lidar com essas tensões”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): 312, set-dez/2009.

entre os moradores e seus domicílios. É sabido que Santo André possui 226.524 domicílios (Censo 2010, estimativa 2013). Destes, como se observa na tabela 15, a maioria da população é composta por mulheres e a maior quantidade delas mora em domicílios com três moradores, aproximando-se da média de moradores por domicílio em Santo André, que é de 3,11. No caso dos homens, o maior número deles mora em domicílios com quatro moradores. Dentre aqueles domicílios que possuem apenas um morador, o maior número destes são mulheres, com percentual de 60,7%. No entanto, proporcionalmente ao todo da população andreense, este grupo é aquele em menor número. Para outros detalhes veja-se a tabela 6 do Apêndice.

**Tabela 15. Distribuição da população segundo número de moradores no domicílio e sexo - Santo André – 2013.**

Nº Moradores	Masculino	Feminino
Um morador	39,7%	60,3%
Dois moradores	43,6%	56,4%
Três moradores	47,3%	52,7%
Quatro moradores	50,4%	49,6%
Cinco moradores ou mais	51,3%	48,7%
<b>Total</b>	<b>48,0%</b>	<b>52,0%</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 - IBGE  
Elaboração: DISE /SOPP/PSA

Ao observar as áreas de ponderação é possível notar que aquelas nas quais há maior número de moradores por domicílio (cinco moradores ou mais) são aquelas nas quais o adensamento é maior e potencialmente são mais vulneráveis. São elas: área de ponderação 4 (Cata Preta), 11 (Jardim Santo André) e 22 (Vila Palmares). As mulheres estão em maior número nas áreas de ponderação 7 (Condomínio Maracanã), 3 (Campestre) e 22 (Vila Palmares). Maiores detalhes também podem ser capturados na tabela 6 do Apêndice.

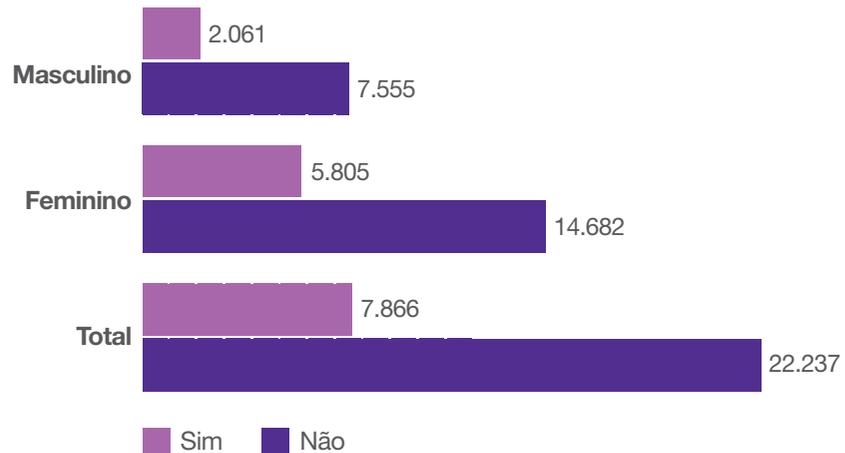
No tocante ainda aos aspectos multidimensionais da população, a questão da instrução ou acesso ao conhecimento merece destaque. Quando se aprofunda na escala das áreas de ponderação de Santo André evidenciam-se as informações de

que entre as pessoas ‘Sem instrução e fundamental incompleto’ há maior número destes (tanto para homens como para mulheres) nas áreas de ponderação 4 (Cata Preta), 11 (Jardim Santo André) e 22 (Vila Palmares). Essas áreas são aquelas de grande vulnerabilidade socioeconômica, o que nos leva a identificar que não incide preponderantemente uma questão de gênero, mas outras dificuldades associadas à condição material e acesso ao conhecimento. Ao observar os números de pessoas com o maior nível de instrução ‘Superior completo’ a relação entre homens e mulheres não é mais a mesma. A quantidade de mulheres com maior nível de escolaridade é superior aos homens e essa condição nem sempre se associa a áreas de ponderação com melhores condições socioeconômicas. Encontramos mulheres em maior quantidade no nível superior em 22 das 23 áreas de ponderação do município. Vejam-se detalhes na tabela 7 do Apêndice. Apenas na área 4 (Cata Preta) há uma quantidade maior de homens com nível superior completo.

No caso da população vulnerável socioeconomicamente com 15 anos ou mais é possível inferir que entre os beneficiários do Programa Bolsa Família temos as situações que são expressas nos gráficos 19, 20 e 21. No caso daquelas pessoas que têm 15 anos ou mais e possuem o Ensino Fundamental completo é possível averiguar, por meio do gráfico 19, que a maioria tanto de homens, 78,6%, como mulheres, 71,7%, não possuem esse nível de aprendizagem concluído. Do total de beneficiários (diretos ou indiretos) apenas 26,1% deles estão em condições de alçar a próxima etapa de ensino. No caso das mulheres, 28,3% destas finalizaram o Ensino Fundamental, enquanto que 21,4% dos homens o finalizaram.

Diversas hipóteses podem ser elencadas sobre quais razões podem ser apontadas para que se observe essa diferença percentual. É possível conjecturar que as mulheres ficam mais tempo nos bancos escolares, pois estas se inserem no mundo do trabalho mais tardiamente do que os homens. Mas esta observação não é definitiva e necessita de maior apuro de informações.

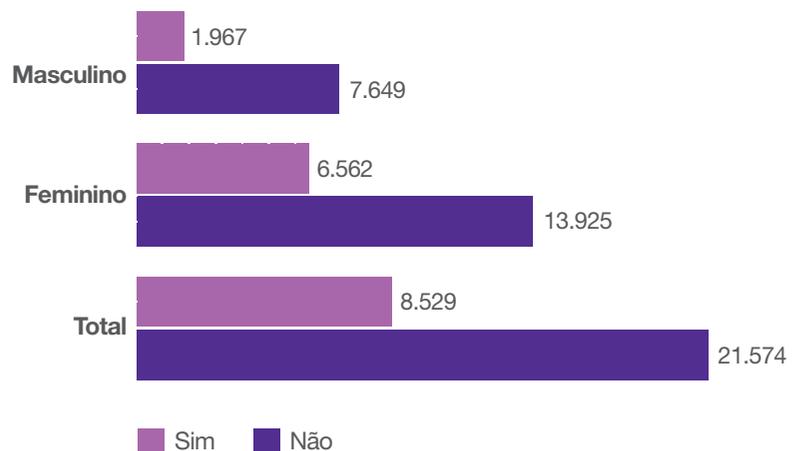
**Gráfico 19. Distribuição da população com 15 anos ou mais beneficiária direta ou indireta do Programa Bolsa Família (PBF) por sexo, segundo se possui ensino fundamental completo, Santo André, 2013.**



Fonte: CadÚnico/MDS, setembro de 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Partindo-se para a próxima etapa de acesso ao conhecimento, o Ensino Médio, nota-se que a situação de acesso é ainda mais precária. O número de pessoas com 15 anos ou mais, beneficiárias (diretas e indiretas) do Programa Bolsa Família e que finalizaram o Ensino Médio podem ser observadas no gráfico 20.

**Gráfico 20. Distribuição da população com 15 anos ou mais beneficiária direta ou indireta do Programa Bolsa Família (PBF) por sexo, segundo se possui ensino médio completo, Santo André, 2013.**

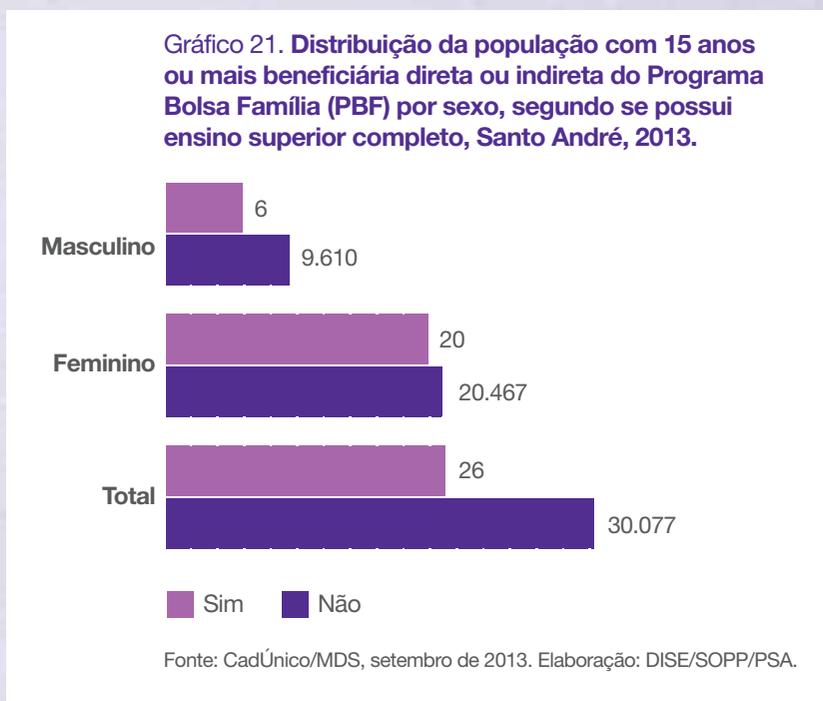


Fonte: CadÚnico/MDS, setembro de 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Para compreender bem as informações coligidas nos dois últimos gráficos é significativo observar que o número de beneficiários (diretos e indiretos) com 15 anos ou mais, compõe-se de 30.103 pessoas. Destes 1.407 pessoas completaram o Ensino Médio, das quais 79% são mulheres. Maiores estudos necessitam ser realizados, em especial ao se refletir sobre a autonomia desse grupo social. Cabe observar que percentualmente há maior número de mulheres do que homens entre os beneficiários (diretos ou indiretos) e será preciso maior aprofundamento nas informações, que extrapolam esse

Perfil Socioeconômico, com o fim de compreender quanto as mulheres estudam mais do que os homens nesse caso e quais as fases etárias envolvidas.

O gráfico 21 sinaliza as pessoas beneficiárias (diretas e indiretas) com 15 anos ou mais e que possuem Ensino Superior completo. Como era de se esperar esta condição é ainda mais complexa. Dentre aquelas 1.407 pessoas que concluíram o Ensino Médio, apenas 26 finalizaram o Ensino Superior. Destas, 20 são mulheres.



Diante desse quadro que toca a população mais vulnerável do ponto de vista socioeconômico, uma questão nos parece importante sinalizar: a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e o acesso a bons salários. É sabido que para atingir melhores postos de serviço e, conseqüentemente, melhores salários, o acesso ao conhecimento é um dos quesitos cruciais. A partir das informações coligidas é possível observar que nas áreas de ponderação com maior vulnerabilidade, os salários são

mais baixos. Veja-se a tabela 16, na qual se sinaliza os menores salários para as Áreas de Ponderação 4 (Cata Preta), 11(Jardim Santo André) e 13 (Parque Andreense). E, refletindo-se sobre o que foi apresentado na seção *Um Olhar Amplificado*, o mercado de trabalho para as mulheres é ainda mais difícil, pois os volumes salariais que são em média metade dos salários percebidos pelos homens, nessas áreas vulneráveis indicadas na tabela 16 são na maioria dos casos ainda menores.

**Tabela 16. Distribuição da média do rendimento mensal total da população por Área de Ponderação e por sexo - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	Masculino	Feminino	Total
	Média do rendimento mensal		
1	R\$ 5.278,21	R\$ 2.751,12	R\$ 3.912,78
2	R\$ 2.175,51	R\$ 816,41	R\$ 1.452,43
3	R\$ 4.666,45	R\$ 2.554,82	R\$ 3.538,12
4	R\$ 961,51	R\$ 525,51	R\$ 742,22
5	R\$ 5.691,85	R\$ 2.732,53	R\$ 4.081,39
6	R\$ 1.538,01	R\$ 772,11	R\$ 1.139,40
7	R\$ 1.682,97	R\$ 832,21	R\$ 1.241,71
8	R\$ 4.336,19	R\$ 1.907,80	R\$ 3.046,43
9	R\$ 2.005,37	R\$ 1.201,52	R\$ 1.580,02
10	R\$ 1.430,03	R\$ 711,97	R\$ 1.054,86
11	R\$ 1.100,41	R\$ 613,62	R\$ 848,03
12	R\$ 2.487,96	R\$ 1.130,58	R\$ 1.764,36
13	R\$ 1.390,05	R\$ 625,29	R\$ 1.010,09
14	R\$ 1.402,96	R\$ 693,84	R\$ 1.044,49
15	R\$ 2.322,46	R\$ 1.192,31	R\$ 1.729,91
16	R\$ 1.849,77	R\$ 874,33	R\$ 1.335,85
17	R\$ 1.849,76	R\$ 971,48	R\$ 1.389,46
18	R\$ 2.225,32	R\$ 1.274,56	R\$ 1.721,47
19	R\$ 2.419,51	R\$ 1.012,16	R\$ 1.681,54
20	R\$ 1.979,37	R\$ 962,95	R\$ 1.442,56
21	R\$ 1.470,75	R\$ 825,53	R\$ 1.133,64
22	R\$ 1.421,09	R\$ 822,38	R\$ 1.113,83
23	R\$ 3.106,46	R\$ 1.532,45	R\$ 2.263,71
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.331,79</b>	<b>R\$ 1.189,83</b>	<b>R\$ 1.733,01</b>

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Em virtude do que já expressou sobre mercado de trabalho e inserção produtiva nesse panorama, apenas se apresenta mais algumas informações desagregadas por áreas de ponderação. Uma primeira referência de interesse diz respeito à distribuição da população com 10 ou mais de idade, por sexo segundo se exercia alguma atividade econômica. É possível observar na tabela 8 do Apêndice que, em Santo André, 64% dos homens trabalhavam e 36% deles não trabalhavam. No caso das mulheres, o número é de 44% delas trabalhavam, contra 56% que não trabalhavam.

Ao analisar as áreas de ponderação evidencia-se que há certa regularidade nos percentuais quando se observa essa escala. Destacam-se fora desse eixo para as mulheres que não trabalhavam as áreas de ponderação 2 (Camilópolis) e 11 (Jardim Santo André), respectivamente, com 60% e 58% dos casos. Mas, como se pode observar é pequena a diferença.

Entre aqueles que estavam ocupados, é possível averiguar se exerciam mais de uma ocupação: os dados indicam que apenas um número residual de cerca de 4% das mulheres tinham duas ocupações (Não se leva em consideração nesse caso, funções domésticas [dona de casa]). Fora dessa curva, apenas a área de ponderação (Cidade São Jorge), com 11% para mulheres que se ocupavam de dois ou mais trabalhos. Maiores detalhes podem ser vistos na tabela 9 do Apêndice.

No caso da posição na ocupação, tabela 10 do Apêndice, a grande maioria da população de Santo André trabalha com carteira assinada. 64% dos trabalhadores são homens e 58% são mulheres. No caso do trabalho por conta própria, observa-se uma nuance um pouco diferenciada. As mulheres contam com 16% dentre aquelas que trabalham por conta própria e os homens apenas 3%.

Esta condição reflete as informações já indicadas no *Um Olhar Amplificado*, ressaltando-se que, além das diversas atividades desempenhadas pelas mulheres, como cuidar da casa, dos filhos etc., estas podem prestar serviços para empresas, a pessoas físicas, de modo que tal situação pode correr tanto na formalidade (previdenciária) quanto na informalidade. Restam-lhe, muitas vezes, para um ganho extra, a não formalização no mercado de trabalho. As áreas de ponderação nas quais o trabalho por conta própria atinge os maiores índices são: 1 (Assunção) e 9 (Jardim Cristiane), com 21%, 8 (Jardim Bom Pastor), com 22%; 3 (Campestre) com 23%; e 5 (Centro), com 27%.

Finalizando-se este *Um Olhar Localizado* retoma-se a mesma reflexão que foi realizada no *Um Olhar Amplificado*, indicando-se resultados muito semelhantes nas diversas dimensões que compõem o universo que se pretendeu analisar neste trabalho. Resultados semelhantes não necessariamente iguais, haja vista que a espessura do espaço intraurbano tem suas nuances, dinâmicas e trajetória própria. Espessura essa que é delimitada pelas condições históricas de conformação do espaço intraurbano que, no tempo, selecionou pedaços menos ou mais nobres na cidade. A esse espaço agregam-se escolhas políticas e alternativas de planejamento de políticas públicas, aliadas à realidade social de seus moradores, bem como a interação entre ambos. O compromisso advindo desse diálogo produz condições basilares para a atual condição urbana.

Esse panorama *Mulheres em Santo André, Em Pauta – Perfil Socioeconômico* vem reforçar a partir de bases materiais organizadas para esse trabalho, uma história. Aguarda-se que este possa contribuir para que novas e outras políticas públicas atentas a esse segmento populacional e a sua intersecção com o ambiente urbano em todas as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais seja possível.



# APÊNDICE

Tabela 1. **Distribuição da população por sexo e faixa etária no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

Local	Faixa etária	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	0 a 14 anos	24.624.012	23.780.123
	15 a 29 anos	27.030.449	27.072.911
	30 a 59 anos	37.130.370	39.684.758
	60 anos ou mais	9.648.846	12.049.832
<b>Estado de São Paulo</b>	0 a 14 anos	4.768.933	4.607.693
	15 a 29 anos	5.697.561	5.658.394
	30 a 59 anos	8.596.293	9.285.662
	60 anos ou mais	2.183.624	2.865.511
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	0 a 14 anos	2.312.979	2.244.007
	15 a 29 anos	2.702.840	2.762.542
	30 a 59 anos	4.026.165	4.512.596
	60 anos ou mais	914.553	1.299.435
<b>Região do Grande ABC</b>	0 a 14 anos	283.943	276.408
	15 a 29 anos	349.892	352.366
	30 a 59 anos	537.690	592.741
	60 anos ou mais	123.555	167.472
<b>Santo André</b>	0 a 14 anos	68.308	66.121
	15 a 29 anos	87.616	87.193
	30 a 59 anos	142.849	158.025
	60 anos ou mais	39.373	55.457

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010 /IBGE. Elaboração: DISE /SOPP/PSA.

Tabela 2. **Distribuição da população por sexo e cor ou raça no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

<b>Local</b>	<b>Cor ou Raça</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Brasil</b>	Branca	46.001.642	49.949.939	95.951.581
	Preta	7.931.655	7.367.589	15.299.244
	Amarela	1.002.604	1.193.850	2.196.454
	Parda	43.060.841	43.644.238	86.705.079
	Indígena	431.966	430.015	861.982
	Sem declaração	4.970	1.994	6.964
<b>Estado de São Paulo</b>	Branca	13.336.938	14.569.613	27.906.551
	Preta	1.244.711	1.165.619	2.410.331
	Amarela	282.966	307.884	590.850
	Parda	6.358.662	6.350.407	12.709.069
	Indígena	21.284	22.943	44.226
	Sem declaração	1.851	794	2.644
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	Branca	5.742.812	6.483.851	12.226.663
	Preta	677.364	661.035	1.338.399
	Amarela	177.499	197.771	375.270
	Parda	3.347.113	3.463.800	6.810.913
	Indígena	10.593	11.665	22.258
	Sem declaração	1.158	457	1.615
<b>Região do Grande ABC</b>	Branca	802.023	892.178	1.694.201
	Preta	74.459	70.200	144.659
	Amarela	17.943	21.009	38.952
	Parda	399.214	403.834	803.048
	Indígena	1.297	1.682	2.979
	Sem declaração	144	82	226

Continuação

<b>Santo André</b>	Branca	237.151	262.748	499.899
	Preta	15.670	14.860	30.530
	Amarela	4.460	5.938	10.398
	Parda	80.575	82.879	163.454
	Indígena	290	371	661

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010 /IBGE. Elaboração: DISE /SOPP/PSA

**Tabela 3. Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade segundo sexo e nível de instrução no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013.**

<b>Local</b>	<b>Nível de instrução</b>	<b>Sexo</b>	<b>População 10 anos ou mais de idade</b>
<b>Brasil</b>	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	43.573.403
		Mulheres	42.192.984
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	14.480.337
		Mulheres	15.214.896
	Médio completo e superior incompleto	Homens	18.523.297
		Mulheres	21.501.136
	Superior completo	Homens	5.937.290
		Mulheres	8.251.019
	Não determinado	Homens	481.690
		Mulheres	542.254
<b>Estado de São Paulo</b>	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	7.739.794
		Mulheres	8.105.701
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	3.524.603
		Mulheres	3.570.742
	Médio completo e superior incompleto	Homens	4.878.499
		Mulheres	5.255.898
	Superior completo	Homens	1.964.621
		Mulheres	2.449.365
	Não determinado	Homens	153.606
		Mulheres	159.530

<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	3.377.530
		Mulheres	3.677.691
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	1.641.181
		Mulheres	1.741.758
	Médio completo e superior incompleto	Homens	2.312.196
		Mulheres	2.597.252
	Superior completo	Homens	1.069.993
		Mulheres	1.291.861
	Não determinado	Homens	100.259
		Mulheres	106.360
<b>Região do Grande ABC</b>	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	404.444
		Mulheres	453.815
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	218.333
		Mulheres	223.508
	Médio completo e superior incompleto	Homens	349.437
		Mulheres	368.592
	Superior completo	Homens	134.939
		Mulheres	160.009
	Não determinado	Homens	9.541
		Mulheres	10.100
<b>Santo André</b>	Sem instrução e fundamental incompleto	Homens	95.455
		Mulheres	116.554
	Fundamental completo e médio incompleto	Homens	53.821
		Mulheres	55.079
	Médio completo e superior incompleto	Homens	96.918
		Mulheres	97.323
	Superior completo	Homens	46.815
		Mulheres	54.126
	Não determinado	Homens	2.067
		Mulheres	2.202

Fonte: Microdados da Amostra e Censo 2010/IBGE. Elaboração: DISE /SOPP/PSA

**Tabela 4. Distribuição da população beneficiária (direta ou indireta) do Programa Bolsa Família - PBF por sexo - Santo André, 2013.**

Sexo	Nº	%
Masculino	20.882	40,0
Feminino	31.342	60,0
<b>Total</b>	<b>52.224</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CadÚnico/MDS, setembro de 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 5. Distribuição da população por Área de Ponderação segundo tipo de composição familiar - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	Casal sem filho(s)	Casal sem filho(s) e com parente(s)	Casal com filho(s)	Casal com filho(s) e com parente(s)	Mulher sem cônjuge com filho(s)	Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)	Homem sem cônjuge com filho(s)	Homem sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)	Outro	TOTAL
1	3.129 14%	602 3%	13.185 58%	1.148 5%	2.236 10%	612 3%	399 2%	58 0%	1.516 7%	22.885 100%
2	2.925 11%	177 1%	13.953 54%	2.555 10%	2.484 10%	903 4%	501 2%	182 1%	1.995 8%	25.675 100%
3	4991 15%	542 2%	18.081 54%	1.805 5%	3.860 12%	759 2%	533 2%	124 0%	2.749 8%	33.444 100%
4	2.344 7%	268 1%	21.283 64%	2.340 7%	3.343 10%	1.007 3%	768 2%	246 1%	1.767 5%	33.366 100%
5	4.125 19%	330 2%	12.032 55%	1.035 5%	1.500 7%	1.289 6%	387 2%	134 1%	1.045 5%	21.877 100%
6	2.936 9%	834 3%	19.550 59%	2.193 7%	3.478 10%	1.561 5%	582 2%	170 1%	1.842 6%	33.146 100%
7	3.372 10%	677 2%	20.907 60%	3.080 9%	3.876 11%	809 2%	634 2%	0 0%	1.244 4%	34.599 100%
8	3.923 15%	1.017 4%	13.962 52%	2.093 8%	2.352 9%	1.033 4%	454 2%	290 1%	1.830 7%	26.954 100%
9	3.941 13%	825 3%	17.287 59%	1.896 6%	2.530 9%	1.194 4%	300 1%	529 2%	1.040 4%	29.542 100%
10	2.416 9%	542 2%	15.756 60%	1.445 6%	2.920 11%	938 4%	194 1%	368 1%	1.651 6%	26.230 100%
11	2.476 8%	357 1%	18.798 58%	2.276 7%	3.767 12%	1.122 3%	349 1%	417 1%	2.689 8%	32.251 100%
12	3.265 12%	278 1%	16.370 62%	1.121 4%	2.405 9%	635 2%	204 1%	138 1%	1.895 7%	26.311 100%
13	1.620 10%	358 2%	9.184 58%	1.635 10%	1.522 10%	296 2%	211 1%	87 1%	1.041 7%	15.954 100%
14	2.251 8%	396 1%	17.435 59%	2.846 10%	3.387 12%	993 3%	281 1%	0 0%	1.760 6%	29.349 100%

Continuação

Área de Ponderação	Casal sem filho(s)	Casal sem filho(s) e com parente(s)	Casal com filho(s)	Casal com filho(s) e com parente(s)	Mulher sem cônjuge com filho(s)	Mulher sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)	Homem sem cônjuge com filho(s)	Homem sem cônjuge com filho(s) e com parente(s)	Outro	TOTAL
15	3.708 13%	340 1%	16.703 57%	1.737 6%	2.760 9%	1.037 4%	509 2%	102 0%	2.268 8%	29.164 100%
16	2.966 11%	670 3%	15.158 57%	1.815 7%	2.448 9%	714 3%	151 1%	228 1%	2.273 9%	26.423 100%
17	3.759 15%	471 2%	13.965 55%	1.831 7%	2.638 10%	718 3%	441 2%	116 0%	1.415 6%	25.354 100%
18	3.500 13%	106 0%	14.455 55%	1.513 6%	2.202 8%	1.341 5%	249 1%	112 0%	2.896 11%	26.374 100%
19	3.150 12%	488 2%	16.422 63%	1.478 6%	2.613 10%	768 3%	278 1%	144 1%	898 3%	26.239 100%
20	3.666 12%	734 2%	17.641 58%	1.810 6%	3.172 10%	1.018 3%	452 1%	0 0%	1.740 6%	30.233 100%
21	2.715 11%	398 2%	15.829 61%	1.718 7%	2.857 11%	483 2%	158 1%	0 0%	1.657 6%	25.815 100%
22	503 2%	1.113 4%	19.590 63%	2.170 7%	1.988 6%	1.821 6%	129 0%	334 1%	3.445 11%	31.093 100%
23	3.600 13%	536 2%	15.997 60%	1.277 5%	2.035 8%	1.069 4%	419 2%	64 0%	1.780 7%	26.777 100%
<b>Total</b>	71.281 11%	12.059 2%	373.543 58%	42.817 7%	62.373 10%	22.120 3%	8.583 1%	3.843 1%	42.436 7%	639.055 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 6. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo número de moradores no domicílio - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	MASCULINO							FEMININO						
	Não se aplica	1	2	3	4	5 e mais	Total Masculino	Não se aplica	1	2	3	4	5 e mais	Total Feminino
1	49 0%	550 5%	2.306 20%	3.583 30%	3.635 31%	1.626 14%	11.749 100%	100 1%	857 6%	3.344 25%	3.882 29%	3.794 28%	1.557 12%	13.534 100%
2	0 0%	392 3%	2.334 18%	3.589 27%	4.288 32%	2.634 20%	13.237 100%	0 0%	665 4%	3.382 23%	4.825 33%	3.567 24%	2.366 16%	14.805 100%
3	83 0%	700 4%	3.738 22%	4.876 29%	5.051 30%	2.599 15%	17.047 100%	157 1%	1.010 5%	5.177 27%	5.383 28%	4.916 25%	2.697 14%	19.340 100%
4	0 0%	516 3%	2.410 13%	4.896 27%	4.885 27%	5.418 30%	18.125 100%	0 0%	461 3%	2.779 15%	4.679 25%	5.361 29%	5.084 28%	18.364 100%
5	62 1%	438 4%	2.826 25%	3.042 27%	3.261 29%	1.462 13%	11.091 100%	46 0%	1.148 9%	3.423 26%	3.805 29%	3.540 27%	1.163 9%	13.125 100%

Continuação

Área de Ponderação	MASCULINO							FEMININO						
	Não se aplica	1	2	3	4	5 e mais	Total Masculino	Não se aplica	1	2	3	4	5 e mais	Total Feminino
6	0 0%	506 3%	2.853 16%	4.688 27%	5.590 32%	3.895 22%	17.532 100%	0 0%	488 3%	3.548 19%	5.499 30%	5.243 28%	3.743 20%	18.521 100%
7	16 0%	563 3%	2.745 15%	5.454 29%	5.273 28%	4.529 24%	18.580 100%	0 0%	798 4%	3.482 18%	6.191 32%	5.431 28%	3.670 19%	19.572 100%
8	0 0%	422 3%	2.956 21%	4.083 29%	3.960 29%	2.448 18%	13.869 100%	0 0%	743 5%	3.722 24%	4.719 31%	3.767 24%	2.517 16%	15.468 100%
9	0 0%	436 3%	2.838 19%	4.419 29%	4.432 29%	3.089 20%	15.214 100%	0 0%	994 6%	3.474 20%	4.940 29%	4.557 27%	2.994 18%	16.959 100%
10	0 0%	392 3%	2.179 16%	4.131 30%	3.656 26%	3.472 25%	13.830 100%	0 0%	660 4%	2.677 18%	3.948 27%	3.902 26%	3.664 25%	14.851 100%
11	0 0%	406 2%	2.375 14%	3.858 23%	4.820 29%	5.379 32%	16.838 100%	0 0%	522 3%	2.895 16%	4.778 27%	4.434 25%	5.204 29%	17.833 100%
12	90 1%	397 3%	2.591 19%	3.905 29%	4.490 33%	2.166 16%	13.639 100%	28 0%	853 5%	3.412 22%	4.713 30%	4.251 27%	2.302 15%	15.559 100%
13	28 0%	245 3%	1.367 16%	2.152 25%	2.538 29%	2.452 28%	8.782 100%	0 0%	175 2%	1.557 18%	2.277 26%	2.344 27%	2.328 27%	8.681 100%
14	0 0%	437 3%	2.147 13%	4.195 26%	4.715 30%	4.464 28%	15.958 100%	0 0%	372 2%	2.669 17%	4.578 28%	4.965 31%	3.588 22%	16.172 100%
15	18 0%	407 3%	2.965 20%	4.154 27%	4.366 29%	3.204 21%	15.144 100%	21 0%	707 4%	3.804 23%	4.569 28%	4.332 26%	3.056 19%	16.489 100%
16	0 0%	445 3%	2.170 16%	4.231 31%	4.374 32%	2.627 19%	13.847 100%	16 0%	511 3%	3.011 20%	4.534 30%	4.700 31%	2.376 16%	15.148 100%
17	16 0%	319 2%	2.834 21%	4.372 32%	4.065 30%	1.934 14%	13.540 100%	0 0%	698 5%	3.585 24%	4.276 29%	3.797 26%	2.298 16%	14.654 100%
18	27 0%	466 3%	2.602 19%	3.956 29%	3.971 29%	2.653 19%	13.675 100%	90 1%	813 5%	3.269 22%	4.412 29%	3.898 26%	2.580 17%	15.062 100%
19	40 0%	439 3%	2.632 19%	4.257 31%	4.424 32%	2.095 15%	13.887 100%	0 0%	686 5%	3.195 21%	4.833 32%	4.590 30%	1.889 12%	15.193 100%
20	63 0%	466 3%	2.797 17%	4.958 31%	4.989 31%	2.805 17%	16.078 100%	37 0%	709 4%	3.758 22%	5.320 31%	4.650 27%	2.900 17%	17.374 100%
21	0 0%	380 3%	2.188 16%	3.757 28%	4.077 30%	3.078 23%	13.480 100%	0 0%	415 3%	2.793 19%	4.463 29%	3.968 27%	2.853 20%	14.492 100%
22	0 0%	1.555 8%	1.161 6%	5.086 27%	5.612 30%	5.143 28%	18.557 100%	0 0%	2.069 11%	1.748 9%	5.654 29%	5.185 27%	4.550 24%	19.206 100%
23	0 0%	577 4%	2.713 19%	4.876 34%	4.647 32%	1.665 12%	14.478 100%	69 0%	1.022 6%	4.054 25%	5.171 32%	4.334 26%	1.739 11%	16.389 100%
<b>Total</b>	492 0%	11.454 3%	57.727 17%	96.518 29%	101.119 30%	70.837 21%	338.147 100%	564 0%	17.376 5%	74.758 20%	107.449 29%	99.526 27%	67.118 18%	366.791 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 7. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo nível de instrução - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	MASCULINO						FEMININO					
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total Masculino	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total Feminino
1	2.930 25%	1.295 11%	3.370 29%	4.134 35%	20 0%	11.749 100%	4.066 30%	1.483 11%	3.294 24%	4.692 35%	0 0%	13.535 100%
2	4.722 36%	2.117 16%	4.719 36%	1.653 13%	25 0%	13.236 100%	5.681 38%	2.236 15%	4.987 34%	1.835 12%	68 1%	14.807 100%
3	4.234 25%	1.895 11%	5.012 29%	5.882 35%	25 0%	17.048 100%	5.860 30%	2.487 13%	4.781 25%	6.127 32%	86 0%	19.341 100%
4	10.446 58%	3.023 17%	4.125 23%	346 2%	185 1%	18.125 100 %	10.652 58%	2.924 16%	4.219 23%	324 2%	244 1%	18.363 100 %
5	2.603 24%	909 8%	2.610 24%	4.913 44%	57 1%	11.092 100%	3.431 26%	1.387 11%	3.132 24%	5.075 39%	101 1%	13.126 100%
6	8.554 49%	3.328 19%	4.731 27%	865 5%	55 0%	17.533 100%	9.039 49%	3.305 18%	4.832 26%	1.301 7%	44 0%	18.521 100%
7	8.516 46%	3.603 19%	5.197 28%	1.203 7%	61 0%	18.580 100%	9.104 47%	3.706 19%	5.202 27%	1.444 7%	116 1%	19.572 100%
8	4.427 32%	1.713 12%	3.916 28%	3.729 27%	85 1%	13.870 100%	5.260 34%	2.001 13%	3.619 23%	4.401 29%	186 1%	15.467 100%
9	5.881 39%	2.670 18%	4.341 29%	2.256 15%	66 0%	15.214 100%	6.789 40%	2.450 14%	4.546 27%	3.079 18%	94 1%	16.958 100%
10	6.269 45%	2.906 21%	3.671 27%	834 6%	150 1%	13.830 100%	7.184 48%	2.922 20%	3.640 25%	948 6%	157 1%	14.851 100%
11	9.596 57%	2.439 15%	4.093 24%	415 3%	295 2%	16.838 100%	9.570 54%	2.519 14%	4.708 26%	761 4%	276 2%	17.834 100%
12	4.966 36%	2.120 16%	4.006 29%	2.492 18%	55 0%	13.639 100%	6.348 41%	1.781 11%	4.455 29%	2.890 19%	85 1%	15.559 100%
13	4.982 57%	1.573 18%	1.962 22%	220 3%	45 1%	8.782 100%	4.806 55%	1.624 19%	1.934 22%	263 3%	54 1%	8.681 100%
14	7.741 49%	3.316 21%	3.903 25%	807 5%	191 1%	15.958 100%	7.796 48%	3.108 19%	4.021 25%	1.198 7%	50 0%	16.173 100%
15	5.657 37%	2.591 17%	4.448 29%	2.288 15%	129 1%	15.113 100%	7.112 43%	2.206 13%	4.581 28%	2.492 15%	99 1%	16.490 100%
16	5.145 37%	2.294 17%	4.817 35%	1.591 12%	0 0%	13.847 100%	6.349 42%	2.751 18%	4.402 29%	1.585 11%	61 0%	15.148 100%
17	5.011 37%	2.175 16%	4.746 35%	1.535 11%	72 1%	13.539 100%	5.834 40%	2.288 16%	4.478 31%	2.037 14%	17 0%	14.654 100%
18	5.426 40%	1.916 14%	3.678 27%	2.527 19%	129 1%	13.676 100%	6.473 43%	1.879 13%	3.500 23%	3.113 21%	96 1%	15.061 100%
19	5.275 38%	1.927 14%	4.406 32%	2.242 16%	36 0%	13.886 100%	5.857 39%	2.471 16%	4.505 30%	2.360 16%	0 0%	15.193 100%

Continuação

Área de Ponderação	MASCULINO						FEMININO					
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total Masculino	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total Feminino
20	6.256 39%	2.613 16%	5.443 34%	1.745 11%	22 0%	16.079 100%	7.194 41%	2.447 14%	5.628 32%	2.006 12%	100 1%	17.375 100%
21	5.952 44%	2.377 18%	4.263 32%	786 6%	101 1%	13.479 100%	6.657 46%	2.103 15%	4.612 32%	963 7%	157 1%	14.492 100%
22	9.439 51%	2.824 15%	4.729 26%	1.371 7%	194 1%	18.557 100%	10.707 56%	3.057 16%	3.743 20%	1.623 9%	77 0%	19.207 100%
23	4.482 31%	2.212 15%	4.736 33%	2.979 21%	68 1%	14.477 100%	6.295 38%	1.945 12%	4.504 28%	3.610 22%	35 0%	16.389 100%
<b>Total</b>	138.510 41%	53.836 16%	96.922 29%	46.813 14%	2.066 1%	338.147 100%	158.064 43%	55.080 15%	97.323 27%	54.127 15%	2.203 1%	366.797 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 8. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo se trabalha - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	MASCULINO			FEMININO		
	Sim	Não	Total Masculino	Sim	Não	Total Feminino
1	6.764 65%	3.690 35%	10.454 100%	5.913 48%	6.375 52%	12.288 100%
2	7.393 63%	4.406 37%	11.799 100%	5.415 40%	7.999 60%	13.414 100%
3	10.324 67%	5.098 33%	15.422 100%	8.594 49%	9.103 51%	17.697 100%
4	9.500 65%	5.233 36%	14.733 100%	6.538 44%	8.371 56%	14.909 100%
5	6.288 62%	3.846 38%	10.134 100%	5.409 45%	6.692 55%	12.101 100%
6	10.074 68%	4.710 32%	14.784 100%	7.329 46%	8.716 54%	16.045 100%
7	10.214 64%	5.734 36%	15.948 100%	7.653 45%	9.532 56%	17.185 100%
8	8.259 67%	4.107 33%	12.366 100%	6.107 44%	7.900 56%	14.007 100%
9	8.335 62%	5.222 39%	13.557 100%	6.683 44%	8.554 56%	15.237 100%
10	7.438 63%	4.442 37%	11.880 100%	5.713 44%	7.286 56%	12.999 100%
11	8.698 63%	5.178 37%	13.876 100%	6.341 42%	8.599 58%	14.940 100%

Continuação

Área de Ponderação	MASCULINO			FEMININO		
	Sim	Não	Total Masculino	Sim	Não	Total Feminino
12	7.381 60%	4.968 40%	12.349 100%	6.120 43%	7.980 57%	14.100 100%
13	4.372 59%	3.094 41%	7.466 100%	3.069 42%	4.302 58%	7.371 100%
14	8.885 64%	4.917 36%	13.802 100%	6.430 46%	7.680 54%	14.110 100%
15	8.372 63%	4.971 37%	13.343 100%	5.967 41%	8.739 59%	14.706 100%
16	7.692 62%	4.714 38%	12.406 100%	6.238 45%	7.576 55%	13.814 100%
17	7.240 60%	4.880 40%	12.120 100%	5.403 41%	7.944 60%	13.347 100%
18	7.919 66%	4.084 34%	12.003 100%	6.158 46%	7.374 55%	13.532 100%
19	8.030 65%	4.285 35%	12.315 100%	6.363 47%	7.214 53%	13.577 100%
20	9.229 66%	4.744 34%	13.973 100%	7.310 47%	8.329 53%	15.639 100%
21	7.558 66%	3.971 34%	11.529 100%	5.621 45%	6.993 55%	12.614 100%
22	10.177 64%	5.672 36%	15.849 100%	7.494 45%	9.214 55%	16.708 100%
23	8.782 68%	4.185 32%	12.967 100%	6.650 45%	8.294 56%	14.944 100%
<b>Total</b>	188.924 64%	106.151 36%	295.075 100%	144.518 44%	180.766 56%	325.284 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 9. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo número de trabalhos - Santo André – 2013.**

Área de Ponderação	MASCULINO			FEMININO		
	Um	Dois ou mais	Total Masculino	Um	Dois ou mais	Total Feminino
1	6.447 93%	487 7%	6.934 100%	5.682 92%	522 8%	6.204 100%
2	7.385 98%	151 2%	7.536 100%	5.787 99%	73 1%	5.860 100%
3	9.911 94%	628 6%	10.539 100%	8.619 96%	384 4%	9.003 100%
4	9.648 98%	173 2%	9.821 100%	6.801 96%	259 4%	7.060 100%

Continuação

Área de Ponderação	MASCULINO			FEMININO		
	Um	Dois ou mais	Total Masculino	Um	Dois ou mais	Total Feminino
5	6.145 96%	243 4%	6.388 100%	5.121 89%	642 11%	5.763 100%
6	10.127 97%	291 3%	10.418 100%	7.620 99%	101 1%	7.721 100%
7	10.326 98%	218 2%	10.544 100%	7.805 97%	246 3%	8.051 100%
8	7.991 94%	483 6%	8.474 100%	6.128 95%	340 5%	6.468 100%
9	8.284 97%	220 3%	8.504 100%	6.628 95%	376 5%	7.004 100%
10	7.470 97%	244 3%	7.714 100%	5.861 95%	321 5%	6.182 100%
11	8.908 98%	155 2%	9.063 100%	6.824 96%	299 4%	7.123 100%
12	7.523 98%	164 2%	7.687 100%	6.193 95%	305 5%	6.498 100%
13	4.451 96%	178 4%	4.629 100%	3.112 96%	125 4%	3.237 100%
14	8.914 98%	225 3%	9.139 100%	6.473 98%	158 2%	6.631 100%
15	8.358 97%	288 3%	8.646 100%	6.412 96%	276 4%	6.688 100%
16	7.761 97%	211 3%	7.972 100%	6.332 98%	151 2%	6.483 100%
17	7.499 98%	135 2%	7.634 100%	5.987 96%	239 4%	6.226 100%
18	7.778 96%	369 5%	8.147 100%	6.215 94%	390 6%	6.605 100%
19	7.922 95%	395 5%	8.317 100%	6.426 98%	145 2%	6.571 100%
20	9.275 98%	190 2%	9.465 100%	7.372 96%	274 4%	7.646 100%
21	7.684 97%	231 3%	7.915 100%	5.717 96%	231 4%	5.948 100%
22	10.276 99%	134 1%	10.410 100%	7.776 96%	294 4%	8.070 100%
23	8.642 97%	298 3%	8.940 100%	6.601 95%	362 5%	6.963 100%
<b>Total</b>	188.725 97%	6.111 3%	194.836 100%	147.492 96%	6.513 4%	154.005 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 10. Distribuição da população por Área de Ponderação por sexo segundo posição na ocupação - Santo André – 2013.

Área de Ponderação	MASCULINO								FEMININO							
	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total Masculino	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total Feminino
1	3.926 57%	57 1%	1.009 15%	1.400 20%	541 8%	0 0%	0 0%	6.933 100%	2.933 47%	334 5%	1.355 22%	1.277 21%	257 4%	47 1%	0 0%	6.203 100%
2	4.836 64%	87 1%	877 12%	1.430 19%	275 4%	30 0%	0 0%	7.535 100%	3.536 60%	206 4%	1.070 18%	843 14%	63 1%	142 2%	0 0%	5.860 100%
3	5.179 49%	277 3%	890 8%	2.672 25%	1.477 14%	45 0%	0 0%	10.540 100%	4.576 51%	524 6%	915 10%	2.069 23%	823 9%	96 1%	0 0%	9.003 100%
4	6.538 67%	84 1%	1.250 13%	1.779 18%	51 1%	119 1%	0 0%	9.821 100%	4.348 62%	150 2%	1.878 27%	524 7%	0 0%	160 2%	0 0%	7.060 100%
5	3.260 51%	322 5%	533 8%	1.477 23%	795 12%	0 0%	26 0%	6.413 100%	2.684 47%	437 8%	599 10%	1.552 27%	346 6%	145 3%	0 0%	5.763 100%
6	7.163 69%	160 2%	1.327 13%	1.579 15%	130 1%	59 1%	0 0%	10.418 100%	4.672 61%	398 5%	1.602 21%	934 12%	71 1%	44 1%	0 0%	7.721 100%
7	6.988 66%	217 2%	1.310 12%	1.846 18%	136 1%	48 1%	28 0%	10.573 100%	4.941 61%	201 3%	1.739 22%	1.033 13%	38 1%	100 1%	0 0%	8.052 100%
8	5.159 61%	179 2%	679 8%	2.039 24%	391 5%	28 0%	0 0%	8.475 100%	3.671 57%	406 6%	672 10%	1.417 22%	163 3%	139 2%	0 0%	6.468 100%
9	5.310 62%	20 0%	791 9%	2.134 25%	171 2%	80 1%	0 0%	8.506 100%	3.792 54%	392 6%	1.129 16%	1.482 21%	129 2%	80 1%	0 0%	7.004 100%
10	5.265 68%	164 2%	858 11%	1.356 18%	71 1%	0 0%	0 0%	7.714 100%	3.739 61%	200 3%	1.334 22%	804 13%	45 1%	60 1%	0 0%	6.182 100%
11	6.021 66%	123 1%	1.517 17%	1.119 12%	91 1%	193 2%	0 0%	9.064 100%	4.480 63%	128 2%	1.415 20%	653 9%	34 1%	413 6%	0 0%	7.123 100%
12	4.481 58%	178 2%	838 11%	1.771 23%	333 4%	86 1%	0 0%	7.687 100%	3.516 54%	342 5%	1.033 16%	1.286 20%	233 4%	87 1%	0 0%	6.497 100%
13	2.956 64%	59 1%	733 16%	822 18%	29 1%	28 1%	12 0%	4.639 100%	1.763 55%	123 4%	814 25%	477 15%	10 0%	49 2%	0 0%	3.236 100%
14	5.858 64%	79 1%	1.666 18%	1.504 17%	0 0%	32 0%	0 0%	9.139 100%	3.906 59%	199 3%	1.747 26%	780 12%	0 0%	0 0%	0 0%	6.632 100%
15	5.466 63%	152 2%	1.071 12%	1.744 20%	185 2%	27 0%	0 0%	8.645 100%	3.944 59%	249 4%	1.081 16%	1.092 16%	101 2%	220 3%	0 0%	6.687 100%
16	5.150 65%	161 2%	857 11%	1.578 20%	172 2%	54 1%	12 0%	7.984 100%	4.021 62%	336 5%	898 14%	1.081 17%	79 1%	68 1%	32 1%	6.515 100%
17	5.423 71%	137 2%	470 6%	1.272 17%	146 2%	186 2%	41 1%	7.675 100%	3.613 58%	244 4%	733 12%	981 16%	46 1%	610 10%	30 1%	6.257 100%

Continuação

Área de Ponderação	MASCULINO								FEMININO							
	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total Masculino	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total Feminino
18	5.071 62%	324 4%	779 10%	1.656 20%	283 4%	34 0%	0 0%	8.147 100%	4.289 65%	464 7%	793 12%	763 12%	284 4%	12 0%	0 0%	6.605 100%
19	5.482 66%	139 2%	686 8%	1.698 20%	287 4%	25 0%	0 0%	8.317 100%	4.067 62%	324 5%	849 13%	1.122 17%	162 3%	46 1%	0 0%	6.570 100%
20	6.174 65%	284 3%	1.000 11%	1.890 20%	117 1%	0 0%	0 0%	9.465 100%	4.631 61%	343 5%	1.351 18%	1.230 16%	0 0%	91 1%	0 0%	7.646 100%
21	5.179 65%	114 1%	860 11%	1.596 20%	165 2%	0 0%	45 1%	7.959 100%	3.667 62%	380 6%	950 16%	855 14%	31 1%	65 1%	16 0%	5.964 100%
22	6.774 65%	145 1%	1.399 13%	1.807 17%	196 2%	89 1%	0 0%	10.410 100%	4.868 60%	151 2%	1.838 23%	1.125 14%	67 1%	21 0%	0 0%	8.070 100%
23	5.598 63%	191 2%	973 11%	1.995 22%	173 2%	11 0%	0 0%	8.941 100%	4.298 62%	337 5%	882 13%	1.227 18%	104 2%	116 2%	0 0%	6.964 100%
<b>Total</b>	123.257 63%	3.653 2%	22.373 12%	38.164 20%	6.215 3%	1.174 1%	164 0%	195.000 100%	89.955 58%	6.868 5%	26.677 17%	24.607 16%	3.086 2%	2.811 2%	78 0%	154.082 100%

Fonte: Microdados da Amostra/Censo 2010 – IBGE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 11. Distribuição do número de empregos formais por ocupação segundo sexo - Santo André, 2003 -2012.

CBO* 2002 Subgrupo Principal	EM 2003			EM 2012				Total
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	% Variação - M 2012/2003	Feminino	% Variação - F 2012/2003	
Membros superiores e dirigentes do poder público	117	56	173	73	-37,6	64	14,3	137
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	203	64	267	209	3	72	12,5	281
Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, da educação, ou de serviços culturais	63	89	152	64	1,6	115	29,2	179
Gerentes	2.534	1.427	3.961	3.237	27,7	2.688	88,4	5.925
Pesquisadores e profissionais policientíficos	15	15	30	70	366,7	45	200	115
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	742	240	982	1.376	85,4	434	80,8	1.810

Continuação

CBO* 2002 Subgrupo Principal	EM 2003		Total	EM 2012				Total
	Masculino	Feminino		Masculino	% Variação - M 2012/2003	Feminino	% Variação - F 2012/2003	
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	813	1.342	2.155	1.751	115,4	3.266	143,4	5.017
Profissionais do ensino	1.532	3.452	4.984	2.089	36,4	5.062	46,6	7.151
Profissionais das ciências jurídicas	73	99	172	141	93,2	214	116,2	355
Profissionais das ciências sociais e humanas	737	1.081	1.818	1.211	64,3	2.739	153,4	3.950
Comunicadores, artistas e religiosos	187	170	357	290	55,1	245	44,1	535
Profissionais em gastronomia	0	0	0	16		14		30
Técnicos polivalentes	166	25	191	332	100	43	72	375
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	2.575	416	2.991	3.095	20,2	455	9,4	3.550
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	560	2.462	3.022	1.234	120,4	4.786	94,4	6.020
Professores leigos e de nível médio	230	953	1.183	376	63,5	1.829	91,9	2.205
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	281	220	501	320	13,9	99	-55	419
Técnicos de nível nas ciências administrativas	1.438	1.418	2.856	1.760	22,4	2.476	74,6	4.236
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	346	406	752	385	11,3	370	-8,9	755
Outros técnicos de nível médio	1.092	292	1.384	1.877	71,9	601	105,8	2.478
Escriturários	8.127	10.703	18.830	11.374	40	17.614	64,6	28.988
Trabalhadores de atendimento ao público	1.608	7.315	8.923	2.811	74,8	12.225	67,1	15.036
Trabalhadores dos serviços	12.966	11.562	24.528	23.059	77,8	21.598	86,8	44.657
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	4.715	4.527	9.242	8.531	80,9	10.420	130,2	18.951
Produtores na exploração agropecuária	2	1	3	5	150	0	-100	5
Trabalhadores na exploração agropecuária	334	27	361	393	17,7	43	59,3	436
Pescadores e extrativistas florestais	33	2	35	32	-3	10	400	42

Continuação

CBO* 2002 Subgrupo Principal	EM 2003		Total	EM 2012				Total
	Masculino	Feminino		Masculino	% Variação - M 2012/2003	Feminino	% Variação - F 2012/2003	
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	19	0	19	26	36,8	2		28
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	4.611	182	4.793	7.666	66,3	324	78	7.990
Trabalhadores da transformação de metais e de compositos	6.370	383	6.753	7.696	20,8	415	8,4	8.111
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	560	66	626	964	72,1	78	18,2	1.042
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	77	1	78	40	-48,1	3	200	43
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	113	31	144	143	26,5	30	-3,2	173
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	2.069	1.336	3.405	1.630	-21,2	1.361	1,9	2.991
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	745	34	779	972	30,5	27	-20,6	999
Trabalhadores de funções transversais	8.306	918	9.224	14.113	69,9	1.754	91,1	15.867
Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias	3.951	206	4.157	4.706	19,1	512	148,5	5.218
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	585	56	641	581	-0,7	59	5,4	640
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel	77	42	119	65	-15,6	55	31	120
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	1.165	309	1.474	1.592	36,7	591	91,3	2.183
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)	549	75	624	1.196	117,9	203	170,7	1.399
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	2.173	22	2.195	2.903	33,6	77	250	2.980
Polimantenedores	966	11	977	1.153	19,4	8	-27,3	1.161
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	1.108	277	1.385	592	-46,6	155	-44	747
<b>TOTAL</b>	<b>74.933</b>	<b>52.313</b>	<b>127.246</b>	<b>112.149</b>	<b>49,7</b>	<b>93.181</b>	<b>78,1</b>	<b>205.330</b>

\* Código brasileiro de ocupações - CBO

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - Rais/MTE. Elaboração: DISE/SOPP/PSA



## PARTE II

# MAPA DA VIOLÊNCIA

## INTRODUÇÃO

A realização de um estudo sobre a violência requer inicialmente, e ainda que de forma simplificada, que se pense sobre o conceito que envolve essa palavra. Trata-se de um fenômeno social que percorre a existência humana. Sabe-se que a violência não possui raízes biológicas, ou seja, trata-se de um complexo fenômeno cujo espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade (MINAYO, 1994). Estão envolvidos processos sociais relativos a práticas aliadas a componentes econômicos, sociais, culturais, além de trajetórias históricas diversas em cada sociedade. O que se evidencia de comum é que a violência existe em todas elas. Em algumas formações sociais a violência está controlada, seja sob o poder do Estado - no caso do monopólio da violência por meio de instituições como polícia e das forças militares; ou sob forma de arranjos e instituições tanto da sociedade civil ou de setores públicos que fiscalizam e/ou estabelecem políticas públicas para sua contenção.

É perceptível que na sociedade atual os mecanismos gerais de poder do Estado Nacional (Estado Restrito), em especial o *monopólio do uso legítimo da força física*, se multiplicaram silenciosa e espontaneamente, porque legitimados pelos poderes públicos, o que não implicou menor intervenção do capitalismo público. Nesta perspectiva, “*poder coercitivo e sua capacidade de interferir legitimamente na vida dos cidadãos*” passa a ser partilhado com as polícias privadas. Em outros termos, foi proporcionado ao capitalismo privado o poder de intervenção no campo na vigilância. É precisamente por aí que as empresas de segurança encarnam a extensão do poder no uso da força, evidenciando a dimensão do poder do Estado Empresarial (Estado Amplo) na organização da sociedade, pois afora deter o controle da disciplina do trabalho, bem como o da organização da atividade produtiva, ele

também desenvolveu e implantou mecanismos especializados de repressão e de monitoramento eletrônico, tanto para área da indústria, serviços e comércio, quanto para área residencial<sup>37</sup>.

Nestas circunstâncias pode compreender-se que, ao lado das polícias — civil, militar e federal — e do exército, o mercado da segurança atua como agente responsável pela organização burocrática da violência no tecido social. E a expansão deste setor de serviços é, sobretudo, esclarecedora a esse respeito. Em 10 anos, mais especificamente no período de 1997 a 2007, o número de pessoas trabalhando na indústria da segurança aumentou 74%, passando de 368,6 mil em 1997 para 640,8 mil pessoas em 2007. Já o sistema público de segurança, que compreende as três esferas da polícia citadas acima absorvia, em 1997, 594,2 mil pessoas e, em 2007, passou para 768,3 mil ocupados<sup>38</sup>.

A violência, em muitos casos, se encontra em estado de latência. Por essas razões as análises são complexas e podem ser observadas em diversos âmbitos: a psique individual dos cidadãos; os campos político, econômico e social; o domínio das fraturas que a cultura vai depositando no âmago da sociabilidade etc. Mas, há algo que os liga: de modo geral, importam uma relação de poder que envolve o monopólio do uso da força e da dominação. É preciso de imediato sinalizar que na maioria dos casos em que a dominação aparece interposta ao indivíduo, não é uma ação de mão única e nem mesmo o papel de dominador é intrínseco aos homens. Diz Soares que a posição de dominado (a) não suprime necessariamente o exercício da violência, física ou simbólica. E mais, a dominação independe da força física para que se concretize (SOARES, 2012, p.193). Para este estudo, não se trata de realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema e nem mesmo identificar as distintas formas de análise que a violência pode compreender, mas

importa ressaltar que há diversas abordagens sobre a temática que percorre âmbitos dinâmicos de poder.

No caso do Brasil, notícias cotidianas de jornais e revistas sinalizam que a violência encontra-se arraigada nas diversas facetas da realidade brasileira e há desafios para sua contenção. Alguns estudos, como alerta Pereira & Perreira, evidenciam o problema da banalização e superficialidade em que o tema violência é abordado na mídia, o que “... *contribui para que esta seja tida como algo que acontece apenas em situações extremas e que ela seja praticada por pessoas desumanas, más ou doentes quando isto está longe de ser a realidade*” (PEREIRA & PEREIRA, 2011 p. 22-23). O destaque para o quadro de violência na escala macroscópica da sociedade atual pode mascarar aspectos da escala microscópica e que se manifestam em casa, na escola, no trabalho e envolvem familiares, amigos, vizinhos etc. O diálogo entre os aspectos macro e micro precisam ser observados, sobretudo ao se organizar políticas públicas, e mesmo quando a sociedade reivindica melhores condições de segurança. O fato é que há dinâmicas que muitas vezes se sofisticam e se travestem em diversos formatos, além de coexistirem com medos sociais e individuais a partir da transparência das informações sobre o tema.

Para este estudo, sinalizamos o conceito de violência que será utilizado. Este se aproxima àquele identificado pela Organização Mundial da Saúde que apresenta violência como “*o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça contra si próprio ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possibilite resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação*” (VIEIRA et.al., 2008, p. 114). São diversos aspectos apontados nesta definição que se amplia para contornos da vida social que envolve o indivíduo *per si* e a rede que o abarca.

---

<sup>37</sup> Para compreensão do conceito Estado Amplo, Estado Restrito, ver BERNARDO, João, *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 1991. E do mesmo autor, ver Estado. *A Silenciosa Multiplicação do Poder*, São Paulo: Escrituras, 1998.

<sup>38</sup> Um panorama do sistema de segurança no Brasil é oferecido por CAMPOS, André Gambier. “Evolução da Ocupação no Sistema de Segurança do Brasil: uma Perspectiva Comparativa entre os Setores Público e Privado”. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão n°. 1399, março de 2009. Acessado em 02.10.2014, em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1399.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1399.pdf)>. A respeito, ver também MUSUMECI, Leonarda. “Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um Estudo a partir de Informações da PNAD - 1985/95”. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para Discussão n°. 560, maio de 1998. Acessado em 10.2014, em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0560.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0560.pdf)>

Como se refletiu no *Diagnóstico para Plano Plurianual Participativo 2014-2017* realizado pelo Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André:

“... é possível explicar que fatores culturais associam-se à forma como a sociedade brasileira determina seus valores e geralmente incidem sobre determinados tipos de violência de caráter simbólico como a discriminação por classe, gênero, raça ou opção sexual. No entanto, apesar desse caráter simbólico há, por outro lado, interferências concretas na vida social e individual dos cidadãos/ãs.

Os aspectos econômicos são próprios da reestruturação produtiva ocorrida nos últimos tempos. Com o surgimento de novas ilhas de produtividade e novos polos de crescimento em locais onde os mecanismos de segurança são precários ou incipientes há uma propagação de formas de violência e atrativos para criminalidade com um contingente populacional que possui maior de emprego e renda. Na outra ponta, a falta de perspectivas em determinadas localidades distantes das ilhas de produtividade que lega uma população flutuante que busca oportunidades de emprego que nem sempre resultam de forma positiva e, como meio de sobrevivência, para determinados estratos sociais, sobra a economia das ilegalidades<sup>39</sup>, pois a desigualdade na distribuição das oportunidades sociais gera um ambiente de desagregação, e pode contribuir para estimular a violência, tornando-a mais intensa em centros onde as condições de segurança pública ainda se encontram precarizadas” (SANTO ANDRÉ, 2013, p.76).

Como se observa, o tema é amplo e necessita ser recortado para o estudo proposto, com vistas a sinalizar aspectos atinentes ao desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres. Para tanto, e com vistas a realizar movimento semelhante ao diagnóstico sobre a condição feminina na publicação “Mulheres em Santo André em destaque” (2004) se organizaram neste estudo sobre violência formas de aproximação ao conteúdo salientando o dinamismo do movimento intra e extralocal à cidade. Dessa maneira, algumas características gerais foram extrapoladas para o estado de São Paulo e Brasil. Outras foram aprofundadas com foco específico no município. A riqueza dessa análise importa, pois garante que se possam fazer aproximações com um cuidado mais agudo para os

dados municipais, mas sempre em diálogo com um conjunto de informações de uma realidade mais ampliada.

Por fim, algumas informações com foco na cidade de Santo André serão espacializadas, como as ocorrências de homicídios e os casos de violência doméstica. Esta opção se fez justamente, pois quando se observa a incidência de violência no conjunto da sociedade, a exemplo da distribuição da taxa de homicídios, nota-se que ela não se distribui de forma igual pelos pedaços da cidade; dado que a violência tende a prevalecer em certos bairros e não em outros, embora este tipo de conflito sempre esteja presente a atormentar o convívio social.

A questão da violência nas comunidades urbanas pobres nas grandes cidades foi bem caracterizada por Rodrigues (2006), cuja análise levou em consideração, além da renda, os tipos de moradia, a sociabilidade local e o acesso a serviços urbanos públicos, em especial de justiça e segurança; o que lhe possibilitou compreender a dinâmica da violência em diferentes níveis. Nesse estudo, Rodrigues revela a correlação entre espaço — ou do local de moradia ou do local da ocorrência, sobretudo por serem locais onde há um cotidiano dramático de privações — e a dinâmica dos homicídios.

O presente estudo “Mapa da Violência” compõe-se de algumas seções: Notas técnicas, na qual se apresentam as informações concernentes à metodologia e às bases de dados utilizadas; Quadros de Violência que apresenta informações e reflexões sobre diversas tipologias de violência – homicídios, violência doméstica, violência sexual, o lugar de notificação da violência, a percepção social sobre a violência; Considerações Finais, na qual se evidencia as proposições observadas a partir do estudo; Referências Bibliográficas e Sites consultados e, por fim, o Apêndice que traz algumas tabelas referentes a matérias apresentados até então.

---

<sup>39</sup> Consideramos economia das ilegalidades atividades relacionadas a assalto e roubo, tráfico de drogas, tráfico de pessoas.

# NOTAS TÉCNICAS

Para a apresentação dos dados e informações sobre a violência são levadas em consideração algumas fontes: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP SP); Ministério da Saúde – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (DATASUS/Sinan); Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (DATASUS/SIM); Pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Aplicada (SIPS - IPEA); Pesquisa de Dimensionamento Social/DISE/USCS; Pesquisas do Mapa da Violência do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano/FLACSO Brasil.

É importante sinalizar que essas fontes se valem de bases de dados diversas e que, portanto, os resultados podem conter variações. Mas, a opção pela diversidade de informações se apresenta como a possibilidade de focalizar os diversos aspectos que incluem o tema. Como é reconhecido que se trata de um tema que enfrenta diversos dilemas de ordem moral, cultural e social, esta condição envolve relações assimétricas de poder e dominação que podem vir a impor barreiras à notificação de casos e/ou eventual subnotificação de informações.

Ciente dessa questão não se trata de confrontar as informações, pois tal análise não traria maior consistência aos dados. Entretanto, importa a observação de como os dados se comportam a partir das diferentes formas de recuperação das informações, pois essa ação pode se configurar como uma possibilidade de interesse para o estabelecimento de um quadro de análise mais pleno.

Em um breve comentário sobre as fontes, a Secretaria de Estado de Negócios da Segurança Pública de São Paulo (SSP SP), responsável pela administração das polícias do estado de São Paulo, possui um setor responsável por estatísticas criminais – Coordenadoria de Análise e Planejamento. A partir do registro de ocorrências criminais, este setor realiza estudos para prevenção e tomada de decisões no tocante à segurança pública.

Um alerta no próprio *site* da referida Secretaria de Estado de

Negócios da Segurança Pública de São Paulo indica que:

“os dados devem ser interpretados sempre com prudência, pois estão sujeitos a uma série de limites de validade e confiabilidade; eles são antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que uma reprodução fiel do universo criminal de um determinado local. Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais, são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado às autoridades policiais e, por último, registrado no boletim de ocorrência” (SSP SP, <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/default.aspx>, acesso em agosto de 2014).

São algumas as variáveis que podem ser acessadas pelo *site* da SSP SP, com destaque para os dados da taxa de delitos; ocorrências policiais registradas por ano e por tipologia; ocorrências por tipo e por delegacia. Todas estas possuem dados para alguns anos e trazem informações para o estado de São Paulo e para os municípios que o compõem. Há um determinado grupo de informações que são específicas para a violência contra as mulheres e tratam das ocorrências por tipo registradas para esse grupo populacional.

Outra fonte que se utilizou para este estudo foi o Ministério da Saúde por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (MS/SINAN). Este sistema é alimentado principalmente pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (conforme Portaria nº 1.271 de 6 de junho de 2014). Dentre estes estão os agravos, entendidos como: “qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, acesso em agosto de 2014, [http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/novo/Documentos/Portaria\\_1271\\_06\\_jun2014.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/novo/Documentos/Portaria_1271_06_jun2014.pdf)). As categorias violência doméstica e violência sexual, por exemplo, se encaixam nesse conjunto. Esta base, além da coleta junto ao *site* do DATASUS, também foi fornecida pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de Santo André em formato

de microdados, o que permitiu melhor aprofundamento das informações.

Ainda no Ministério da Saúde, existe a base de dados denominada Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Este sistema desenvolvido em 1975 é produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados ao longo dos anos para coletar dados sobre mortalidade no País. Possui variável que permite a partir da declaração de óbito na qual se descreve a *causa mortis* atestada pelo médico, construir indicadores e processar análises que contribuam para a eficiência da gestão em saúde. A coleta de dados é atribuição de municípios e estados.

Nessa base de informações são disponibilizadas informações que subsidiam análises da situação sanitária do País e do estado de saúde da população. Dentre as informações coletadas junto ao Sistema de Informações de Mortalidades (SIM) focalizaram-se para este estudo os óbitos por causas externas infligidos às mulheres. Dentre estes se situou as variáveis ‘Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas’ e ‘Outras violências’ no arco temporal de 2000 a 2012. ([http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos\\_Causas\\_Ext\\_1979\\_1995.pdf](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos_Causas_Ext_1979_1995.pdf)).

Outra pesquisa utilizada diz respeito ao Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Aplicada do governo federal (SIPS - IPEA). Este se define como:

“um sistema de indicadores sociais que se mostram úteis para verificar como a população avalia os serviços de utilidade pública e o grau de importância deles para a sociedade. Desta forma, subsidia o Estado na formulação, acompanhamento e avaliação de suas políticas públicas [...] e serve tanto como um indicador essencial para o setor público estruturar melhor suas ações na área social, como também, um instrumento para a sociedade civil entender o que de fato se configura como de interesse comum e quais os fatores mais requisitados ao Estado.” (IPEA, acesso em agosto de 2014, [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120418\\_sips\\_metodologia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120418_sips_metodologia.pdf))

Para a composição deste sistema foi feita pesquisa domiciliar e presencial na qual se buscou captar a percepção das famílias acerca de políticas públicas implementadas pelo

Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos programas e ações. Esta foi feita em 3.809 domicílios brasileiros, em 212 municípios, em todas as unidades da federação. O método utilizado foi o de amostragem de modo a garantir margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões (IPEA, acesso em agosto de 2014, [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf)). A pesquisa foi apresentada em 2014, referente à “Tolerância Social à violência contra as mulheres”.

Outra pesquisa objeto desse estudo é a pesquisa denominada Dimensionamento Social, realizada entre 2011/2012 pelo DISE (Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, sediado então na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Trabalho da Prefeitura de Santo André – SDCETT/PSA) e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) em parceria com a Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André. Esta pesquisa focou grupos em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres, jovens, idosos, população negra, população cigana, LGBT e pessoas com deficiência, levantando-se perfil bem como identificação dos principais indicadores de exclusão social. As variáveis da pesquisa Dimensionamento Social para este estudo foram selecionadas a partir de considerações que pudessem expressar o enfrentamento à violência contra mulheres. Cabe informar que se considerou que em Santo André existiam 217.562 domicílios e os totais apresentados partiram dessa estimativa. Em razão do tamanho da população objeto do estudo, optou-se pela determinação de uma amostra de 5.039 domicílios, sendo coletados por meio de pesquisa domiciliar e presencial informações de pessoas residentes em cada domicílio. A margem de erro considerada foi de 9% e o nível de confiança de 90%.

Por fim, a última fonte de pesquisa foi o Mapa da Violência realizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA, instituição da sociedade civil sem fins lucrativos que visa promover articulação fomentando estudos sobre o desenvolvimento do País, promoção da ciência e da cultura e a superação de desigualdades regionais. Em conjunto com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)/

Brasil mantém e atualiza aspectos relacionados à violência no País, por meio do Mapa da Violência, observando-se diversos âmbitos dessa pesquisa como juventude, acidentes de trabalho, homicídios e raça, e mulheres. Em 2012, junto à publicação Mapa da Violência foi lançado um caderno complementar denominado 'Homicídios entre mulheres' que foi insumo nesse estudo. Este, segundo os autores, foi lançado como separata devido à relevância do tema centrado na problemática da vitimização feminina por homicídios no País. O material completo é acessível em meio digital no endereço: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_mulher.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf).

Em conjunto com os dados cotejados junto a essas fontes, comentários analíticos são esboçados com vistas a sinalizar destaques que as referências oferecem. O intuito é apresentar uma variedade considerável de insumos, com vistas a que os gestores públicos possam prospectar e aprofundar seu planejamento em prol de políticas públicas atinentes às mulheres.

Cabe a observação de que há diversas pesquisas envolvendo tanto os aspectos da violência como um todo, como aquelas associadas especificamente às mulheres. Ainda que se entenda, como foi dito anteriormente, que as mulheres podem ser não apenas vítimas, mas também agressoras nas relações de violência; não se possui até o momento dados que permitam compreender os meandros dessa situação. Dessa maneira, o enfoque para as mulheres nesse estudo será naquelas relações de violência em que elas são vítimas.

Outro aspecto a ser focalizado diz respeito ao tempo e espaço do estudo. Entende-se que para uma análise mais interessante se faz necessário, ao lado dos dados consolidados mais atuais (2013), uma análise retrospectiva no tempo. A opção, sempre que possível, foi de retroceder até o ano 2000 para que se possa fazer uma análise mais completa. Há um marco regulatório

nesse meio tempo que para esse estudo é importante. Trata-se da lei federal nº 11.340 de sete de agosto de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha<sup>40</sup>. Este não só caracteriza os crimes de violência contra a mulher, quanto reorganiza os procedimentos judiciais e da autoridade policial. A lei:

“tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê, ainda, inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos filhos” (GOVERNO FEDERAL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p.8).

Como se trabalha com o arco temporal de 13 anos e o ano de 2006 está no meio deste, acredita-se que é possível potencializar deduções sobre as consequências de acompanhamento desse marco legal no desenvolvimento de resultados sobre a violência contra as mulheres. Uma última observação a ser feita é de que a informação indicada no *site* da SSP SP apenas disponibiliza os dados a partir de 2011 em alguns casos, e de 2012 em outros.

---

<sup>40</sup> Maria da Penha protagonizou um caso simbólico de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 1983, por duas vezes, seu marido tentou assassiná-la. Na primeira vez por arma de fogo e na segunda por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. (Fonte: <http://www.spm.gov.br/legislacao-1/lei-maria-dapenha/leimariadapenha-1.pdf>).

# QUADROS DE VIOLÊNCIA

Nesta seção, de início, localizam-se os delitos registrados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP SP). Estes formam um rol de ocorrências policiais que foram coletados a partir dos boletins de ocorrência por equipe especializada da Secretaria de Segurança Pública e disponibilizados no *site* desta. As informações são apresentadas para o Estado e para os municípios.

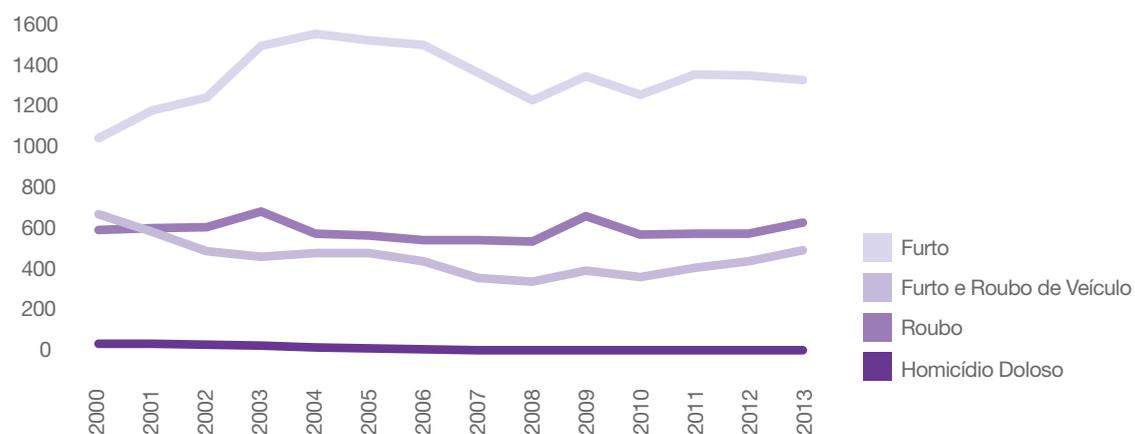
A partir das informações se observa que houve aumento considerável do furto no estado de São Paulo, nos anos 2000, atingindo o pico em 2004 com taxa de 1.447 furtos por 100 mil. Houve declínio em 2013, atingindo a marca de 1.283 por 100 mil. Os roubos mantiveram certa estabilidade no patamar dos 600 roubos por 100 mil habitantes. No caso dos homicídios dolosos (em que há intenção de matar) a taxa variou de 35,37 homicídios dolosos por 100 mil habitantes em 1999 para 10,5 homicídios dolosos em 100 mil habitantes em 2013. Neste caso, se verifica queda importante na taxa.

Ao apresentar as mesmas taxas para Santo André por 100 mil habitantes e no mesmo arco temporal, é possível observar que o declínio considerável se refletiu no indicador furto e roubo de veículos que tradicionalmente era alto na cidade. O ponto culminante foi em 2000 com taxa de 2.074 roubos e o maior declínio se registrou em 2010 com taxa de 792 roubos. Em 2013 se observou discreto aumento com 1.105 roubos. No caso do homicídio doloso é possível aferir que a maior taxa se registrou em 2000 com 43 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, declinando para a menor taxa de 8,65 homicídios dolosos por 100 mil habitantes em 2013.

O declínio dos homicídios dolosos em ambos os casos enseja várias análises que podem ser feitas. Uma primeira pode estar associada à subnotificação que pode vir a ocorrer. Outra diz respeito a processos de queda, crescimento e estabilização desse indicador. Andrade e Diniz (2013) indicam que houve a reorganização da violência em nível nacional e que esta envolve lógicas de aglomeração associados a regiões onde o dinamismo econômico se fez presente. Waiselfisz (2011) sustenta que além da interiorização e arrefecimento das taxas de homicídio em capitais e regiões metropolitanas houve também uma maior disseminação dos homicídios em unidades de federação sem tradição anterior desta modalidade criminal.

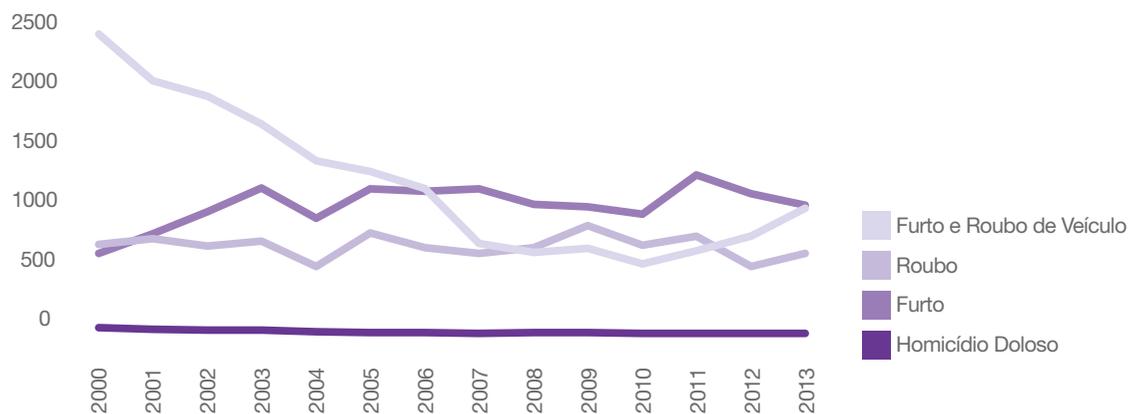
Vejam-se os gráficos 1 e 2 a seguir, com a movimentação a respeito.

**Gráfico 1. Taxa de delitos por 100 mil habitantes no estado de São Paulo, de 2000 a 2013.**



Fonte: SSP SP. Até 2000: Dados da Res. SSP 150/95. 2001: Dados da Res. SSP 160/01. População residente: Fundação SEADE. Realização DISE/SOPP/PSA.

**Gráfico 2. Taxa de delitos por 100 mil habitantes em Santo André, de 2000 a 2013.**



Fonte: SSP SP. Até 2000: Dados da Res SSP 150/95. 2001: Dados da Res SSP 160/01. População residente: Fundação SEADE. Elaboração DISE/SOPP/PSA

# OS HOMICÍDIOS

O homicídio é uma das formas de violência que incide na morte de outra pessoa. Na maioria dos casos, trata-se de uma atitude extrema para a qual em muitos casos já houve outras formas de violência que a antecederam. E devido à sua condição, uma vez que leva à morte, é necessário refletir sobre este delito e o enfrentamento da violência. Um aspecto que pode ser apontado quando se pensa a respeito é a ‘cultura da violência’ e que pode indicar uma de suas causas.

Como se salientou no *Diagnóstico para Plano Plurianual Participativo 2014-2017*, o homicídio muitas vezes associa motivos fúteis, violência doméstica e situações cotidianas como causas para ações violentas. O referido Diagnóstico identifica também razões tocantes à impunidade como forma de estímulo à violência e a tolerância institucional como desafio a ser vencido. Lembra ainda a entrevista de Átila Roque, diretor da Anistia Internacional em que situa a condição brasileira:

“O Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade e dos governos, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social. [...] O fim trágico da vida desses jovens vem acompanhado da anulação simbólica de suas histórias, a dor das famílias e dos amigos ignorada, sonhos e trajetórias de vidas suprimidos. Isso ocorre devido à naturalização da violência e a um grau assustador de complacência em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino deles já estava traçado. Estavam destinados à tragédia e à morte precoce, violenta, porque nasceram no lugar errado, na classe social errada e com a cor da pele errada, em um país onde o racismo faz parte do processo de socialização e do modo de estruturação do poder na sociedade”.<sup>41</sup>

Poderia ser acrescido a esse quadro acima outra condição: aquela associada ao gênero. O estudo que se organiza aqui toca essa questão. Entretanto, é sabido que ainda há diversos estudos a serem realizados; este é apenas mais um olhar para a questão. Necessita-se de amplos diálogos tanto com bases de dados, como com pesquisas sobre o tema, além de interlocuções com a sociedade de forma que se objetive que mortes violentas e mesmo as condições de violência que se desenvolvem no contexto das relações sociais possam ser minimizados. Nesse conjunto, políticas públicas são fundamentais e podem explicitar ferramentas que apontem direções e trajetórias para que se alcancem tais objetivos.

Refletindo-se sobre o movimento entre as realidades amplas e aquelas locais no que toca homicídios é possível observar que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP SP) registra dados coletados junto aos Boletins de Ocorrência. É preciso observar as cautelas típicas de bases de dados e ainda, nesse caso, estas “... são antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que um retrato fiel do universo dos crimes realmente cometidos num determinado local”<sup>42</sup>, uma vez que nem todas as informações são registradas. Ainda assim, é possível analisar as condições de delitos e, nesse caso, os homicídios dolosos tanto no estado de São Paulo como de forma desagregada para os municípios que o compõem.

---

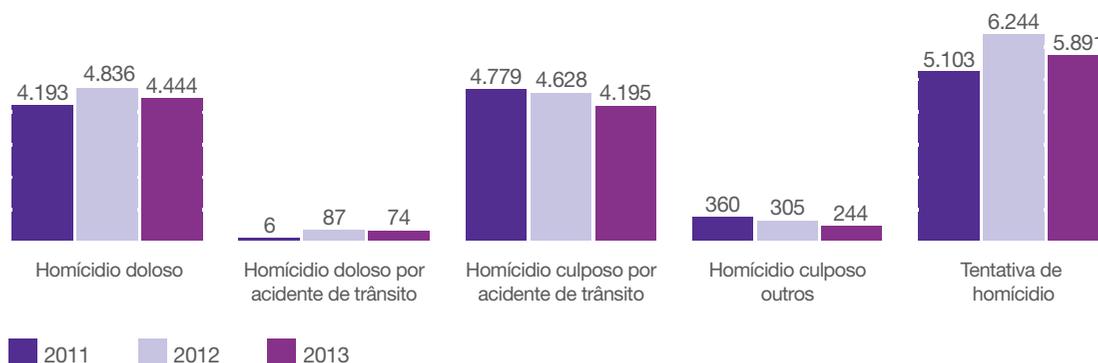
<sup>41</sup> <http://www.ecodebate.com.br/2012/09/05/epidemia-de-indiferenca-artigo-de-atila-roque/>

<sup>42</sup> Manual de Interpretação de Estatísticas Criminais, SSPSP, 2005, p.4. Acesso em setembro de 2014: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/downloads/manual.pdf>

Ao se aproximar dos dados de homicídios desagregados por tipologia e por ano de 2011 a 2013 (anos disponíveis no *site* da SSP SP), os gráficos 3 e 4 permitem evidenciar que tanto para o Estado de São Paulo, como especificamente para Santo André, as tentativas de homicídio lideram o *ranking*. Também é digna de nota a quantidade de homicídios culposos por acidente de trânsito. No caso do estado de São Paulo esta tipologia quase alcança os homicídios dolosos e no caso de Santo André essa

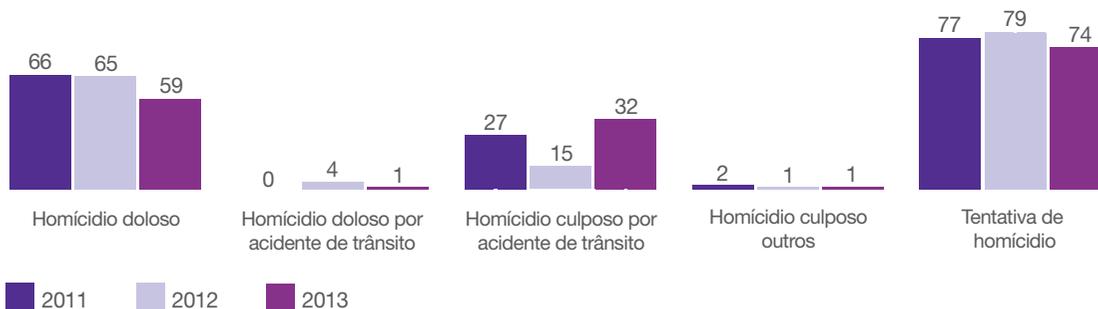
condição não se efetiva. Uma explicação possível seja o fato de que o estado de São Paulo possui uma malha rodoviária de estradas que corta o seu território, o que desafia as autoridades no que se refere a acidentes de trânsito. No caso de Santo André, esta cidade não é cortada por nenhuma rodovia. Entretanto, digno de preocupação é que houve um aumento de casos de 2012 para 2013. No caso de homicídios dolosos houve discreta diminuição nos anos de 2012 a 2013.

**Gráfico 3. Tipologia dos homicídios no estado de São Paulo, 2011 a 2013.**



Fonte: Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica, SSP SP. Elaboração DISE/SOPP/PSA.  
Observação: Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.

**Gráfico 4. Tipologia de homicídios em Santo André, 2011 a 2013.**

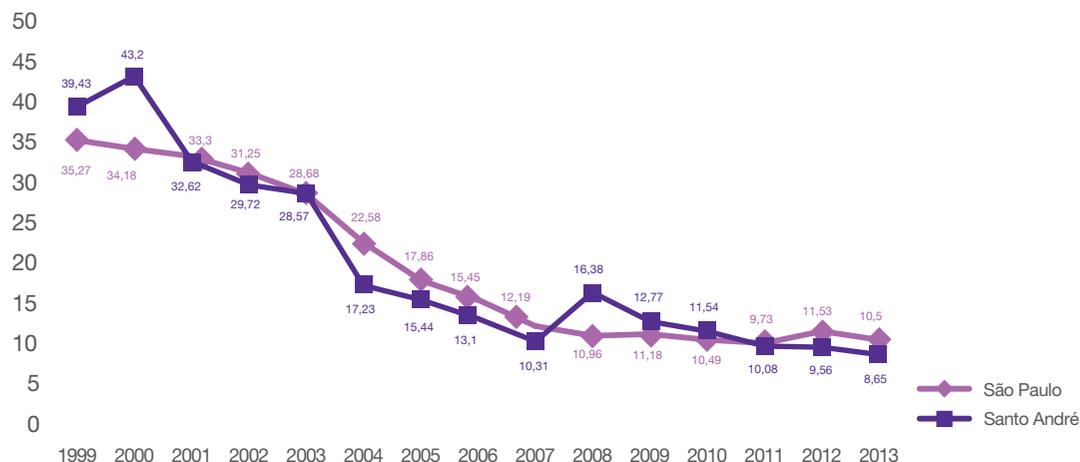


Fonte: Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica, SSP SP. Elaboração DISE/SOPP/PSA.  
Observação: Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.  
Zero em homicídio doloso por acidente de trânsito significa nesse caso dados não disponíveis.

No caso da taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes, de acordo com o *site* da SSP SP, este delito vem declinando tanto no estado como no município. Veja-se o gráfico 5 que indica as curvas para as duas instâncias – estado e município. Observe-se que o município tinha taxa mais alta que o estado de São Paulo nos anos de 1999 e 2000 e assim como o estado decresceu abruptamente entre os anos 2001 a 2007, Santo André também acompanhou essa condição. Na cidade houve um pico em 2008 e nos anos atuais 2012 e 2013, há certa semelhança na taxa entre os dois entes federativos. Ao espacializar os registros de homicídios em Santo André por meio das Delegacias de Polícia (DP/SSP SP) evidenciam-se diversidades entre elas. Na Terceira DP, que aglutina os bairros

das regiões de Homero Thon, Centreville, Vila Pires e Vila Helena, no ano de 2013 houve um aumento de tentativas de homicídio. Na Sexta DP, que agrega os bairros das regiões da Vila Luzita, Jardim Irene, Parque Miami, Condomínio Maracanã o que se observa é que tanto os homicídios são altos – os mais altos do município com 21 casos em 2013 e as tentativas de homicídio também têm número elevado. Ambas as regiões concentram os bairros com maior vulnerabilidade socioeconômica e com grande número de habitantes. São também regiões mais distantes das áreas centrais, conforme figura 1 que apresenta mapa de abrangência por DP. Vejam-se os números de ocorrências por tipo de homicídios distribuído pelas delegacias no gráfico 6.

**Gráfico 5. Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes no estado de São Paulo e em Santo André, 1999 a 2013.**



Fonte: SSP SP. Até 2000: Dados da Res SSP 150/95, 2001: Dados da Res SSP 160/01.  
População residente: Fundação SEADE.

Figura 1. Mapa por abrangência de Delegacia de Polícia e espacialização das ocorrências de homicídios dolosos, Santo André, 2010 a 2013.

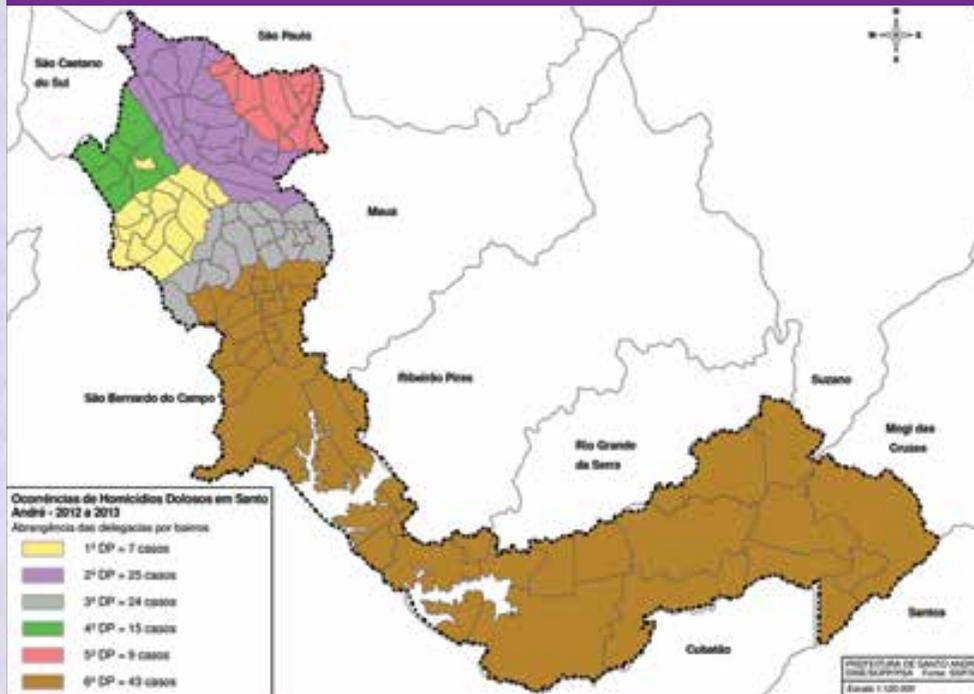
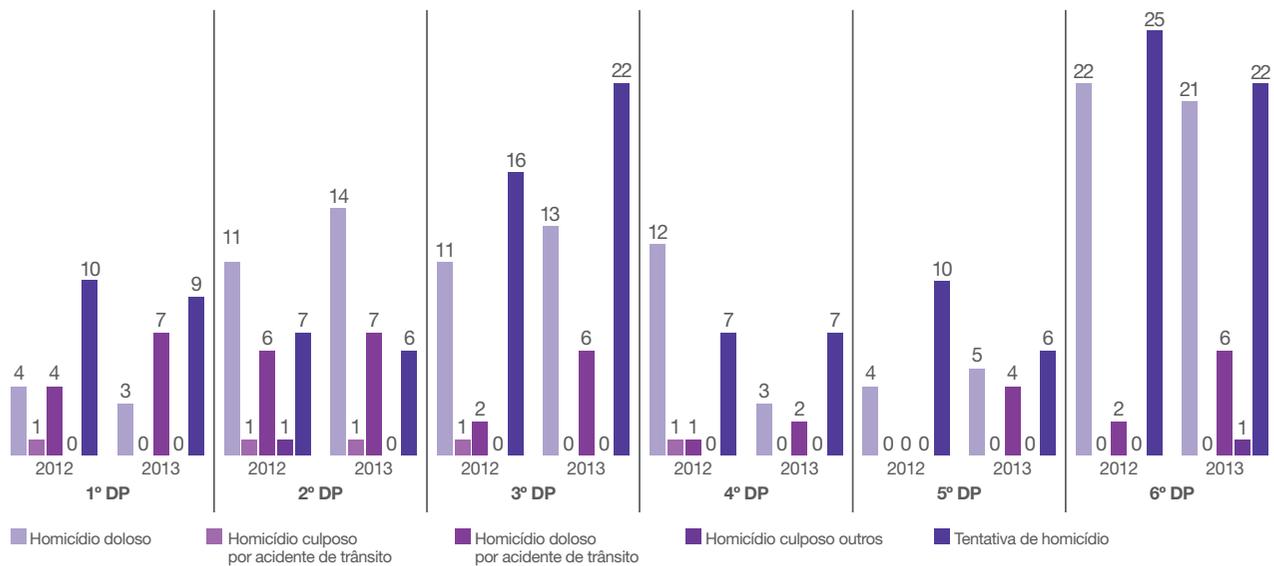


Gráfico 6. Ocorrências por tipo de homicídios e por Delegacia de Polícia, Santo André, 2012 e 2013.



Fonte: Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica, SSP SP. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Outra base de dados fundamental para se aproximar do tema é o SIM – Sistema de Informações de Mortalidade desenvolvido pelo Ministério da Saúde. Para sua utilização é necessário observar que há uma norma internacional desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seguida por todos os países. Esta caracteriza uma Classificação Internacional de Doenças que está em sua décima versão. Denomina-se CID-10. Entre as diversas informações que compõem a CID-10 há aquelas que se associam às causas externas de morbidade e mortalidade. Estas são causas que congregam aquelas que não são consideradas naturais – agregadas às condições de deterioração do organismo ou da saúde do indivíduo. As causas externas abrigam fatores independentes (lesões ou agravos) que levam à morte do indivíduo. Waiselfisz no *Mapa da Violência* identifica estes casos como homicídios, indicador por excelência de formas de conflito em que o “*relacionamento interpessoal acaba com a morte de algum dos antagonistas*.” [No SIM] *Corresponde ao somatório das categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de Agressões. Tem como característica uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões que levam à morte da vítima*” (WAISELFISZ, 2013, p.15).

O mesmo autor sugere que se faça o uso dos dados com alguma cautela, pois ainda há limitações e críticas a seus resultados, em especial no que toca ao subregistro. Este, segundo ele, deve-se à:

“... ocorrência de inúmeros sepultamentos sem o competente registro, determinando uma redução do número de óbitos declarados devido, fundamentalmente, à cobertura deficitária do sistema, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, e faz com que a fidedignidade das informações diminua com a distância dos centros urbanos e com o tamanho e disponibilidades dos municípios” (WAISELFISZ, 2013, p.15).

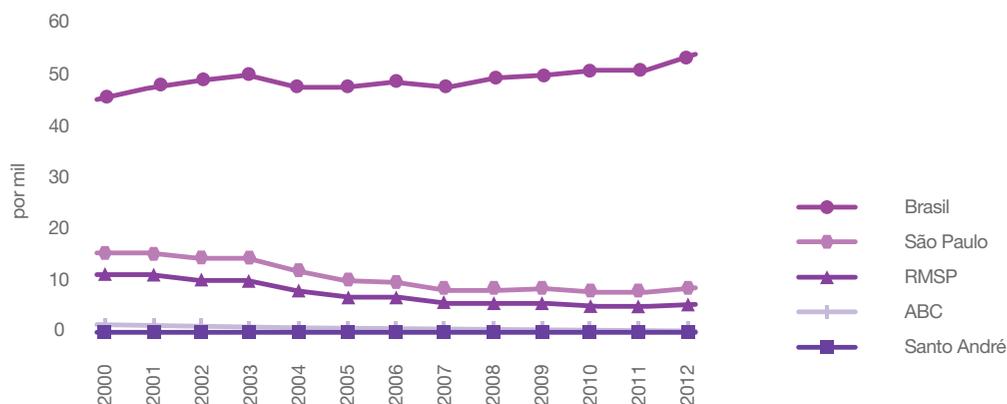
Entretanto, quando se observa as unidades federativas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste chegam-se quase a 100% dos casos de cobertura de registro. Após estas considerações de caráter técnico, é possível se aproximar dos dados, inicialmente em um quadro multiescalar desde o nível nacional até o municipal e, em seguida, desagregado para Santo André. Pela forma como a base é disponibilizada no *site*<sup>43</sup> não se permite uma análise desagregada em bairros. Seria preciso conhecer os microdados para que a geografia dos homicídios pudesse ser mais bem explicitada nesse estudo. Além disso, esclarece-se que apenas estão disponíveis os dados para os anos de 2000 a 2012 e sobre estes que se discorrerá a seguir.

O gráfico 7 apresenta a situação do número de agressões em cada uma das escalas. O que se observa é que em termos de Brasil houve um acréscimo constante, nos últimos anos, dos níveis de homicídios. Enquanto isso nos casos de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) houve uma queda significativa até os anos 2007 e após este ano uma condição de equilíbrio, que vai se modificando nos anos de 2012 com uma discreta ampliação do número de casos. No caso de São Paulo passou-se de 5.629 casos em 2011 para 6.314 casos em 2012. No caso da RMSP de 2.823 casos registrados em 2011, passou-se a 3.330 casos em 2012 (Vejam-se os números completos em tabela 1 no Apêndice).

---

<sup>43</sup> <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10> (acesso em setembro de 2014).

**Gráfico 7. Número de Agressões Brasil, São Paulo, RMSP, ABC, Santo André, 2000 a 2012.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Existem algumas análises que podem ser realizadas a partir desse gráfico. Segundo Waiselfisz durante os anos 2000 os índices tenderam a se estabilizar. A taxa de 2001 era de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes, em 2011 houve um decréscimo para 27,1. O autor indica, ainda que ao se observar a escala nacional em nível desagregado por unidades federativas, constata-se que este índice não é homogêneo; o que requer que se avalie além das informações sobre o Brasil, a condição de violência e segurança pública nos estados.

Segundo o mesmo autor, as quedas que se fizeram sentir a partir dos anos de 2003, podem evidenciar políticas de desarmamento que ocorreram a partir daquele ano, mas também, estratégias específicas em cada uma das unidades da federação. Observe-se que em São Paulo os níveis caíram bastante, atingindo em 2007 40% do número total de homicídios ocorridos em 2000 (Vejam-se os números na tabela 1 no Apêndice).

Peres et. all. (2012) apontou que há diversas motivações para a queda nos níveis de homicídio. Apresenta diferentes estudos internacionais que focalizam mudanças nos indicadores

socioeconômicos e demográficos, na qualificação de ações e investimentos em segurança pública, além de mudanças no mercado ilegal de drogas. Poucos são os estudos que se referem ao Brasil. O grupo desenvolveu estudos que visaram compreender o fenômeno no município de São Paulo. Este trabalho, ainda que seja referente a outro município, pode garantir indicações de reflexão para que se faça uma análise em Santo André. Dos resultados identificaram-se como elementos a serem observados para a compreensão do declínio de óbitos por homicídios: queda do número de jovens no todo da população, diminuição nos níveis da taxa de desemprego, aumento da taxa de encarceramento/aprisionamento, qualidade da atividade policial.

Outro mecanismo regulador do homicídio tem sido o crime organizado que atua em São Paulo, em especial na capital paulista, e que se impõem como poder político e econômico, controlando determinados espaços da cidade, como favelas e bairros periféricos, além de controlar o sistema penitenciário. Trata-se de organizações que operam entre o limiar da legalidade e da ilegalidade, e tem no narcotráfico uma de suas principais atividades econômicas. O estudo de Feltran

(2010) conseguiu atestar a atuação do crime organizado como instância normativa no controle dos conflitos nos territórios onde governam. Este autor procedeu a uma seleção de fatos em que se destacam muitos casos nos quais o crime organizado aparece atuando no cotidiano das pessoas por meio de um dos seus dispositivos — “os tribunais de justiça”, cujo principal objetivo é fazer com que os conflitos não atrapalhem o funcionamento das atividades vinculadas ao mundo do crime.

Uma passagem do texto é suficientemente elucidativa, e revela indícios quanto ao papel do crime organizado na queda da taxa de homicídios na periferia da cidade de São Paulo.

“Em 1995, [...] não havia PCC, e a favela do Jardim Elba era alvo de disputas sangrentas. A violência “era demais”, nas palavras de Ivete. Deixou de ser. A chamada “pacificação” das relações internas ao “crime” ali se iniciou na virada para os anos 2000 e se consolidou em 2003, quando, segundo relatos recorrentes obtidos em campo, os “irmãos” (membros batizados do PCC) assumiram a tarefa – antes do principal traficante local – de ordenar todo o “mundo do crime” e fazer seus negócios funcionarem sem conflito. Com o sucesso da tentativa e os diversos pontos de venda de droga obedecendo a uma mesma “lei”, a um mesmo “comando”, não houve mais registro de disputas armadas entre eles” (FELTRAN, 2010, p.63)<sup>44</sup>.

Os autores evidenciam que é desafiador estabelecer relação causal entre as variáveis apresentadas, pois há dificuldades na produção e registro de dados. O que se percebeu no estudo é que há variáveis que possuem chaves explicativas mais consistentes para tal. Dizem os autores: “... o aumento na taxa de encarceramento - aprisionamento e atividade policial perdem importância como fatores explicativos para a redução

observada nos níveis de homicídios após controle para a taxa de desemprego e redução na proporção de jovens”. (PERES, 2012, p.3.256) Ressalta-se, portanto, também a importância das variáveis socioeconômicas e demográficas na manutenção da queda dos níveis de homicídios em São Paulo.

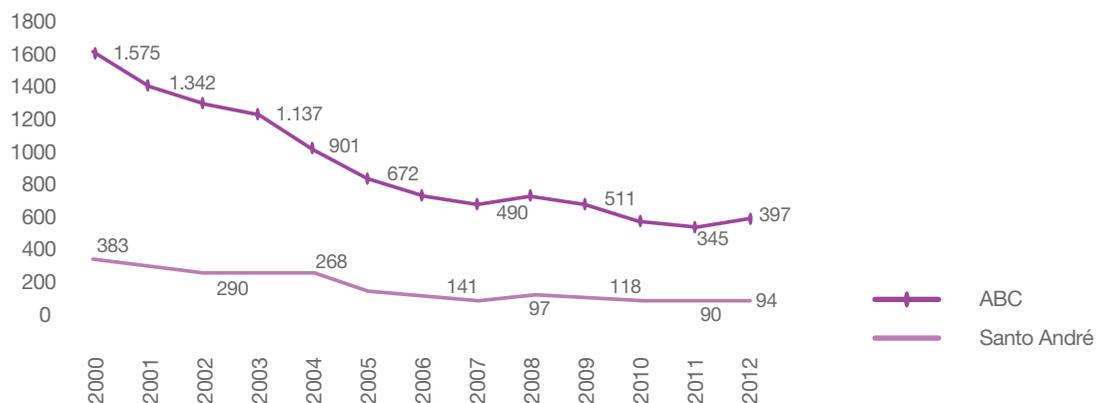
No caso do ABC o que se observa no gráfico 8 é que o declínio também foi gradativo, acompanhando as referências de São Paulo. Ao evidenciar as informações de Santo André é possível refletir sobre quais as ações em nível municipal foram tomadas. Deste ponto de vista existem alguns aspectos da trajetória que podem ser indicativos para tal situação. O primeiro deles é que desde 1985 a cidade possui Guarda Municipal<sup>45</sup>. De caráter civil, era subordinada ao Departamento de Trânsito e Serviços, e tinha por competência exercer vigilância e defesa do bem-estar dos munícipes, além de prestação de honra não militar. No ano de 2000 foi criada Secretaria de Combate à Violência Urbana com perfil associado ao planejamento e análise de estatísticas, algo inédito até então. No entanto, com nova gestão em 2004, esta Secretaria foi extinta e foi criada a Assessoria de Articulação de Políticas de Prevenção à Violência Urbana. A mudança viria na próxima gestão, quando se contemplou várias ações voltadas à diminuição da criminalidade, focalizando-se a segurança comunitária, envolvendo Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil (LINO, 2005).

---

<sup>44</sup> FELTRAN, G.de S. Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo, CRH, Salvador, 2010. Acessado em setembro de 2014 em: <http://www.scielo.br/pdf/cch/v23n58/v23n58a05.pdf> 06.10.2014

<sup>45</sup> Criada por meio de Lei nº 6.125 de 15 de junho de 1985.

**Gráfico 8. Número de agressões na região do ABC e Santo André, 2000 a 2012.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Recentemente e cada vez mais, o poder municipal de diversas localidades tem se dedicado às questões de segurança, em especial no que toca à prevenção. Mas, ressalta-se “a lenta mudança de paradigma da segurança pública [que] oscila entre um esforço maior na prevenção e o uso exclusivo da repressão. Apesar das vantagens de uma abordagem preventiva, os programas de prevenção costumam ser complexos e frequentemente só apresentam resultados a médio ou longo prazo” (CANO, 2006, p.145).

Esta condição de médio prazo pode ser observada na análise dos dados de Santo André. Há efetivamente uma queda no número de casos, mas os números caem e retrocedem a patamares mais amplos algumas vezes na série histórica analisada. Observe-se que em 2012 se nota discreto aumento em relação a 2011. Será preciso avaliar quais dados se consolidarão para os anos de 2013 e 2014, com vistas a avaliar se a tendência de alta se mantém.

Ao se avaliar as agressões em seu nível mais desagregado – por tipologia, conforme tabela 2 do Apêndice, é possível observar que o maior número de casos de agressões se encontra de maneira bastante superior às demais tipologias, nos homicídios

consumados por meio de arma de fogo. Somam-se 70% de todos os casos averiguados no arco de 2000 a 2012. No gráfico 9 é possível averiguar o ritmo desse tipo de homicídio em Santo André.

**Gráfico 9. Número de homicídios resultantes de agressão com arma de fogo e outras, Santo André, 2000 a 2012.**



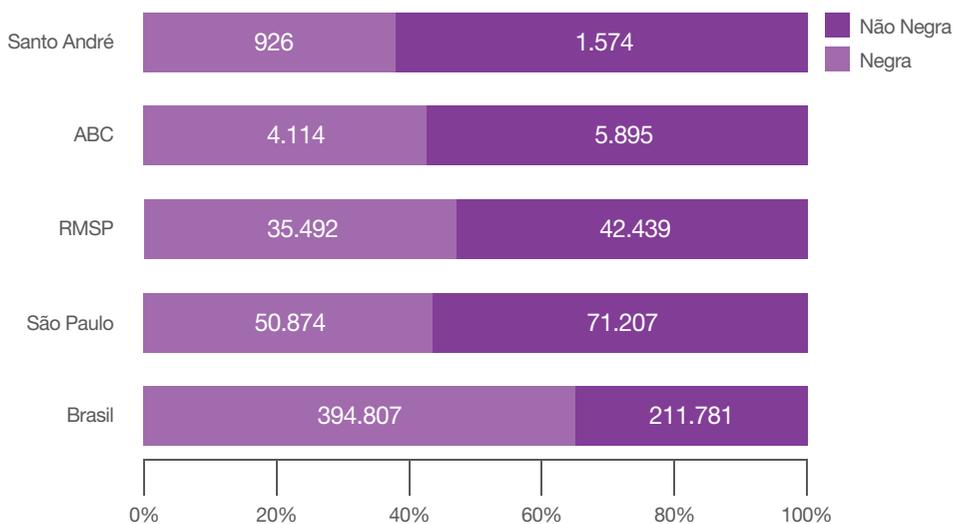
Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Para que se possa aprofundar a análise outras variáveis foram observadas. A primeira delas diz respeito ao item cor/raça, que tradicionalmente identifica um ponto de inflexão nas questões relativas à violência. Fez-se a mesma ação de análise desse quesito nas diversas escalas administrativas.

Constata-se que na variável cor/raça existem algumas questões em jogo. No Brasil, no arco temporal de doze anos, nota-se preponderância de homicídios associados a variável não negra. Observe-se que ao se avaliar o percentual dentre estes, pode-se evidenciar que ainda assim há mais negros expostos aos homicídios do que brancos. Waiselfisz no *Mapa de Violência 2012 – A cor da violência no Brasil* identifica que desde 2002 houve queda no número absoluto de homicídios na população branca e aumento desses números na população negra (WASELFISZ, 2012).

Em Santo André, especificamente, com o mesmo tipo de análise se avalia que a população negra é historicamente menor em termos de população total que aquela não negra no arco temporal proposto. Quando se analisa as vítimas de homicídios se observa que os negros são vítimas em 37% dos casos apontados na série de 2000 a 2012. Quando se analisa esse percentual em termos de ABC e São Paulo há alguma proximidade por razões históricas (o Estado de São Paulo não teve sua força de trabalho preponderantemente composta por escravos negros até o final do século XIX) conforme gráfico 10. No caso do Brasil, também por razões históricas, essa condição trouxe um traço étnico com forte acento na população negra.

**Gráfico 10. Número de homicídios, Brasil, São Paulo, RMSP, ABC e Santo André por cor/raça, 2000 a 2012.**

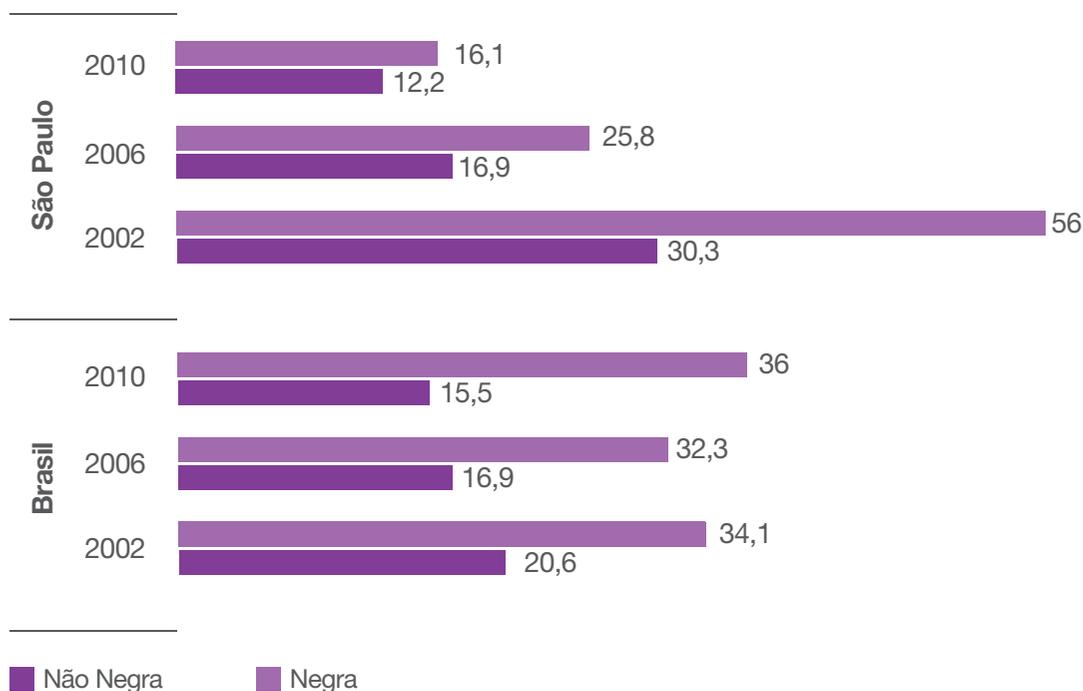


Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Vejam-se as taxas de homicídios por 100 mil no arco temporal de 2002 e 2010 coletadas pelo *Mapa da Violência 2012*. Em São Paulo ocorre um fenômeno que merece destaque. A taxa de homicídios entre negros era muito alta em 2002: 56 homicídios para 100 mil e caíram em 2010 para 16.1 homicídios por 100 mil habitantes. Já a taxa para não negros era mais baixa (30.3 homicídios para 100 mil) e caiu para 12.2. A diferença da queda

entre as taxas foi maior entre os negros – 39.9 – do que entre os não negros – 18.1. Essa condição pode levar à reflexão, mas não a uma afirmação, pois seriam necessários mais estudos a respeito, de que há um nível em que outras variáveis combinadas à cor/raça interferem: renda, escolaridade, fase etária, instâncias reguladoras de conflito, quer sejam elas legais ou ilegais, conforme mencionado acima.

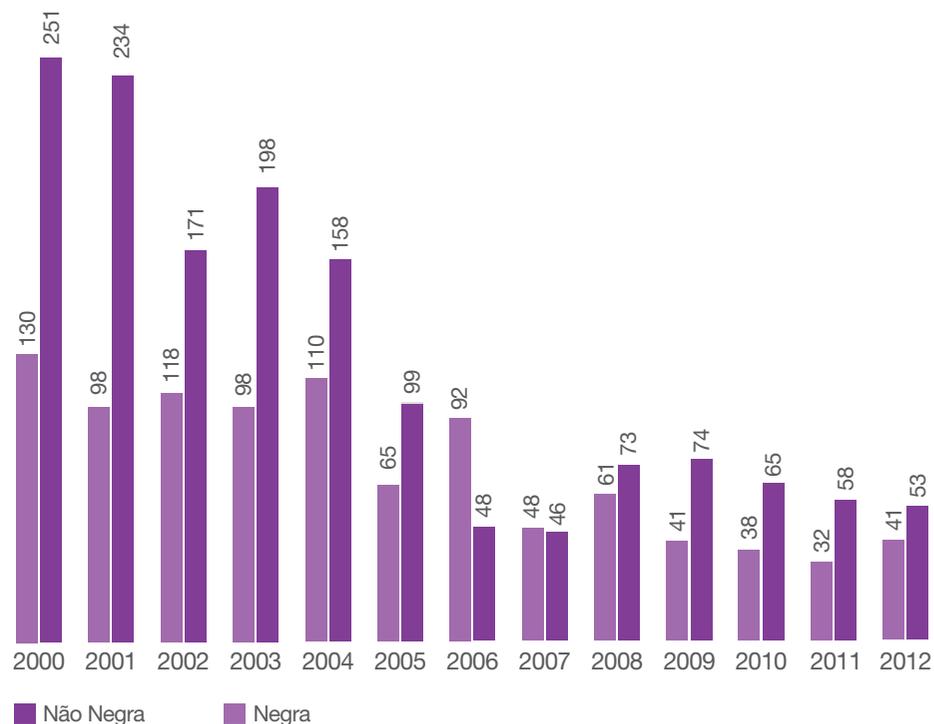
**Gráfico 11. Taxa de homicídios por 100 mil na população total segundo cor/raça, Brasil e São Paulo, 2002 a 2010.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir de Mapa da Violência 2012.

Em Santo André, ao se observar os números de homicídios segundo cor/raça no período de 2000 a 2012 se evidencia que houve maior número de casos entre a população não negra, e que os números decaíram no decorrer dos anos. Para esta análise é preciso ter em mente que a população não negra em Santo André é superior à negra.

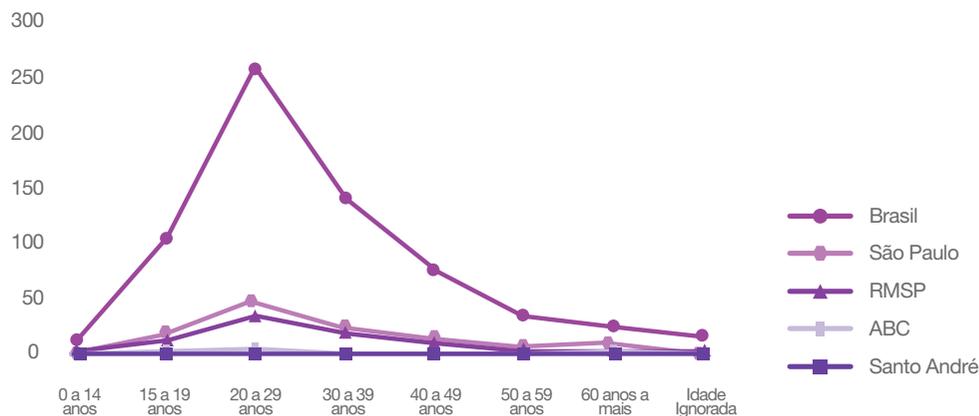
**Gráfico 12. Número de homicídios, segundo cor/raça, Santo André, anos 2000 a 2012.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Outro olhar que deve compor um quadro sobre as vítimas de homicídios relaciona-se às fases etárias. O gráfico 13 apresenta essa questão. Em todos os níveis administrativos retratados evidencia-se que o pico das vítimas de homicídios está na fase etária dos 20 a 29 anos.

**Gráfico 13. Número de homicídios Brasil, São Paulo, RMSP, ABC, Santo André, segundo faixa etária, anos 2000 a 2012.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Waiselfisz no *Mapa da Violência 2014 – Jovens do Brasil* identifica que no Brasil, no período entre 2002 a 2012, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes são muito semelhantes, com acréscimo decenal de 2,7%. No meio desse período, no ano de 2007, houve declínio da taxa para 49,7 homicídios por 100 mil. Semelhante caso foi apontado anteriormente para a população total. Segundo o autor essa condição pode ter como motivo “... impacto das políticas de desarmamento e estratégias exitosas pontuais de enfrentamento da violência nas grandes metrópoles com elevados índices – São Paulo e Rio de Janeiro” (WASELFISSZ, 2014, p.40).

Ainda há dois alertas importantes que se evidenciam naquele estudo: o primeiro deles é que as taxas nas grandes metrópoles vêm caindo nos anos mais recentes, mas há um processo de dispersão no País em localidades em que há escassa ou quase nenhuma capacidade de enfrentamento desse tipo de violência. O segundo alerta também evidenciado, diz respeito às informações de que as taxas de homicídios entre 2011 e 2012 (último ano consolidado) cresceram 8,5% (WASELFISSZ, 2014).

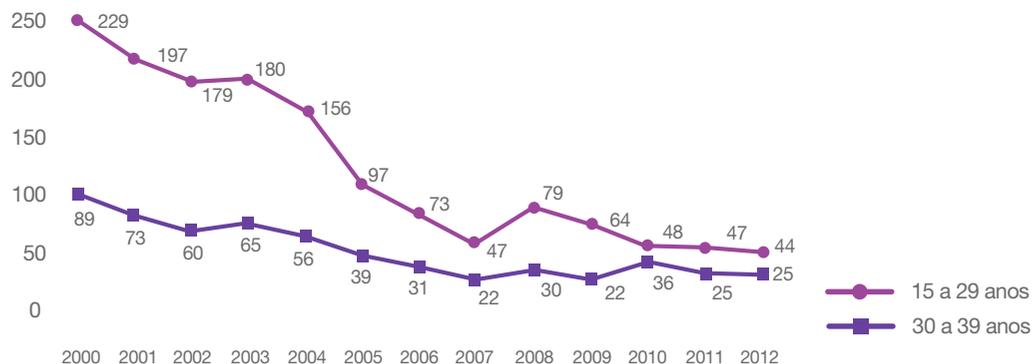
Os aumentos de violência homicida devem ser analisados sob diversos ângulos conforme apontado por Peres (2012) e seria preciso um estudo mais aprofundado. Waiselfisz aponta alguns dos aspectos que devem ser objeto de análise. São eles: expansão de polos de desenvolvimento econômico no interior

que se transformam em atrativos para migração de populações, e, ao mesmo tempo carência no poder público de organização institucional de controle e combate à violência; municípios que se localizam em zonas fronteiriças que podem estar em meio a rotas de contrabando e tráfico; e, ainda, cidades em fronteiras agrícolas recém-delimitadas, como é o caso da região centro-oeste e amazônica, nas quais há violência associada à grilagem de terras, extermínio de populações indígenas etc. (WASELFISSZ, 2014).

Em uma avaliação dos dados em nível municipal, no caso de Santo André, para uma faixa etária de 15 a 29 anos – faixa de adolescentes e jovens – e para os adultos, evidenciam-se os níveis de homicídios, nos quais os patamares de partida são diferenciados e mais altos para os jovens. Ou seja, no ano de 2000 houve 229 homicídios entre os jovens e 89 homicídios entre os adultos.

No caso dos homicídios entre os jovens houve um declínio mais acentuado no arco temporal de 2000 a 2012; diferentemente da tendência de homicídios sobre a população total de Santo André, em que houve ligeiro acréscimo de casos nos últimos anos (2011-2012). Destaca-se, conforme se observa na tabela 3 no Apêndice, que entre os adolescentes e jovens os números se mantiveram estáveis nos últimos dois anos em Santo André.

**Gráfico 14. Número de homicídios da população de 15 a 29 anos e 30 a 39 anos em Santo André – no período de 2000 a 2012.**

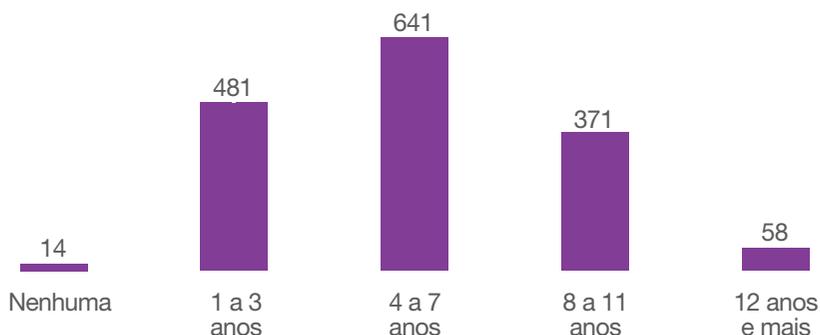


Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Em outra abordagem aplicada aos jovens nesse estudo a partir das informações coligidas junto ao Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde diz respeito aos homicídios e ao grau de escolaridade. É possível observar pelo gráfico 15 que dentre os adolescentes e jovens – 15 a 29 anos – o maior número de vitimados entre 2001 a 2011 são aqueles

que possuem o Ensino fundamental incompleto<sup>46</sup>. Estes somam 1.122 pessoas. Enquanto isso, quanto maior escolaridade a partir dos 8 anos de estudo, menores são os números de homicídios. É possível aferir que a escolaridade possivelmente seja um potencial variável de afastamento da violência e da vitimização por meio do homicídio.

**Gráfico 15. Anos de estudos e número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, Santo André, no período 2001 a 2011.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Sobre o local de ocorrência de óbitos por homicídios é possível refletir sobre alguns aspectos a partir das informações coletadas no *site* do DATASUS/SIM. Selecionaram-se os gráficos 16 e 17 para tal análise. O primeiro deles indica os percentuais de morte por homicídio segundo local de incidência no Brasil e em São Paulo, e o segundo faz o mesmo movimento no ABC e em Santo André.

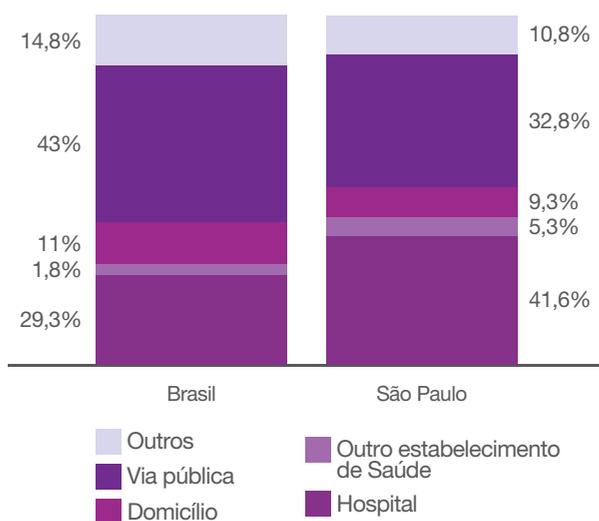
Em uma descrição dos gráficos é possível avaliar que no Brasil os maiores percentuais são aqueles que ocorrem em via pública. No estado de São Paulo estes ocorrem no hospital. No domicílio os percentuais são próximos entre o Brasil e São Paulo, e de maneira residual os homicídios ocorrem em outros estabelecimentos de saúde. Evidencia-se diante dos primeiros

números apontados que não se pode aferir que a via pública é mais segura em São Paulo, do que no resto do País; mas que possivelmente há melhores condições de atendimento às vítimas. Observa-se certa semelhança nos percentuais entre os dados de homicídios vitimados no domicílio.

No caso do ABC e de Santo André a situação é próxima no que toca aos homicídios em via pública. Entre aqueles que ocorrem a hospitais, há um percentual um pouco maior em Santo André do que no ABC. E, no caso de outros estabelecimentos de saúde, o percentual do ABC é um pouco mais alto. Isso pode sinalizar que em Santo André há rede de hospitais, enquanto que em algumas cidades do ABC os equipamentos de saúde podem ser em menor grau de complexidade.

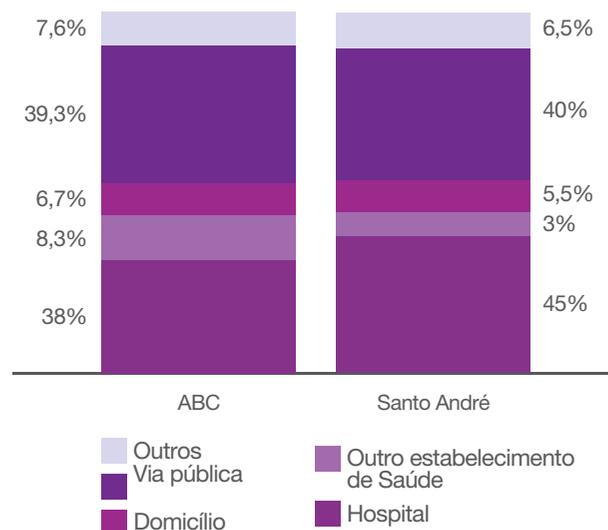
<sup>46</sup> Em consideração ao arco temporal, o Ensino Fundamental até 2006 se completava com oito anos de estudo. Este foi modificado, passando a compor nove anos, por meio da Lei federal nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Acesso à íntegra da lei: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)

Gráfico 16. Percentual de óbitos por homicídios, segundo local de ocorrência, Brasil e São Paulo, no período 2000 a 2012.



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

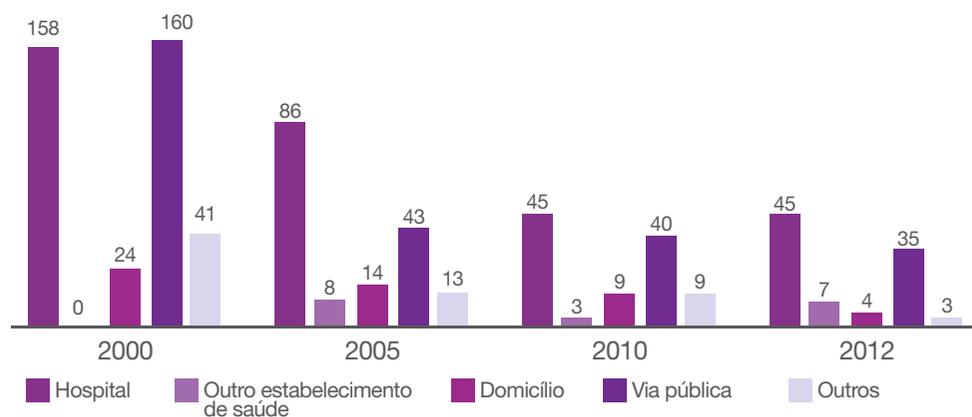
Gráfico 17. Percentual de óbitos por homicídios, segundo local de ocorrência, ABC e Santo André, no período 2000 a 2012.



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Em Santo André pode-se ainda aferir como estes índices variaram no tempo. No arco temporal disponível, de 2000 a 2012, selecionaram-se alguns anos e o resultado encontra-se expresso no gráfico 18. Nota-se, assim como se observou em outras bases de dados, que os homicídios caíram de 2000 a 2012, entretanto como se evidencia ainda são diversos os casos que ocorrem em via pública. Essa condição pode denotar tanto questões de segurança pública como também o não acesso a equipamentos de saúde.

Gráfico 18. Número de óbitos por homicídios, segundo local de ocorrência, Santo André, anos 2000, 2005, 2010 e 2012.



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Finalmente, o último conjunto de dados do SIM e que dizem respeito ao recorte de homicídios e sexo. Traz-se a tabela 1 na qual se apresenta o total de homicídios no corte masculino e feminino por unidade administrativa: Brasil, São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo [RMSP], região do ABC e Santo André. Evidencia-se, de início, que é sempre muito superior o número de homens vítima de homicídios. Isso ocorre tradicionalmente, pois os homens são muito mais sujeitos à violência do que as mulheres. No caso de Santo André, no gráfico 19 se desagregou as informações por sexo e por ano de ocorrência. Observa-se que o número de homicídios, como se indica em momentos anteriores, declinou no decorrer dos anos e o número de casos envolvendo o sexo masculino é muito superior ao feminino.

Esta é uma discussão ampla que envolve aspectos culturais como sinaliza Matos & Martins em seu estudo. Dizem elas:

“as representações históricas e constitutivas das culturas de gênero explicam, em grande parte, a maior vulnerabilidade dos homens em relação a esses agravos [homicídios e acidentes de trânsito]. Um fator cultural é a maior liberdade que é dada aos meninos e em compensação uma maior vigilância sobre as meninas. Outro fator diretamente ligado às mortes por homicídio e acidentes de transporte é o acesso mais fácil dos

homens a armas de fogo e a carro. Há que se ressaltar que a arma e o carro são inseridos na vida dos meninos desde criança como brinquedos e passam a fazer parte do seu cotidiano” (MATOS & MARTINS, 2013, p.87).

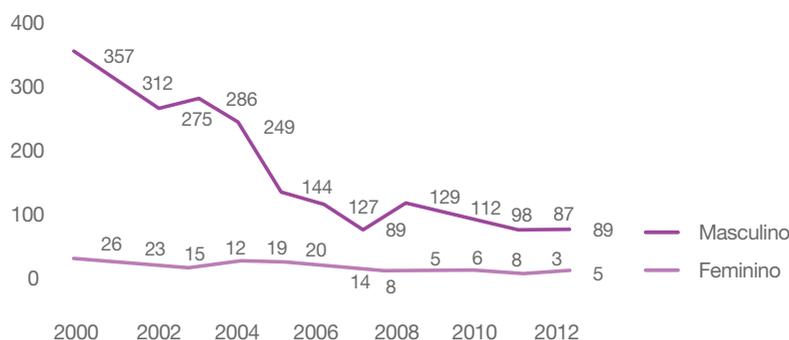
Entretanto, esta questão é ampla e apenas é sinalizada com a observação dessas autoras de que em sua revisão bibliográfica observam que a mortalidade por causas externas, dentre elas o homicídio, é um problema de saúde pública em todos os países. O grupo mais exposto a essas condições são os jovens do sexo masculino, negros e de baixo nível socioeconômico (MATOS & MARTINS, 2013). No tocante às condições associadas ao sexo feminino há outros pontos a serem observados que são apresentados na subseção a seguir.

**Tabela 1. Número de homicídios, segundo sexo, Brasil, São Paulo, ABC, Santo André, no período de 2000 a 2012.**

	Masculino	Feminino	Ignorado	Total
Brasil	595.657	52.885	645	649.187
São Paulo	113.700	10.544	64	124.308
RMSP	62.034	4.997	2	67.033
ABC	9.367	724	1	10.092
Santo André	2.354	164	0	2.518

Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

**Gráfico 19. Número de homicídios, segundo sexo, Santo André, dos anos de 2000 a 2012.**



Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

# Feminicídio

Um estudo referência para a questão dos homicídios femininos é o “Caderno Complementar 1 – Homicídio de mulheres no Brasil” do Mapa da Violência de 2012. Nesse estudo o autor indica que no Brasil de 1980 a 2010 foram assassinadas perto de 91 mil mulheres, sendo 43,5 mil só entre os anos de 2000 a 2010. A taxa de homicídios por 100 mil mulheres, no Brasil, em 1980 era de 2.3 homicídios por 100 mil, em 1996 chegou a 4.6 homicídios por 100 mil. Em 2007, após a promulgação da Lei Maria da Penha recuou para 3.9 por 100 mil, mas em 2010 houve novo aumento para 4.4 homicídios por 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012, p.5 e 6).

Ainda em termos de Brasil, o principal instrumento do homicídio é a arma de fogo, mas se observou por meio do estudo citado que a utilização de objetos cortantes, penetrantes, contundentes e por sufocação são mais utilizados quando o homicídio é feminino. No tocante ao local da ocorrência que originou as lesões que levaram à morte, no caso das mulheres, 40% ocorreram na residência, enquanto que no caso masculino identifica-se 14,7% de casos ocorreram nesse mesmo local.

No tocante ao homicídio contra as mulheres, Eva Blay desenvolveu pesquisa que avaliou como a questão do homicídio foi tratada pela mídia, pelos boletins de ocorrência e nos processos judiciais. Os resultados do trabalho são interessantes, pois mostram a relação cultural e de dominação que se estabelece de maneira bastante aguda.

Diz ela que o homicídio feminino está introjetado no imaginário brasileiro e pode ser expresso por diversos meios de mídia de maneira preconceituosa, assim como pela ação nem sempre protetora dos agentes sociais e mesmo pelo Estado. Finaliza o trabalho com a pergunta:

“Depois de trinta anos de feminismo, que impôs à sociedade o *quem ama não mata* como repulsa ao assassinato justificado pelo *matar por amor* e de consistentes mudanças na posição socioeconômica e nos valores relativos à relação homem x mulher, como explicar que crimes de gênero continuem a ocorrer?” (BLAY, 2003, p.96, grifos da autora).

A própria autora identifica possíveis respostas que podem estar na persistente cultura de subordinação da mulher ao homem, no papel do Estado pouco convincente quando do auxílio às mulheres quando fazem denúncias, e em julgamentos de crimes contra elas.

No *Mapa da Violência 2012* citado há uma indicação que remete à idade das mulheres vítimas de homicídios. Indica-se que os casos vêm crescendo rapidamente de acordo com o avanço da faixa etária. Os maiores números de casos ocorrem nas faixas etárias de 20 a 39 anos, com aumento na taxa de homicídios femininos por 100 mil, como se vê no gráfico 20.

Gráfico 20. Faixa etária e taxas de homicídios por 100 mil mulheres Brasil 2000 a 2010.



Fonte: SIM/SVS/MS - 2010: dados preliminares. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

# A Violência Doméstica

Nesta seção discorre-se sobre os casos de violência doméstica, aferindo tais acontecimentos por meio dos microdados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação — SINAN<sup>47</sup> gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde (Dasis), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS). Esta é uma fonte de informação de cobertura nacional e periódica que, por meio da ficha de notificação/investigação — que é preenchida nas unidades do Sistema Único Saúde —, permite captar a suspeita (provável) ou confirmação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências.

Nela são sistematizadas as ocorrências de incidentes que ocasionaram danos físicos ou psíquicos, e podem atingir mulheres, crianças, adolescentes e pessoas idosas independentemente da classe social, podendo ser eles pertencentes à mesma família ou não, visto que, em uma situação de conflito doméstico, vivem no domicílio do agressor. Sobretudo porque a violência doméstica é, antes de mais e depois de tudo, uma “*violência de gênero*”, como escreveu a pesquisadora do assunto, e porque ainda de acordo com a mesma estudiosa, “*a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante*” (WELZER-LANG apud SAFFIOTI, 1999, p. 84).

Em síntese, violência de gênero abrange vítimas de ambos os sexos e de todas as idades, podendo ser alvo de *agressões — físicas, sexuais e emocionais* — mulheres, homens, crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 2001). Diante desta situação, a relação de gênero não se configura em uma relação interpessoal, que equivaleria a “*singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem inimigo das mulheres. Nesta concepção, o encontro amoroso seria impossível*” (SAFFIOTI,

1999, p. 86). Quando não é o macho que agride, alguém lhe faz a vez (SAFFIOTI, 2001).

Não é considerado objeto de notificação pelo SINAN os casos de violência extrafamiliar (como “*brigas entre gangues, brigas nos estádios de futebol e outras*”), cuja principal vítima é a pessoa adulta do sexo masculino.

Para tanto, se analisa as notificações de ocorrência em Santo André, envolvendo pessoas que residem na cidade, no período compreendido 2009 e 2013, pois são estes os períodos disponíveis para o estudo.

A tipologia e a natureza da violência adotada no trabalho seguem o padrão do SINAN<sup>49</sup> e estão classificadas em nove tipos: I) física; II) psicológica/moral; III) tortura; IV) sexual; V) tráfico de seres humanos; VI) financeira/econômica; VII) negligência/abandono; VIII) trabalho infantil; e IX) intervenção legal. Em cada caso notificado pode haver mais de um tipo de agravo (crime). E a tipologia do meio de agressão também segue o padrão SINAN e está classificada em oito categorias: I) força corporal/ espancamento; II) enforcamento; III) objeto contundente; IV) objeto perfurocortante; V) envenenamento; VI) substância/objeto quente (queimadura); VII) arma de fogo; VIII) ameaça.

Nos períodos em referência foram acumuladas 1.740 notificações, de modo que ao longo do tempo em estudo os casos foram crescendo, chegando à razão de crescimento entre 2009 e 2013 em 200%; quando as notificações em 2009 saltaram de 239 registros para 479 em 2013, o que revela uma escalada da violência doméstica na cidade de Santo André, conforme ilustra o gráfico 21.

<sup>47</sup> Trata-se de um sistema de informação em saúde criado em 1990 com objetivo de coletar e processar dados sobre agravos de notificação para caracterizar o perfil da morbidade. Neste caso específico, são dados relacionados a Agravos Não Transmissíveis.

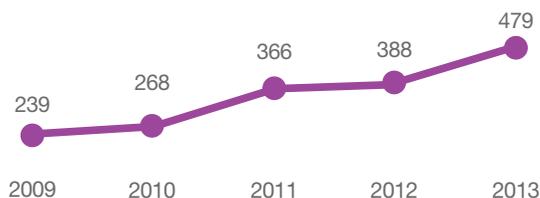
<sup>48</sup> Base de Dados disponibilizada pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Santo André/PSA.

<sup>49</sup> Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde.

Em nível nacional também se observa notável crescimento de casos relacionados à violência doméstica, como ilustra o gráfico 22. De 2009 a 2013, houve um acréscimo de 420% nas

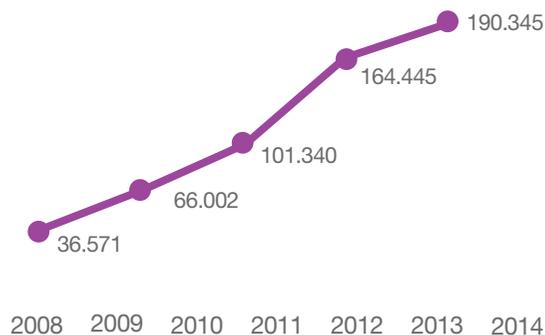
notificações, saltando de 36 mil casos em 2009 para 190 mil em 2013.

Gráfico 21. Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências - Santo André, 2009 a 2013.



Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 22. Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências - Brasil, 2009 a 2013.

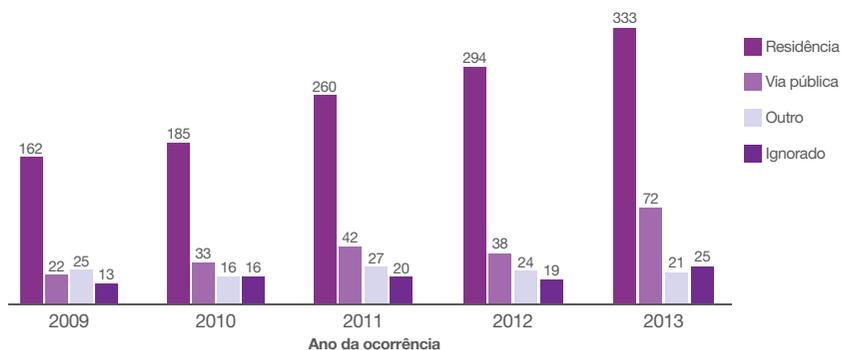


Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Esses incidentes ocorreram em sua maioria na unidade domiciliar, ou seja, em um espaço privado, conforme ilustra o gráfico 23. A vítima tanto pode ter sido um familiar, um não parente, ou um agregado, que mora no domicílio, evidenciando,

de um lado o espaço doméstico como “*locus privilegiado*” de ocorrência desse conflito, e de outro que o agressor, nesses casos, costuma ser conhecido (SAFFIOTI, 2001).

Gráfico 23. Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo local da ocorrência - Santo André, 2009 a 2013 (N°).

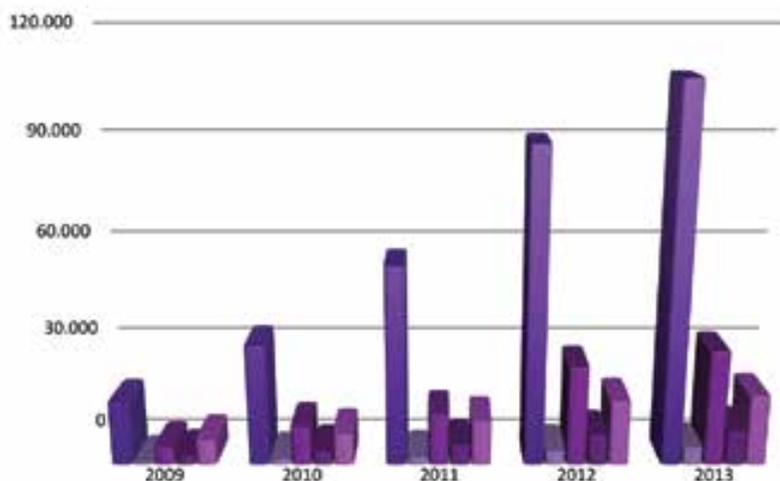


Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

O local de residência com maior número de casos onde o conflito ocorreu como ilustra o gráfico 24 é um indicador crucial, porque ele revela que a mulher agredida no âmbito da vida doméstica tem, por sua vez, como principal agressor o seu parceiro íntimo ou conhecido. Como referenciado pela literatura especializada no assunto, no espaço doméstico a dominação

é tanto territorial quanto simbólica, proporcionando condições de o agressor exercer o poder sobre a vítima. E o espaço doméstico continua a ser dominante quando se observa as estatísticas no conjunto da sociedade brasileira, como também evidencia o gráfico 24.

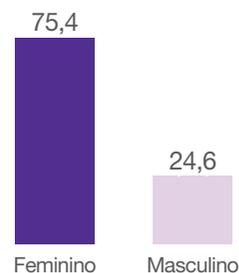
**Gráfico 24. Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo local e ano da ocorrência - Brasil, 2009 a 2013.**



	2009	2010	2011	2012	2013
Residência	18.565	35.321	58.185	91.209	108.148
Bar ou similar	676	1.711	2.222	4.094	5.005
Via pública	5.211	11.265	15.044	28.960	33.528
Outros	2.515	4.028	5.907	8.758	10.204
Ignorado	7.333	9.223	13.111	18.973	20.495

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Gráfico 25. Proporção de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo sexo das vítimas - Santo André, 2009 a 2013 (%).**

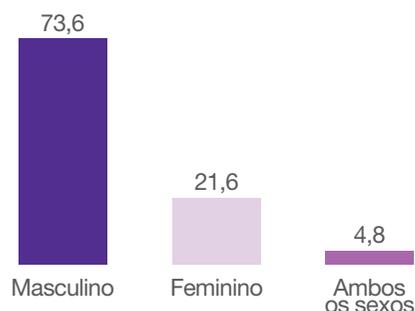


Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Ao passo que os incidentes contra o homem no espaço doméstico registrados pelo SINAN aparecem em proporções bem menores, confirmando a prevalência da violência contra mulher na unidade domiciliar. Nessas circunstâncias, pelo gráfico 25 percebe-se que, em Santo André, 75% das notificações dizem respeito ao sexo feminino. No quesito situação conjugal 40% se declararam solteiros, enquanto 23% estão casados.

Já ocorre uma inversão ao se observar o sexo do autor da agressão. Como mostra o gráfico 26, a proporção de agressores do sexo masculino é de 74%, e ela se reduz a 22% para os casos que envolvem o sexo feminino. E em 5% quando os dois sexos estão envolvidos.

Gráfico 26. **Proporção de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo sexo do autor da agressão - Santo André, 2009 a 2013 (%)**



Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

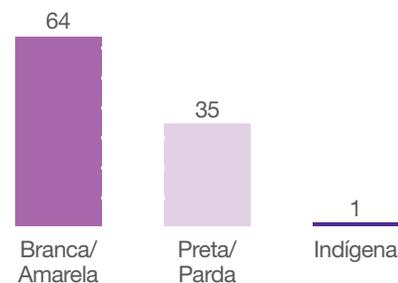
Deve-se salientar que, tanto no caso do sexo da vítima, quanto no do agressor, aqui não se está a reforçar o comportamento maniqueísta, segundo o qual as mulheres “são sempre vítimas da violência masculina e incapazes de praticar atos violentos, assim como de que os homens são sempre violentos em relação a mulheres e nunca vítimas destas criaturas” (SAFFIOTI, 2001, p. 64). A tese da ‘lógica do galinheiro’, por exemplo, desenvolvida por Saffioti desconstrói tal maniqueísmo. Ao compreender a violência, sobretudo a doméstica, a partir da categoria gênero, a pesquisadora enfatiza que *nada impede de a mulher ser violenta*, ou que ela troque de *papel de vítima pelo de agressor*, reproduzindo nas relações sociais um comportamento agressivo. Ou seja, na linguagem do dia, “se o galo bica a galinha, esta tende a bicar os pintinhos”.

No contexto familiar, assim como na sociedade de modo geral, há uma distribuição desigual de poder, de modo que essa desigualdade se reproduz em todas as esferas da vida em diferentes espaços. Em linhas simples, isso denota uma relação baseada entre quem domina e quem é dominado, uma das

bases da organização social capitalista, independentemente do sexo deste ou daquele. Nesse sentido, afirma a pesquisadora: “há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens” (SAFFIOTI, 1987, p.16).

Voltando às estatísticas, o atributo cor/raça predominante mencionado pela vítima na notificação foi branca/amarela, contabilizando 64% dos registros. Enquanto 35% mencionaram cor preta/parda. O mesmo sucedeu quando se cruza cor/raça com o tipo de violência. As vítimas em sua maioria são branca/amarela em praticamente todos os tipos de incidentes, como nos casos de violência física e psicológica, respectivamente, 61% e 63% das ocorrências. A respeito ver Apêndice, tabela 4.

Gráfico 27. **Proporção de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo cor/raça (agregado) das vítimas - Santo André, 2009 a 2013 (%)**



Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Não obstante, quando se observa o tipo de violência por sexo entre 2009 e 2013, nota-se que no agravo de lesão auto-provocada (tentativa de suicídio ou suicídio consumado), bem como no de negligência/abandono, o sexo masculino figura como vítima de forma representativa, com 41% e 42% dos casos, respectivamente.

Embora atinja vítima de todas as idades, a negligência/abandono envolve diretamente crianças e adolescentes (51%) e pessoas idosas (40%), conforme ilustra a tabela 3.

Nas demais situações são as mulheres que figuram em números importantes entre as vítimas de espancamento, agressões,

Tabela 2. **Proporção de casos de violência doméstica, segundo tipo de violência e sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013 (%)**.

Sexo	Negligência Abandono	Lesão Auto-Provocada
Feminino	57,8	58,6
Masculino	42,2	41,4

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

intimidação, maus-tratos e violência sexual. Sendo que 79% delas foi alvo de agressão física, 87% de agressão psicológica, 92% de algum tipo de tortura e 84% de algum tipo de violência sexual, conforme Apêndice, tabelas 5 a 12. Trata-se de situações em que a relação de dominação-exploração é exercida mediante o uso da violência, uma tendência, dado que *“a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência”* (SAFFIOTI, 2001, p.115).

Outra variável considerada foi a faixa etária das vítimas. Dessa forma, constatou-se que 31% das notificações (742 casos) envolvem crianças (0 a 14 anos), de modo que 48% (359 casos) desse arco etário sofreram algum tipo de abuso sexual. Nesse contexto, uma pesquisadora do tema, ao estudar os maus-tratos sexuais infantis e suas consequências, observou que o comportamento do agressor sexual (cujo percurso passa pelo aliciamento) tende a levar em consideração, no momento de agir, alguns atributos da vítima, principalmente, a sua *“faixa etária e pode incluir também características físicas como etnia, cor do cabelo, cor dos olhos e da pele”* (OLIVEIRA, 2010, p.7).

O levantamento constatou também que pessoas na faixa de idade de 20 a 29 anos correspondem a segunda maior incidência de notificação, chegando a 22% dos registros, de forma que 44% delas foram fisicamente agredidas.

Como observado anteriormente, a violência doméstica vem em um crescente ao longo do período entre 2009 a 2013. Os dados apontam que o agressor recorre à força corporal/espancamento (murro, tapas, soco, gravatada, empurrão etc.), para 42% das notificações (582 casos). Este meio de agressão tipifica a lesão

Tabela 3. **Proporção de casos de violência doméstica, segundo tipo de violência e faixa etária da vítima - Santo André, 2009 a 2013 (%)**.

Faixa etária	Negligência Abandono
0 -14 anos	51,3
15 -19 anos	2,7
20 - 29 anos	2,1
30 - 39 anos	1,6
40 - 49 anos	1,6
50 - 59 anos	0,5
60 anos ou mais	40,1

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

corporal dolosa, e configuram-se no crime mais frequente cometido contra mulher. Mas, como observou a estudiosa do assunto tal agravo só será passível de punição *“desde que a violência perpetrada deixe marcas no corpo da vítima”* (SAFFIOTI, 2001, p. 121). Por isso a estudiosa alerta que muitas mulheres são espancadas na cabeça, *“local em que eventuais marcas são disfarçadas pelos cabelos”* (SAFFIOTI, 2001, p. 122).

Se se compuser a força corporal/espancamento a outros meios de agressão como enforcamento (6%), objeto contundente (4%) e perfuro cortante (8%), e arma de fogo (4%), juntos estes meios chegam a 64% das ocorrências quando vinculados à violência física. O que ratifica a tese da pesquisadora, na qual a agressão física consiste na maior forma de agressão contra a mulher (SAFFIOTI, 2001). E quando se observa a parte do corpo atingida no conflito, chama à atenção a proporção de vítimas violentadas nos órgãos genitais/ânus (26% dos casos), seguido da cabeça/face (16% dos casos).

Evidencia-se, ainda, que há uma proporção de casos ignorados para parte do corpo agredida (24%). Isso pode ter alguma relação com as notificações de ameaça. Tal delito, difícil de confirmar, e que figura como a segunda maior ocorrência, pode ser caracterizada por ameaças verbais (gritos, palavrões, xingamentos e pressão psicológica etc.). É o chamado recurso da intimidação, embora muito difícil de provar, sobretudo porque requer a presença de testemunhas. Ele é impactante, pois há casos que vêm acompanhados de ameaça de morte. São 332 notificações (24%) ao longo do período. Em seguida, vem o envenenamento (163 casos, 12%), recurso muito utilizado na tentativa ou consumação do suicídio.

Sobre os tipos de violência verifica-se a predominância da violência física, sexual, psicológica/moral e negligência/abandono que totalizam 95,92% dos casos. O restante dos registros refere-se aos seguintes tipos de violência: tortura, financeira/econômica, intervenção legal, tráfico de seres humanos e trabalho infantil. Os registros são apresentados na tabela 5.

**Tabela 4. Meio de agressão dos casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo tipologia da agressão - Santo André, 2009 a 2013.**

Meio de Agressão	2009	2010	2011	2012	2013	Total (nº)	(%)
Força corporal/ espancamento	87	98	108	101	188	582	41,6
Enforcamento	5	9	19	29	23	85	6,1
Objeto contundente	10	8	10	8	14	50	3,6
Objeto perfuro/Cortante	12	14	23	32	35	116	8,3
Substância/Objeto quente	3	1	3	4	3	14	1,0
Envenenamento	18	17	43	43	42	163	11,6
Arma de fogo	6	14	9	13	16	58	4,1
Ameaça	39	36	60	78	119	332	23,7

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 5. Tipos de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências – Santo André, 2009 a 2013.**

Tipo de Violência	Registros
Física	678
Sexual	468
Psicológica/moral	318
Negligência/abandono	159
Tortura	40
Financeira/econômica	21
Intervenção legal	6
Tráfico de seres humanos	1
Trabalho Infantil	1

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

# Violência Sexual – os casos de estupro

No contexto da violência doméstica, a cultura do poder do macho se impõe de diferentes maneiras e formas a fim de garantir sua dominação-exploração. Nesse sentido, no livro *“Os Anjos Bons da Nossa Natureza: por que a violência diminuiu”*, o neurocientista Steven Pinker argumenta que *“a violência doméstica é o substrato de uma série de táticas pelas quais os homens controlam a liberdade, especialmente a liberdade sexual, de suas parceiras”* (PINKER, 2013, p.552).

Uma dessas táticas de imposição e controle é o uso do sexo que, na forma de assédio sexual, estupro, atentado violento ao pudor, pornografia infantil, exploração sexual<sup>50</sup>, consiste em “fenômeno de grande ocorrência”, e atinge em especial

mulheres, crianças e adolescentes, provocando sérias perturbações psíquicas e sociais, de médio e longo prazo (VALENÇA, et. al., 2013).

Em termos de números, no período entre 2009 e 2013, foram registradas 760 notificações de violência sexual em Santo André. Na dinâmica do abuso sexual, 63% dos casos eram de estupro consumado<sup>51</sup>, com uma discreta redução de registros em 2013; seguido de atentado violento ao pudor — um tipo de ataque sexual que pode se comparar ao estupro<sup>52</sup> (20% dos registros) —, com decréscimo em todos os anos; e 11% de casos de assédio sexual, de forma que este crime oscilou para baixo até 2011 e depois para cima em 2013.

Tabela 6. Número de casos de violência sexual, segundo tipo de violência sexual - Santo André, 2009 a 2013 (N°).

Tipo de Violência Sexual	Ano da notificação					Total (n°)	(%)
	2009	2010	2011	2012	2013		
Assédio sexual	18	10	8	18	23	77	10,9
Estupro	33	61	87	139	129	449	63,6
Atentado violento ao pudor	65	29	19	15	13	141	20
Pornografia infantil	3	5	3	6	5	22	3,1
Exploração sexual	2	2	5	6	2	17	2,4

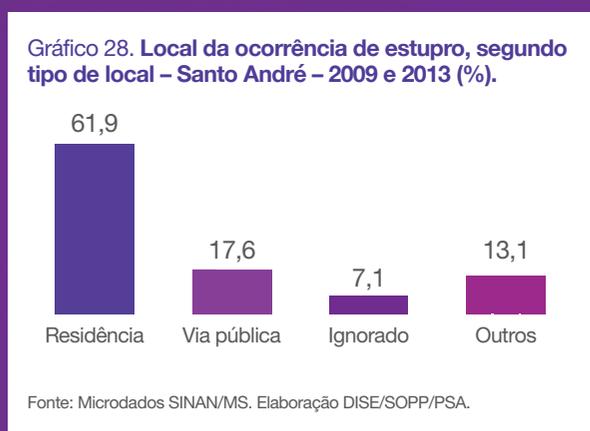
Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

<sup>50</sup> Estas são as cinco tipologias de violência sexual que constam da ficha de notificação do SINAN.

<sup>51</sup> Conforme assinala Cerqueira & Coelho (2014), com base em Maggio (apud, 2013), “a partir da sanção da Lei n° 12.015, de 7 de agosto de 2009, o estupro passou a ser um crime contra a dignidade e liberdade sexual. Portanto, somente nos últimos anos o legislador reconheceu explicitamente a dignidade e a liberdade sexual como um bem jurídico protegido, em que toda pessoa humana, independentemente do seu sexo, tem o direito de exigir respeito em relação à sua vida sexual, como também tem a obrigação de respeitar as opções sexuais alheias” (p.3 e 4).

<sup>52</sup> Na medida em que a caracterização de atentado violento ao pudor consiste em forçar alguém a praticar “ato libidinoso diverso da conjunção carnal”, incluindo sexo anal, oral e toques com ou sem objeto, ele pode ser tipificado como uma tentativa ou estupro consumado. Ver a respeito, LIMA, Renato Sérgio de. Crimes sexuais no Estado de São Paulo: padrões de registro das ocorrências policiais. Cadernos Pagu.

As mulheres figuram entre as principais vítimas em todos os tipos de violência sexual. Impulsionado pelos casos de estupro, que nos últimos cinco anos analisados registrou 449 ocorrências, tendo crescido de 2011 (87 casos) a 2012 (139 casos) 60%, e decrescido em 2013; os ataques sexuais revelam outra faceta da violência – que na maioria dos agressores (54%) é conhecida da vítima, quer dizer, a vítima tem algum tipo de relação com o perpetrador, seja uma relação familiar ou até algum convívio social. Em 53% dos casos da estatística (237 ocorrências), as vítimas são crianças, e 62% dos abusos foram consumados na unidade domiciliar (residência), e apenas 17% deles em via pública.



Entre os prováveis abusadores estão o pai em 9% dos casos, seguido do padrasto (quase 8%), do namorado (7%), do cônjuge (quase 4%) e do irmão (2%). Casos desta natureza se enquadram na violência intrafamiliar, pois os envolvidos estão ligados por parentesco consanguíneo ou por afinidade. E por ser um tipo de violência intrafamiliar (quando o abusador é o pai, padrasto ou irmão, ou seja, quando há vínculo familiar) se enquadra também no conceito de incesto. A violência intrafamiliar (ou incestuosa), como se refere pesquisadora do assunto, já que ela depende da relação do perpetrador com a vítima, é mais recorrente entre crianças e adolescentes.

Esses são casos que podem sugerir quão desestruturadas estão famílias envolvidas em situações de abuso sexual, justamente pelo fato de que houve violação de um dos pilares de sustentação da família — as regras sociais de parentesco.

De algum modo, abuso sexual perpetrado por pai/padrasto/irmão, além de revelar quando o lar não é seguro, tende a refletir no impacto da denúncia, quando ela ocorre, pois são casos “*mais difíceis de serem consideradas como crimes no decorrer dos processos investigativos e judiciários*” (MACHADO, 1998, p. 234).

**Tabela 7. Proporção de casos em que o autor do estupro é conhecido, segundo tipo do agressor – Santo André, 2009 e 2013.**

Autor da Agressão - Estupro	%
Desconhecido(a)	30,3
Amigos/Conhecidos	20,5
Outros	13,6
Pai	9,1
Padrasto	7,6
Namorado(a)	7,3
Cônjuge	3,6
Irmão(ã)	2,2
Ex-Namorado(a)	1,3
Mãe	1,1
Ex-Cônjuge	1,1
Própria Pessoa	0,9
Pessoa c/ Relação Institucional	0,7
Filho(a)	0,2
Cuidador(a)	0,2
Policial/Agente da lei	0,2

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

A grande incidência de casos de estupros nos últimos cinco anos, que atingiu a marca de 449 ocorrências, crescendo 60% de 2011 a 2012, e decrescendo em 2013, embora ainda se mantenha elevada tem a violência sexual praticada, ao menos em metade dos casos, por conhecidos, parentes que,

somada (cerca de 50% do total) supera os casos praticados por desconhecidos (cerca de 30% do total). Ou seja, são situações em que agressor tem relação parental ou afinidade com a vítima, uma das razões porque a maioria das incidências de estupro ocorre no espaço doméstico.

Ao observar os dados de estupros sob outra fonte, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, SSP SP, as informações são um pouco diversas. Para o triênio 2011 a 2013 segundo o SINAN temos para Santo André 355 casos. Para a SSP SP o total de estupros soma 314 casos no triênio observado. Uma das alternativas para essa diferença de casos pode ser a subnotificação em Boletins de Ocorrência, salientada anteriormente. Entretanto, os casos não notificados nos Boletins de Ocorrência levam à indicação sobre a fragilidade da vítima que, como se viu anteriormente pode ter sido uma criança ou adolescente. Mas, mas é prematuro categorizar essa questão, uma vez que seria necessário desenvolver outros tipos de pesquisas e bases de dados que trouxessem à luz esse tipologia de enfrentamentos.

O fato é que se fizer uma análise entre ambas, percebe-se que houve um sensível aumento de número de casos em 2012 nas duas fontes. A tabela 8 indica que assim como no caso dos homicídios, é possível espacializar essa ocorrência. A próxima seção indica de maneira mais aprofundada essa questão, entretanto, pela próxima tabela é possível observar que a delegacia que atendeu maior número de ocorrências foi a Delegacia de Direitos da Mulher com 107 ocorrências no triênio, e entre as Delegacias de Polícia, encontra-se maior número de casos na 6ª Delegacia de Polícia, com 83 casos notificados.

**Tabela 8. Número de ocorrências de estupro notificadas em Delegacias de Santo André, 2011 a 2013.**

Local/Ano	2011	2012	2013
1ª DP	6	6	7
2ª DP	9	11	14
3ª DP	5	14	9
4ª DP	6	5	9
5ª DP	5	6	11
6ª DP	26	28	29
DDM	38	42	27
D. Idoso	0	0	1
Total	95	112	107

Fonte: Departamento de Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica, SSPSP. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

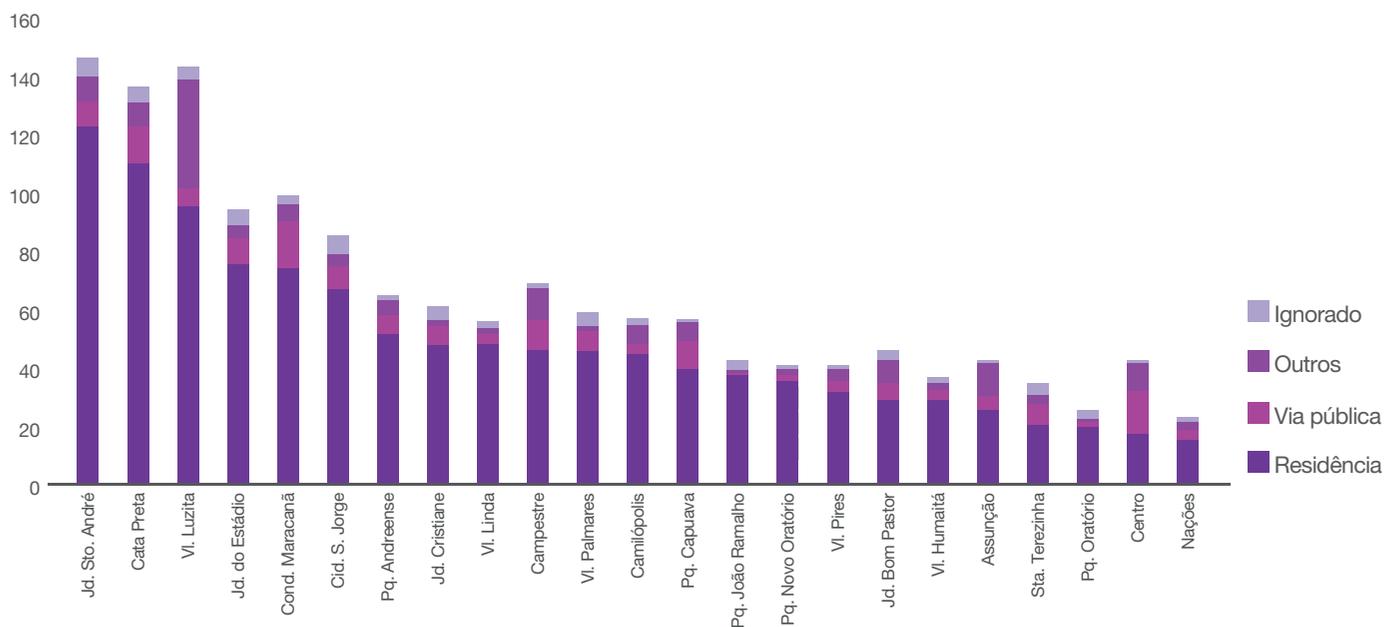
# O lugar das notificações de violência doméstica

A identificação das notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências pelo SINAN por Áreas de Ponderação (AP) em Santo André – entre 2009 e 2013 – permite a elaboração de análises complementares, incluindo a territorialização dessa violência no município. Esta condição possibilita verificar a ocorrência desigual dos diferentes tipos de violência na cidade. A fim de espacializar essas informações, foi possível relacionar com as Áreas de Ponderação as notificações

que estavam com o campo endereço ou bairro preenchidos corretamente, e identificar no território quais são os bairros onde ocorreram os casos de violência.

De um total de 1.459 notificações de violência no período, 76% dos registros ocorreram em residências, 11% em vias públicas, 10% em outros locais e 3% em local ignorado.

Gráfico 29. Local de ocorrência de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências por Área de Ponderação – Santo André, 2009 a 2013.



Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Como já elucidado neste estudo, é no âmbito da residência que ocorre grande parte das ações de violência contra a mulher. As Áreas de Ponderação que se destacam pelo maior percentual de notificações em residências são: Jardim Santo André (11%), Cata Preta (9,8%) e Vila Luzita (8,5%), totalizando 29,2%. Estas áreas, juntamente com Jardim do Estádio, Condomínio Maracanã, Cidade São Jorge, Parque Andreense, Vila Linda e Jardim Cristiane somam 61,5% do total de ocorrências. É importante destacar que essas áreas são densamente povoadas e essa condição certamente contribui para um maior percentual. Possivelmente outras questões de cunho socioeconômico e mesmo cultural também afetem a condição de vulnerabilidade das mulheres no que toca a violência sexual.

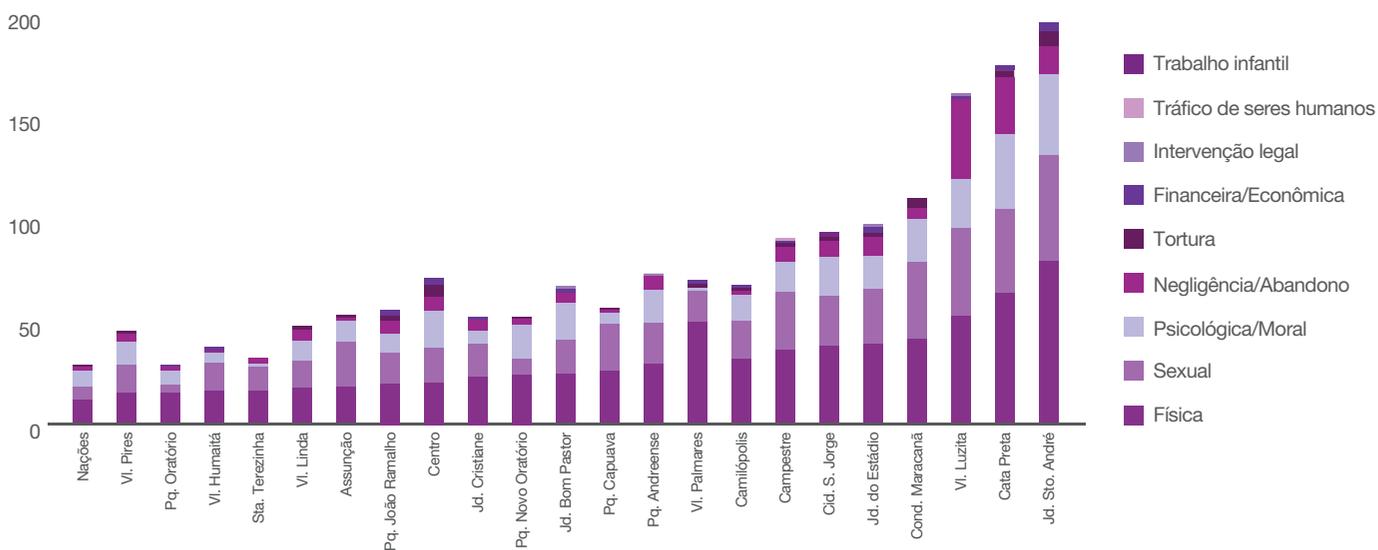
As Áreas de Ponderação com menor número de registros são: Nações (1,3%), Centro (1,5%), Parque Oratório (1,7%), Santa Terezinha (1,8%), Assunção (2,2%) e Jardim Bom Pastor (2,5%) que juntas somam 11,2% dos registros.

Ao analisarmos os registros de violência em vias públicas constata-se que cinco Áreas de Ponderação (de um total

de 23 AP) concentram 40,4% das notificações no período sendo: Condomínio Maracanã (10,3%), Centro (10%), Cata Preta (8,3%), Campestre (7,1%) e Jardim do Estádio (5,8%). Comparando esses dados com as cinco AP com menor percentual estão o Parque Oratório, Parque Novo Oratório, Nações, Camilópolis e Vila Humaitá, com um total de 12,7% das notificações. Para compreender melhor essa questão seria preciso um estudo mais aprofundado que trouxesse à luz as condições de segurança pública, uma vez que diversamente àqueles registros que se localizam no local privado – com especial prevalência do domicílio – aqueles que ocorrem na via pública podem estar associados com questões de políticas públicas como falta de iluminação adequada, falta de patrulhamento, entre outras.

Importante observar os casos de estupro, que é um tipo de violência e que segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo tem a via pública como o segundo local de notificação.

Gráfico 30. O percentual de tipos de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, nas Áreas de Ponderação – Santo André, 2009 a 2013.



Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Constata-se que sete Áreas de Ponderação concentram 52% dos registros de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, com percentuais em relação ao município apresentados na tabela 9. Mais uma vez evidencia-se o Jardim Santo André, Cata Preta e Vila Luzita como as Áreas de Ponderação com a maioria dos tipos de violência notificados, destacando-se para essas áreas os casos de: negligência

e abandono (47,89%), financeira e econômica (33,3%), psicológica e moral (30,2%), sexual (28%), física (27,6%) e tortura (27,5%). Essas Áreas de Ponderação possuem as regiões onde os níveis de renda e instrução são baixos, e são nessas áreas que estão bairros com maior vulnerabilidade socioeconômica do município.

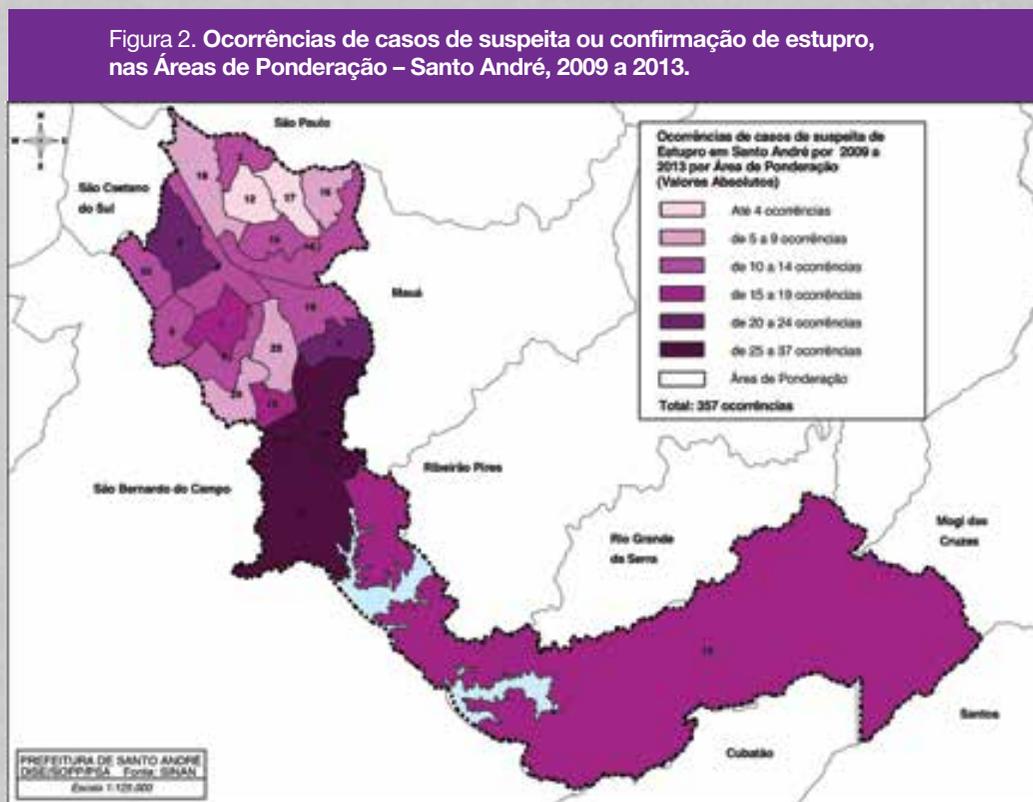
**Tabela 9. Áreas de Ponderação (AP) com maiores percentuais por tipos de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências – Santo André, 2009 a 2013.**

Tipo	Área de Ponderação							% por tipo de violência
	Jd. Sto. André	Cata Preta	Vl. Luzita	Cond. Maracanã	Jd. do Estádio	Cid. S. Jorge	Campestre	
Física	11,4	8,7	7,5	6	5,6	5,5	5,3	50
Sexual	10,3	8,8	9	7,5	5,8	5,1	5,8	52,3
Psicológica ou moral	12,3	11,3	6,6	6,3	4,4	5,3	4,1	50,3
Negligência ou abandono	7,5	16,4	23,9	3,1	5,7	5	4,4	66
Tortura	20	7,5	0	12,5	5	5	5	55
Financeira ou econômica	19	9,5	4,8	0	9,5	0	4,8	47,6
Intervenção legal	0	0	16,7	0	16,7	0	0	33,4
Tráfico seres humanos	0	0	0	0	0	0	100	100
Trabalho infantil	0	0	0	0	0	100	0	100

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Se analisarmos os casos de estupro espacializados no território verifica-se que sete Áreas de Ponderação concentram 54,1% das ocorrências em relação ao município: Vila Luzita (10,4%), Jardim Santo André, Cata Preta e Condomínio Maracanã (9,8% cada), Cidade São Jorge (7,6%), Campestre (5,9%) e Jardim do Estádio (5%). As Áreas de Ponderação com menor percentual de registros de estupro são: Parque Oratório, Nações, Parque Novo Oratório, Santa Terezinha, Vila Linda e Vila Pires que juntas somam 11,5% das notificações. Podemos perceber que as ocorrências de estupro ocorreram em regiões com

características socioeconômicas e de infraestrutura urbana distintas da cidade, como é o caso do Campestre, que é representado por uma população com maior poder aquisitivo e facilidades de acesso a serviços; porém, é na área sul da cidade, caracterizada por precariedade socioeconômica e de infraestrutura urbana reduzida que ocorreram em maior percentual as ocorrências de estupro. Uma análise espacial dos dados sobre estupro no município pode ser visualizada na figura 2 a seguir no formato de mapa.



Com relação aos casos de atentado violento ao pudor, sete Áreas de Ponderação respondem por 60% das ocorrências: Jardim Santo André (12,2%), Condomínio Maracanã (9,6%), Vila Luzita e Vila Palmares (8,7% cada), Jardim do Estádio e Parque Capuava (7,8% cada) e Cata Preta (5,2%). O restante das Áreas de Ponderação tem percentual inferior a 5%, destacando-se

Vila Humaitá e Parque Oratório que não possuem registro de ocorrências no período.

A figura 3 a seguir, apresenta as notificações das ocorrências dos casos de atentado ao pudor no município por Área de Ponderação espacializados em mapa no território.

Com relação ao assédio sexual verifica-se que apenas quatro Áreas de Ponderação são responsáveis por 43,1% dos registros: Condomínio Maracanã (15,4%), Vila Luzita, Cata Preta e Jardim Cristiane (com 9,2% cada). Outras 15 Áreas de Ponderação respondem pelo restante das notificações, 56,9%, com percentuais entre 6,2% e 1,5% e quatro Áreas de Ponderação não possuem notificações deste delito (Vila Linda, Santa Terezinha, Nações e Parque Oratório). Pode-se observar na figura 4 o mapa com as Áreas de Ponderação das notificações de ocorrências de assédio sexual.

Figura 3. Ocorrências de casos de atentado violento ao pudor, nas Áreas de Ponderação – Santo André, 2009 a 2013.

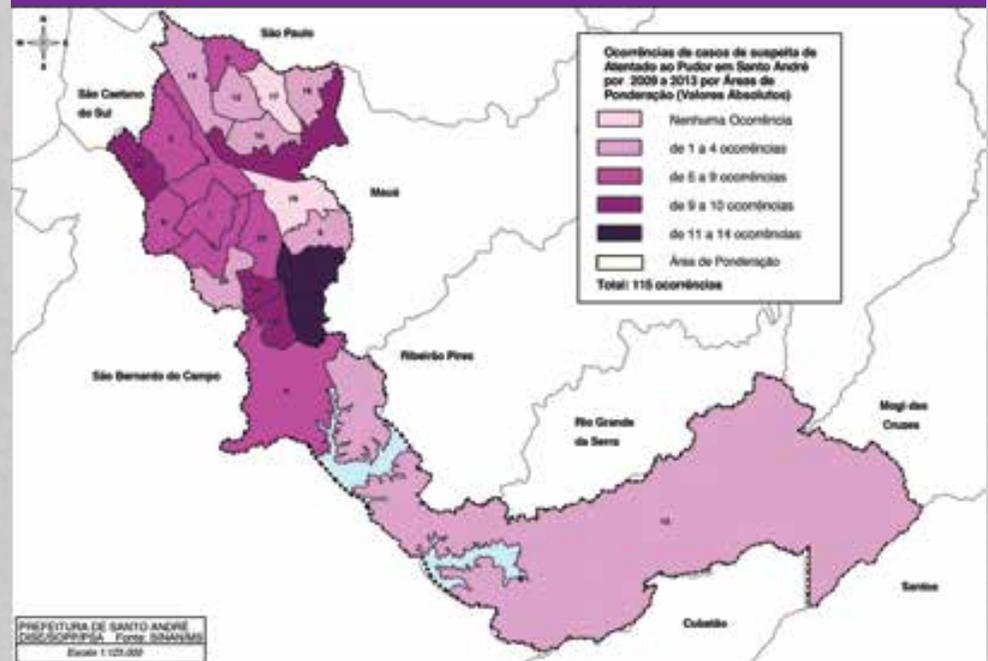
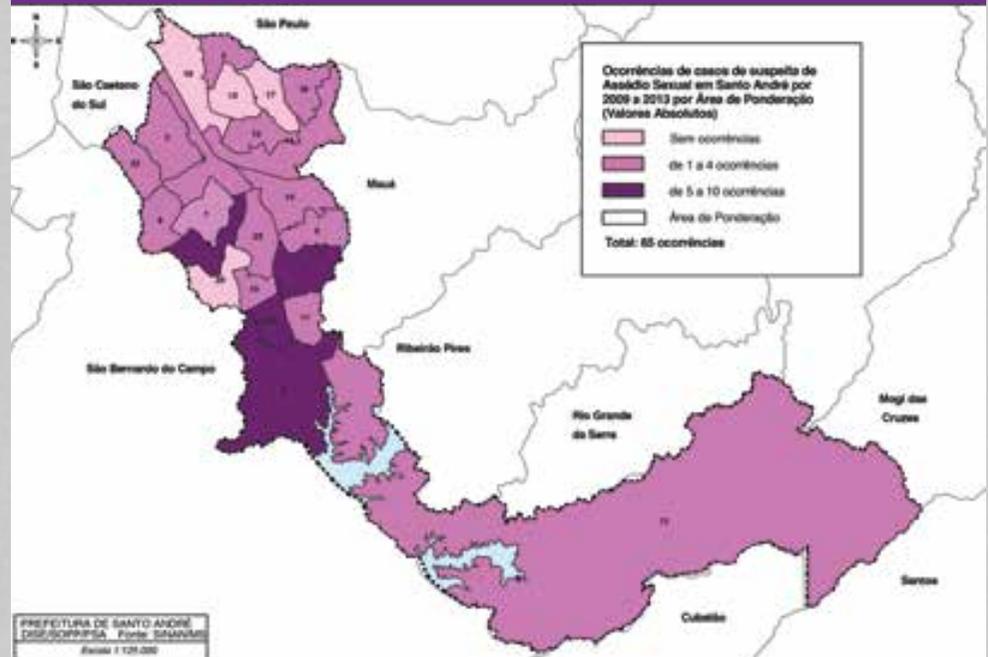


Figura 4. Ocorrências de casos de assédio sexual, nas Áreas de Ponderação – Santo André, 2009 a 2013



# A percepção social frente à violência contra as mulheres

A percepção social é outra forma de avaliar relações sociais que se estabelecem na sociedade. Pesquisas são realizadas com vistas a expressar qual discernimento que grupos sociais possuem sobre determinado tema. Um dos organismos que realiza esse tipo de pesquisa é o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do governo federal e que realiza o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) que trata de:

“... pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões” (IPEA, 2014).

Em 2014 o IPEA realizou pesquisa que se desenvolveu sob o tema “*Violência contra as Mulheres*”, que se transformou no relatório denominado “*Tolerância social à violência contra as mulheres*”, publicado em março deste ano, revisto e republicado em abril de 2014. Este documento será base de apresentação de algumas informações com olhar para o âmbito nacional.

Outras pesquisas se organizaram com esta abordagem e, no caso de Santo André, o presente estudo se valerá de pesquisa realizada em 2011 e 2012, denominada “*Dimensionamento Social*”. Esta foi solicitada pela Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André e foi realizada em parceria com o DISE (Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, sediado então na SDECTT/PSA<sup>54</sup>) e com a USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul).

A pesquisa focou grupos em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres, jovens, idosos, população negra, população cigana, LGBT e pessoas com deficiência, levantando-se perfil bem como identificação dos principais indicadores de exclusão social. As variáveis selecionadas para o estudo, ora apresentado, foram aquelas que podem expressar o enfrentamento à violência, com destaque para aquele em que há aspectos relacionados às mulheres. Cabe informar que se considerou que em Santo André existiam naquele momento 217.562 domicílios e os totais apresentados partiram dessa estimativa. A pesquisa, de caráter amostral, foi realizada em 5.050 domicílios que representa 2,5% das unidades da cidade.

A partir dessas considerações iniciais é possível ressaltar que as dimensões da pesquisa do IPEA reforçam condições que historicamente evidenciam a sociedade brasileira. Para este estudo se fez uma síntese das informações coletadas pela Pesquisa “*Tolerância social à violência contra as mulheres*”, em especial nos aspectos relativos à violência. Contudo a pesquisa é mais ampla e ela possui recortes sobre cor/raça, religião, regiões de moradia etc. que podem subsidiar outros estudos posteriores.

Destaca-se na Pesquisa do IPEA que para 64% dos entrevistados o homem deve ser a cabeça do casal, sendo que 40,9% concordam totalmente com essa condição. Evidencia-se um ponto de vista relativo à família patriarcal, na qual a mulher tem papel secundário, e o controle sobre o comportamento e sobre o corpo feminino por parte do gênero masculino está presente (IPEA, 2014, p.10). Na pesquisa segundo os autores há, entretanto, indícios de transformação, uma vez que 65,3% dos entrevistados não concordam com a proposição de que a “mulher casada deve satisfazer o marido na cama mesmo quando não tem vontade”.

<sup>54</sup> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Trabalho da Prefeitura de Santo André.

No que toca à opinião de que existem “mulher que é feita para casar e que tem mulher para a cama”, 54,9% das pessoas entrevistadas concordaram total ou parcialmente com essa proposição, o que pode indicar que o sexismo ainda é presente na sociedade brasileira. E esta característica, associada às anteriores, evidencia que os problemas de violência doméstica ainda persistem (IPEA, 2014, p.12), tal como se observou neste estudo ora apresentado, em seções anteriores.

Sobre a questão da violência contra a mulher observou-se que 73% discordaram da proposição de que “a questão da violência contra a mulher recebe mais atenção do que merece”. Tal resposta sugere que a sociedade vem se posicionando contra esse tipo de violência e aponta para questões que aprofundam as diferenças entre a violência privada (aquela doméstica) e a pública.

A respeito deste aspecto, a pesquisa IPEA identifica que ainda é grande o percentual de pessoas que acreditam que a violência doméstica, entre o casal, deve ser tratada no âmbito familiar. Diz a pesquisa que 78,7% concordam com a frase de que “o que acontece com o casal em casa não interessa aos outros”. Concordam com a frase de que em “briga de marido e mulher não se mete a colher”, 82%; e que “roupa suja se lava em casa”, concordam 89% dos entrevistados.

A pesquisa do IPEA alerta, entretanto, que por se tratar de ditos populares pode haver alguma margem para concordar com o dito sem muita reflexão, o que é corroborado quando se pergunta se os problemas de violência devem ser discutidos apenas entre os membros da família. Neste quesito 63% concordam, ou seja, o número cai um pouco em relação aos percentuais das perguntas anteriores.

A intolerância frente à violência física é concreta e se evidencia de forma clara quando na frase “homem que bate em mulher deve ir para a cadeia”, tem concordância de 91% e 78,1% concordam totalmente com ela. Curiosamente, as regiões Sul e Sudeste têm chance menor de concordar com a afirmação (IPEA, 2014, p.17). Em caso de violência de outro tipo, como falar mentiras sobre a mulher, xingar e gritar com sua própria mulher, se observou que estas são situações consideradas violência para boa parte dos entrevistados. No caso de falar mentiras sobre a mulher, o índice é de 68,1%; e no caso de

xingar e gritar com sua própria mulher, 89% consideram essa uma situação de violência.

Percebe-se que as diversas formas de violência, além da física foram percebidas na pesquisa realizada. Geralmente como evidenciado neste estudo sobre violência e as mulheres, as outras formas de violência ou são precedentes ou acompanham a violência física. Contudo, a pesquisa do IPEA observa que há certa naturalização de algumas tipologias de violência, fenômeno este decorrente da forma com a qual a sociedade brasileira se constituiu e vem se desenvolvendo ao longo dos séculos. Trata-se de “*persistente mecanismo de submissão feminina e perpetuação de uma ordem baseada no primado masculino na sociedade*” (IPEA, 2014, p.19). Por trás dessa ordem social estão imagens que aceitam a dificuldade do homem em controlar suas pulsões; a mulher como ser responsável pela violência, pois a provocou; ou porque não se comportou de maneira adequada como deveria uma ‘mulher e/ou mãe da família’.

A culpa das mulheres devido à violência doméstica foi outro item observado. Segundo a pesquisa: “Esta concepção aparece de maneira muito enfática nas reações à frase, muito popular, ‘mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar’: 65% dos/as respondentes concordaram total ou parcialmente com a afirmação” (IPEA, 2014, p.21). Observou-se que pessoas que moram nas regiões Sul e Sudeste e com escolarização de ensino superior têm menos chances de concordar com essa afirmação.

Ainda sobre a culpabilização das mulheres pelos atos de violência foram realizadas algumas perguntas a respeito. Sobre a pergunta se “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” 70% discordam dessa afirmação. Outra pergunta “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” a resposta foi que 58,5% concordam com essa afirmação.

O que se observa é que as mulheres efetivamente ainda sofrem com os mecanismos de controle de seu comportamento e de seu corpo, e isto da maneira mais violenta que possa existir (IPEA, 2014, p. 24). Segundo o Instituto vive-se no Brasil um ‘cultura do estupro’, onde há tolerância frente a essa situação, culpabilização da vítima

seja pela roupa que usava seu comportamento ou devido ao ambiente que se frequentou.

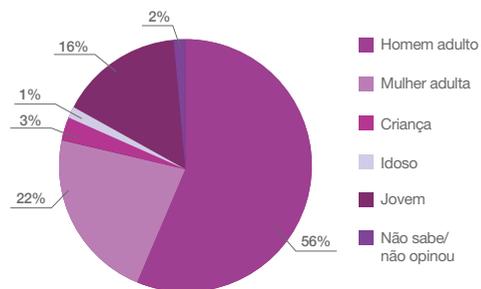
De tudo o que se apresentou até esse ponto, no tocante à percepção social sobre violência contra as mulheres há diferença de postura a respeito da tolerância/intolerância sobre a violência doméstica para a qual há grande intolerância; enquanto que para a violência sexual se observa que há certa aceitação. Dizem os autores do estudo do IPEA que esta condição:

“reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem. Neste sentido, demandas feministas presentes há décadas ainda são bastante atuais em nosso país, e a permanência de ideias tão avessas a uma perspectiva de direitos humanos, apesar de confirmarem estudos qualitativos e percepções gerais sobre o ambiente social, ainda causam espanto” (IPEA, 2014, p. 24).

A pesquisa *Dimensionamento Social* realizada em Santo André traz elementos relacionados a um amplo conjunto de informações nas quais se perguntou aos entrevistados se conheciam, ou se tinham ouvido falar de algum caso de violência; além de seu conhecimento sobre o arcabouço legal a favor dos direitos da mulher; bem como sua relação com o preconceito. São perguntas situacionais e não necessariamente perceptivas, mas que permitem que se façam aproximações sobre qual o ideário que se encontra subentendido nas respostas. Trata-se de uma descrição analítica que poderá ser mais bem aprofundada em outros momentos.

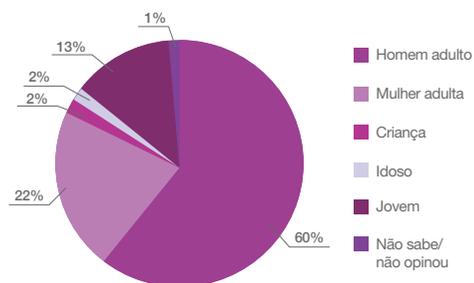
As primeiras informações relacionam-se ao tema violência em si. Dentre as perguntas que foram realizadas a mulher aparece sempre entre as respostas, o que permite que se trace um perfil para estas. Veja-se no gráfico 31 que a questão da agressão física atinge 22% de mulheres adultas. Percentual igual relaciona-se à ameaça com arma ou faca.

Gráfico 31. Característica da pessoa que sofreu agressão física por tapa, soco, pontapé, Santo André, 2012.



Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012.  
Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

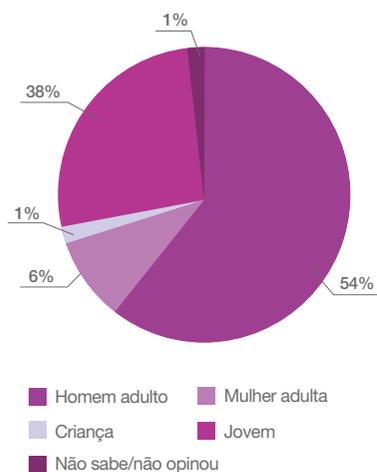
Gráfico 32. Característica da pessoa ameaçada por arma ou faca, Santo André, 2012.



Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012.  
Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

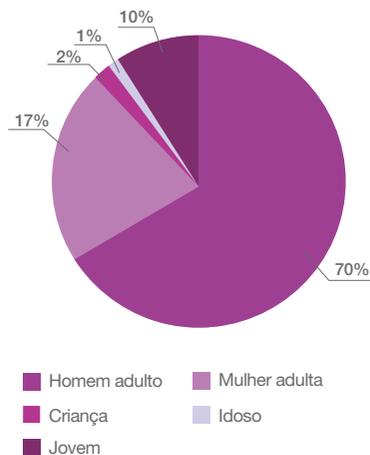
No caso da violência ser na rua e ser infligida por policial se observam que majoritariamente este tipo de evento está associado ao sexo masculino e ao jovem, sendo que, como se evidenciou em informações anteriores, as mulheres estão menos sujeitas a problemas dessa ordem, conforme gráfico 33. Caso semelhante, conforme gráfico 34 diz respeito à ameaça de morte: *homens estão mais sujeitos a essa condição*. No caso do gráfico 35 se evidencia outra questão: se a pessoa que sofreu algum tipo de violência, isso ocorreu devido a sua homossexualidade. Os resultados identificam que parcela considerável que passou por essa situação são homens, 65%, em detrimento aos 12% de mulheres.

Gráfico 33. Característica da pessoa que sofreu algum tipo de agressão policial na rua, Santo André, 2012.



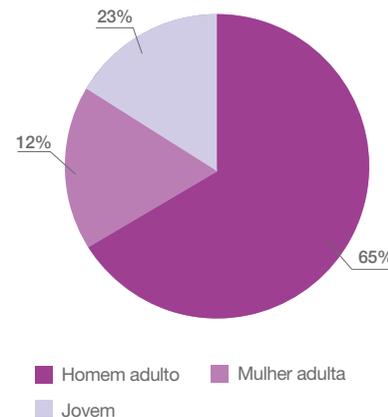
Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

Gráfico 34. Característica da pessoa ameaçada de morte, Santo André, 2012.



Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

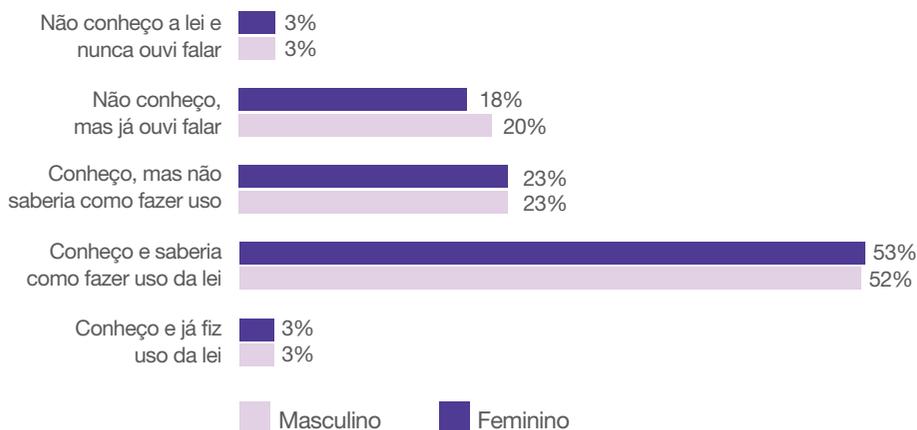
Gráfico 35. Característica da pessoa que sofreu alguma violência pelo fato de ser homossexual, Santo André, 2012.



Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

Outra parte de informações que são de interesse para este estudo diz respeito ao conhecimento dos direitos, em especial a Lei Maria da Penha. Neste caso, se organizou informações entre o conhecimento de homens e mulheres a respeito das informações. Denota-se, pelo gráfico 36, que há 79% de mulheres que conhecem a lei, e 23% delas, embora a conheçam, não sabem utilizá-la. Há ainda outro grupo de 21% que não a conhecem. No caso dos homens, 78% conhecem e 23% não a conhecem. No universo estudado há, portanto, um percentual de 46% de pessoas para as quais será necessário esclarecer aspectos sobre a lei e suas aplicabilidades.

Gráfico 36. Tem conhecimento da Lei nº 11.340 de 2006, Lei Maria da Penha, Santo André, 2012.

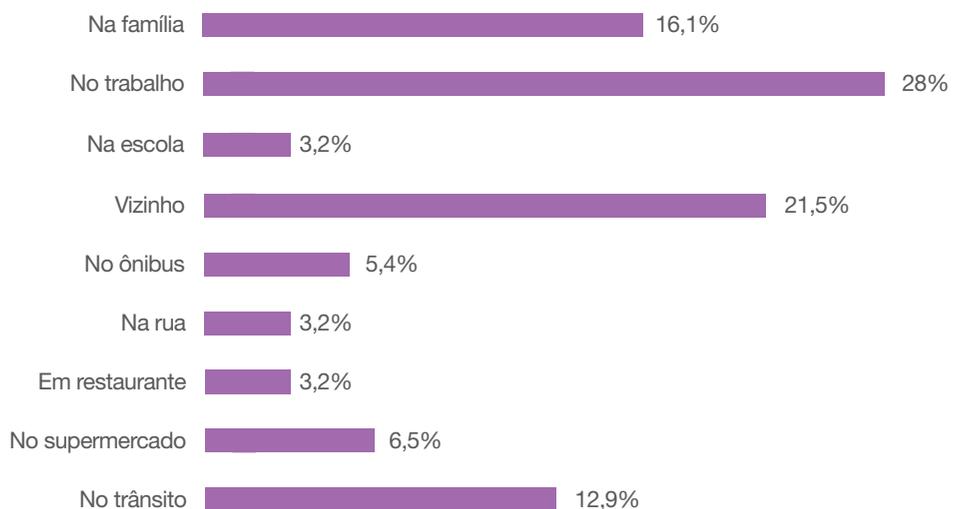


Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

Último tópico a ser analisado a partir da pesquisa *Dimensionamento Social* em Santo André relaciona-se ao tema Preconceito e Discriminação. Considerou-se interessante apresentar informações relativas a episódios de preconceito ou discriminação sofridos pelas pessoas. Quando se perguntou se houve preconceito um total de 96,4% da população não sofreu esse agravo. Dentre os que sofreram preconceito, 0,6% o

sofreram por ser mulher. Com os locais onde a mulher se sentiu discriminada ou sofreu algum tipo de preconceito (gráfico 37) estão situados na relação com vizinhos (21,5%), no trabalho (28%) e na família (16%). O dado instigante é que estes são locais de sociabilidade imediata, ou seja, onde há relações de parentesco ou de relacionamento entre moradores, colegas de trabalho ou familiares.

**Gráfico 37. Se sofreu o preconceito ou discriminação por ser mulher, onde ocorreu. Santo André, 2012.**



Fonte: Pesquisa Dimensionamento Social, 2012. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos/SOPP/PSA

# Considerações finais

Não se trata de elencar conclusões; antes construir reflexões evidenciadas pelo conjunto do estudo e que possam ser importantes no apoio à composição e desenvolvimento de políticas públicas para as esferas que tocam esse temário.

Constata-se que os desafios são de grande magnitude no que se refere às questões de violência, uma vez que à medida que a complexidade da sociedade se avoluma, as características de tais agravos também se sofisticam e se transmutam para outros âmbitos e, conforme observado em diversas pesquisas apontadas neste estudo, têm se espreado territorialmente pelo País. Há flutuações, com aumento e diminuição dos níveis de violência, tanto aquela associada ao gênero feminino, como também com relação a toda a sociedade, com destaque para crianças e adolescentes. Evidencia-se, por exemplo, que no caso de estupros no Brasil, esta faixa etária responde a mais de 70% das vítimas (CERQUEIRA e COELHO, 2014).

Outra constatação é que a violência, enquanto fenômeno social está entranhado por proposições ideológicas que tangenciam aspectos morais, éticos e psicossociais que acabam por reforçar padrões sociais patriarcalistas baseados no primado do machismo, ainda resistente em nossa realidade. Esta é sua face simbólica, geralmente leniente com a expressão da agressão física e moral que muitos cidadãos e cidadãs são vítimas, e que podem modificar suas condições de bem-estar físico e psicológico para o resto de suas vidas.

Acredita-se que, além de instituições fortalecidas e que encontrem os melhores meios para propor e enviaar esforços para minorar essas condições, na garantia da máxima transparência relativa às notificações de agravos e ações punitivas aos perpetradores; cabe à sociedade estimular, por meio de sua ação cidadã, que setores envolvidos estejam intrinsecamente voltados para o encorajamento de denúncias e afirmação de ações formativas no campo da educação, que possam efetivamente modificar tais padrões sociais.

Trata-se de um processo de transformação social e de regramento legal eficiente, além de robustas ações de formação que contribuam para a modificação de trajetórias.



Como se acentua na pesquisa do IPEA, no tocante às mulheres e que pode ser reverberado para toda a sociedade:

“Transformar a cultura machista, que permite que mulheres sejam mortas por romperem relacionamentos amorosos, ou que sejam espancadas por não satisfazerem seus maridos ou simplesmente por trabalharem fora de casa, é o maior desafio atualmente” (IPEA,2014, p.24).

Faz-se necessário romper amálgamas morais que dificultam a ação do poder público e da sociedade nos diversos campos de atuação – saúde, assistência social, segurança pública, justiça – e que impedem, em muitos casos, que as vítimas possam acessar a esses serviços e minorar sofrimentos advindos de situações de violência.

Ainda que a geografia da violência de Santo André esteja fortemente relacionada aos quadros de vulnerabilidade socioeconômica - relacionados à baixa escolarização e limitações de acesso aos serviços e oportunidades - acredita-se ser vital valorizar e potencializar essas localidades com políticas públicas propositivas para que não se construam estigmas e barreiras intransponíveis sobre a insegurança social daqueles já vulneráveis e vítimas da violência.

Foi com este intuito que o presente estudo foi organizado, dentro de uma abordagem indicativa, a qual pode ser ampliada sobre as diversas facetas deste tema, com destaque especial aos desafios associados ao gênero, à cor/raça e à juventude.

A continuidade desse trabalho se traduz a partir da possibilidade de aprofundamentos das políticas e das necessidades que a sociedade de Santo André se coloca no seu cotidiano.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* **Tese de Doutorado**, FFLCH, USP, 2007

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Proletariado como produtor e como produto*. **Revista de Economia Política**, vol. 5, nº 3, julho-setembro/1985.

BLAY, Eva Alterman. *Violência contra a mulher e políticas públicas*. **Estudos Avançados**, São Paulo 17: (49), 2003. p.87-98.

CAMARANO, Ana Amélia. et. al. *A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas*. In: **Brasil, o estado de uma Nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPOS, André Gambier. *Evolução da Ocupação no Sistema de Segurança do Brasil: uma Perspectiva Comparativa entre os Setores Público e Privado*. Rio de Janeiro: Ipea, **Texto para Discussão** nº. 1.399, março de 2009. Acesso em outubro de 2014: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1399.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1399.pdf)>.

CANO, Ignacio. *Políticas de segurança pública no Brasil: Tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime*. **Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos**. Número 5, Ano 3, 2006. Acesso em setembro de 2014 em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/v3n5a06.pdf>

CERQUEIRA, Daniel, COELHO, Danilo S.C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Brasília: Ipea, **Nota Técnica** nº 11, março de 2014. Acessado em setembro de 2014 em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140327\\_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf)

COSTA, Irlena Maria Malheiros da. **Cadernos de segredos: trajetórias de vida marcadas pelo abuso sexual incestuoso**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: 2013. Universidade Estadual do Ceará.

FELTRAN, G.de S. *Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*, **Caderno CRH**, Salvador, v.23. nº 58, 2010. Acessado em setembro de 2014 em: [http://www.scielo.br/pdf/c\\_rhv/v23n58/v23n58a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/c_rhv/v23n58/v23n58a05.pdf).

LEÃO RÊGO, W. D.; PINZANI, A. *Liberdade, Dinheiro e Autonomia: o caso do Programa Bolsa Família*. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Organizadores: CAMPELLO, Tereza; NERI Marcelo Côrtes. – Brasília : Ipea, 2013

LIMA, Renato Sérgio de. *Crimes sexuais no Estado de São Paulo: padrões de registro das ocorrências policiais*. In: DEBERT, Guita Grin et.al. **Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher**. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2006.

LINO, Heleni Barreiro Fernandes de Paiva. **Gestão da segurança pública em Santo André: a percepção dos agentes da guarda civil municipal acerca da ampliação de suas atribuições**. Dissertação de Mestrado em Administração. Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e das Organizações. São Caetano do Sul: 2005. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

MACHADO, Lia Zanotta. *Masculinidade, Sexualidade e Estupro: as Construções Da Virilidade*. **Cadernos Pagu**. Vol. 11, 1998: pp.231-273. Acesso em outubro de 2014. file:///C:/Documents%20and%20Settings/mjphintener/Meus%20documentos/Downloads/cadpagu\_1998\_11\_15\_MACHADO.pdf

MATOS, Karla Fonseca de Martins, Christine Baccarat de Godoy. *Mortalidade por causas externas em crianças, adolescentes e jovens: uma revisão bibliográfica*. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 14, n. 1 e 2, p. 82-93, dez. 2013. Acesso em setembro de 2014: file:///C:/Users/sckleeb/Downloads/10480-71742-1-PB.pdf

MINAYO, Maria Cecília de S. *A violência social sob a perspectiva da saúde pública*. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1994. vol. 10. pp. 7-18. Acesso em agosto de 2014 em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci_arttext)

MUSUMECI, Leonarda, *Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um Estudo a partir de Informações da PNAD - 1985/95*. Rio de Janeiro: Ipea, **Texto para Discussão** nº. 560, maio de 1998. Acessado em outubro de 2014, em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0560.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0560.pdf)>

NONATO, F.J. A. et.al. *O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas*. **Nota técnica nº 51**. IPEA, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Mery Pureza Candido de. **Abuso sexual de meninos: estudo das consequências psicosssexuais na adolescência**. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Fisiopatologia Experimental. São Paulo: 2010. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

PASINATO, Wânia. *'Femicídios' e as mortes de mulheres no Brasil*. **Caderno Pagu**, nº37, p.219-246, dez.2011. Acesso em setembro de 2014 em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-3332011000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-3332011000200008&script=sci_arttext)

PERES, Maria Fernanda Tourinho. et. al. *Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais*. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17 (12): pp.3249-3257, 2012. Acesso em setembro de 2014 em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n12/10.pdf>

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. *Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): setembro-dezembro/2009.

PINKER, Steven. **Os anjos bons de nossa natureza**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

PINTO, Céli Regina. *Jardin. 'Feminismo, História e Poder'*. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba. v. 18, jun.2010, p.16.

RAMOS et. al. **Participação Feminina na Força de Trabalho Metropolitano: o papel do status socioeconômico das famílias**. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, 2011, p. 598.

RODRIGUES, Rute Imanishi. *Moradia Precária e Violência na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ipea, **Texto para Discussão** nº. 1187, maio de 2006. Acesso em setembro de 2014: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a05.pdf> 06.10.2014

SAFFIOTI, H. I. B. *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade*. In: M. Corrêa (org.), **Gênero e cidadania**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu (col. Encontros), 2001.

\_\_\_\_\_. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. **Perspectiva**, São Paulo vol.13, nº 4, Out./Dec. 1999.

\_\_\_\_\_. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. **Cadernos Pagu**. vol. 16. 2001, pp.115-136.

\_\_\_\_\_. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTO ANDRÉ, Diagnóstico do Plano Plurianual Participativo. Prefeitura de Santo André, 2013

\_\_\_\_\_. *Mulheres de Santo André em destaque*. Histórias, conquistas e indicadores sócio-econômicos. Prefeitura de Santo André, 2004.

SOARES, Barbara Musumeci. *A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher*. **Dilemas**. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro, 2012. Vol.5, nº2. Pp.191-210. Acesso em agosto de 2014 em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-5-2-Art1.pdf>

SOUZA, L. R.de; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. *A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil*. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. **Cadernos Pagu** (3): pp.29-62, 1994.

VALENÇA, A.M., et al. *Relação entre crimes sexuais e transtornos mentais e do desenvolvimento: uma revisão*. **Revista de Psiquiatria Clínica**. 2013. vol. 40, nº 3, pp. 97-104.

VEIRA, Luzia Jane Eyre de Souza. et al. *Fatores de Risco para Violência Contra a Mulher no Contexto Doméstico e Coletivo*. **Saúde Sociedade**, São Paulo, 2008. v. 17, nº3, pp.113-125.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Mapa da Violência 2012. São Paulo, 2012, Instituto Sangari.

\_\_\_\_\_. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Mapa da Violência 2013. Brasília: 2013. Secretaria Geral da Presidência da República.

WELZER-LANG, D. **Les hommes violents**. Paris, Lierre & Coudrier Editeur, 1991.

## Sites consultados

GOVERNO ESTADUAL **Secretaria de Estado de Negócios da Segurança Pública de São Paulo (SSP SP)**, 2011. Acesso em agosto de 2014: <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/default.aspx>

GOVERNO FEDERAL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acesso em julho de 2014. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde, Sistema de Informações de Saúde**. Acesso em setembro de 2014 <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/crv/obt10>

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, "Sistema de Indicadores de Percepção Social - Tolerância social à violência contra as mulheres", 2014. Acesso em agosto de 2014: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf)

\_\_\_\_\_. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, Lei Maria da Penha, 2006. Acesso em agosto de 2014: <http://www.spm.gov.br/legislacao-1/lei-maria-da-penha/leimariadapenha-1.pdf>.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, acessado em [www.atlasbrasil2013.org.br](http://www.atlasbrasil2013.org.br)

# APÊNDICE

Tabela 1. Número de Agressões Brasil, São Paulo, RMSP, ABC, Santo André, 2000 a 2012.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Brasil</b>	45.360	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	50.113	51.434	52.260	52.198	56.337
<b>São Paulo</b>	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	6.117	6.326	5.806	5.629	6.314
<b>RMSP</b>	11.089	10.979	9.647	9.316	7.216	5.499	4.897	3.716	3.512	3.420	3.014	2.823	3.330
<b>ABC</b>	1.575	1.342	1.217	1.137	901	672	560	490	559	511	386	345	397
<b>Santo André</b>	383	335	290	298	268	164	141	97	134	118	106	90	94

Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

Tabela 2. Número de Homicídios resultantes de agressão com arma de fogo e outras, Santo André, 2000 a 2012.

Categoria	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Agressão por meio droga medic. e substâncias biológicas	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Agressão enforcamento estrangulamento sufocação	3	6	4	7	7	2	4	1	3	1	-	2	-	40
Agressão por meio de afogamento e submersão	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Agressão disparo de arma de fogo de mão	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	1	5
Agressão disparo arma de fogo de maior calibre	1	-	-	2	3	-	-	-	-	2	-	-	-	8
Agressão disparo outra arma de fogo ou NE	258	234	207	217	217	140	109	67	83	73	68	40	42	1755
Agressão por meio de fumaça fogo e chamas	-	-	2	2	-	-	2	1	-	-	1	-	1	9
Agressão objeto cortante ou penetrante	13	20	8	15	15	13	10	9	15	9	6	37	39	209
Agressão por meio de um objeto contundente	7	11	5	12	14	6	3	6	4	5	13	6	7	99
Agressão por meio projeção de um lugar elevado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Agressão por meio de impacto veículo a motor	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Agressão por meio de força corporal	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Negligência e abandono	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Outra síndrome de maus tratos	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Agressão para outro meios espec.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Agressão para meios NE	101	62	62	43	11	2	10	10	28	27	18	2	3	379
<b>TOTAL</b>	<b>383</b>	<b>335</b>	<b>290</b>	<b>298</b>	<b>268</b>	<b>164</b>	<b>141</b>	<b>97</b>	<b>134</b>	<b>118</b>	<b>106</b>	<b>90</b>	<b>94</b>	<b>2518</b>

Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

**Tabela 3. Número de homicídios da população segundo faixa etária em Santo André – no período de 2000 a 2012.**

Fases etárias	0 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	Idade ignorada	TOTAL
2000	1	58	171	89	44	13	4	3	383
2001	6	53	144	73	41	9	6	3	335
2002	5	51	128	60	24	10	8	4	290
2003	7	48	132	65	31	9	5	1	298
2004	4	37	119	56	28	14	9	1	268
2005	0	28	69	39	17	6	5	0	164
2006	3	18	55	31	19	9	6	0	141
2007	1	7	40	22	13	9	2	3	97
2008	0	25	54	30	14	8	2	1	134
2009	2	6	58	22	17	7	4	2	118
2010	0	13	35	36	13	6	3	0	106
2011	0	7	40	25	11	5	1	1	90
2012	1	4	40	25	16	5	3	0	94

Fonte: DISE/SOPP/PSA a partir do SIM/DATASUS

**Tabela 4. Casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo cor/raça (agregado) das vítimas - Santo André, 2009 a 2013.**

Cor ou raça	Física	Psicológica/ Moral	Sexual	Tortura	Tráfico de seres humanos	Financeira/ Econômica	Negligência/ Abandono	Trabalho infantil	Intervenção legal
Branca/Amarela	450	223	28	347	1	16	117	1	4
Preta/Parda	286	125	18	210	0	8	50	1	2
Indígena	6	6	1	9	0	0	0	0	0
Total	742	354	47	566	1	24	167	2	6

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 5. Casos de violência doméstica (Lesão Autoprovocada), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	26	14
2010	20	16
2011	64	42
2012	65	54
2013	63	42
TOTAL	238	168

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 6. Casos de violência doméstica (Violência Física), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	88	18
2010	84	25
2011	115	20
2012	114	36
2013	221	64
TOTAL	622	163

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 7. Casos de violência doméstica (Violência Psicológica), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	48	5
2010	33	7
2011	47	9
2012	82	19
2013	111	8
TOTAL	321	48

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 8. Casos de violência doméstica (Violência Tortura), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	11	3
2010	1	0
2011	8	0
2012	13	1
2013	11	0
TOTAL	44	4

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 9. Casos de violência doméstica (Violência Sexual), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	84	22
2010	76	16
2011	99	13
2012	124	25
2013	126	18
TOTAL	509	94

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 10. Casos de violência doméstica (Violência Financeira), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	2	0
2010	0	1
2011	2	0
2012	4	1
2013	12	2
TOTAL	20	4

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 11. Casos de violência doméstica (Negligência/abandono), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	21	5
2010	18	16
2011	23	22
2012	25	19
2013	21	17
TOTAL	108	79

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

**Tabela 12. Casos de violência doméstica (Violência Legal), segundo sexo da vítima - Santo André, 2009 a 2013.**

Ano	Feminino	Masculino
2009	0	0
2010	0	0
2011	0	0
2012	1	3
2013	2	0
TOTAL	3	3

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Tabela 13. Número de casos de violência sexual, segundo faixa etária e tipo de violência - Santo André, 2009 a 2013.

Faixa etária	Assédio Sexual	Estupro	Atentado violento ao pudor	Pornografia infantil	Exploração sexual
0 - 14 anos	45	237	95	10	9
15 a 19 anos	13	87	14	5	4
20 - 29 anos	8	71	16	4	3
30 - 39 anos	6	30	7	2	0
40 - 49 anos	3	19	7	1	0
50 - 59 anos	0	2	0	0	1
60 anos ou mais	0	2	0	0	0
Total	75	448	139	22	17

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

Tabela 14. Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, segundo faixa etária e tipo de violência - Santo André, 2009 a 2013.

Faixa etária	Física	Psicológica/Moral	Sexual	Tortura	Tráfico de seres humanos	Financeira/Econômica	Negligência/Abandono	Trabalho infantil	Intervenção legal	Violência/Outro
0 - 14 anos	134	90	359	12	0	1	96	2	1	47
15 a 19 anos	102	51	103	6	1	0	5	0	2	61
20 - 29 anos	231	89	80	15	0	5	4	0	0	94
30 - 39 anos	147	59	34	9	0	5	3	0	1	72
40 - 49 anos	99	31	21	2	0	2	3	0	1	50
50 - 59 anos	35	19	2	1	0	2	1	0	0	28
60 anos ou mais	37	30	4	3	0	9	75	0	1	15
Total	785	369	603	48	1	24	187	2	6	367

Fonte: Microdados SINAN/MS. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

# AVANÇOS RECENTES NAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NA AGENDA DA CIDADE

## PARADA LILÁS NO MÊS DA MULHER

Afirmação dos direitos, valorização da autonomia das mulheres e da Lei Maria da Penha.



**ELAS MOSTRARAM COMO  
DAR ALTOS SALTOS SEM  
ABRIR MÃO DO SALTO ALTO.**

Março é o **mês da mulher.**  
Confira a programação completa no  
site [www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)  
Informações: 0800 019 19 44

    Prefeitura de Santo André  
[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

# OUTUBRO ROSA, MÊS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Intensificadas as campanhas de prevenção em todos os cantos da cidade.



**outubro rosa,**  
santo andré apoia esta causa.

Acesse a programação completa em:  
[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

**LIGUE 180**  
Central de Atendimento à Mulher

**SUS**     Prefeitura de Santo André  
[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

# QUEM AMA ABRAÇA FAZENDO ESCOLA

A Rede Municipal de Educação abraçou a causa da prevenção e do combate à violência contra as mulheres.



# GÊNERO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Descentralização das ações para o fortalecimento das mulheres em áreas de mananciais em parceria com Faculdade de Medicina do ABC/FUABC.





Prefeitura de  
Santo André

[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)